

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Departamento de Ciências Sociais

Pós-Graduação em Ciência Política

**POLÍTICA E RELIGIÃO: O ENVOLVIMENTO DOS
CATÓLICOS CARISMÁTICOS NA POLÍTICA BRASILEIRA**

Marcos Vinicius de Freitas Reis

SÃO CARLOS – SP

2011

MARCOS VINÍCIUS DE FREITAS REIS

**Política e Religião: O Envolvimento dos Católicos
Carismáticos na Política Brasileira**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPG-POL) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

SÃO CARLOS

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

R375pr

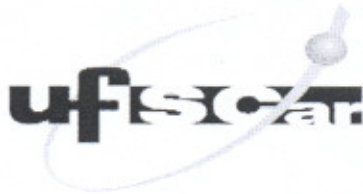
Reis, Marcos Vinicius de Freitas.

Política e religião : o envolvimento dos católicos
carismáticos na política brasileira / Marcos Vinicius de
Freitas Reis. -- São Carlos : UFSCar, 2011.
119 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2011.

1. Religião e política. 2. Renovação carismática católica.
3. Governo representativo e representação. 4.
Pentecostalismo. 5. Catolicismo. I. Título.

CDD: 322.1 (20ª)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Marcos Vinicius de Freitas Reis.

21/07/2011

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga.
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. André Ricardo de Souza.
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar.

Prof. Dra. Luciana Fernanda Veiga.
Universidade Federal do Paraná/UFPR.

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 10h30 no dia 21/07/2011.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga..

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda

Prof. Dr. André Ricardo de Souza.

Prof. Dra. Luciana Fernanda Veiga.

Homologado na CPG-PPGPOL na

20^a. Reunião no dia 28/09/2011.

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PPGPOL

Dedicatória

À Jesus Cristo, pela vida, amor incondicional a mim e a graça da efusão do espírito santo sobre a minha vida todos os dias, te amo Deus você é a minha razão de viver;

À minha mãe, agora pertence ao reino dos céus, pelo incentivo e amor sempre ao meu lado lutou por esta conquista, mãe aonde estiver eu te amo.

Ao meu pai Sebastião e minha irmã Gabriela pelo apoio nos estudos, carinho e respeito.

Agradecimentos

Durante a elaboração desse trabalho contamos com a colaboração, a boa vontade, a honestidade e o incentivo de muitas pessoas que ajudaram nesta importante conquista da minha vida como de minha família.

Aproveitamos essa oportunidade então para agradecer em primeiro lugar a Profa. Dra, Maria do Socorro Sousa Braga, pelo empenho nas orientações, pelo incentivo nos estudos, correções, carinho, respeito e honestidade. Agradeço pela oportunidade tida e o amor de “mãe” recebido, com certeza contribuiu e muito para minha formação profissional e humanística, Deus te ilumine sempre.

Também aos amigos Grazi, Aryane, Marcela, Thiago, Letícia, Pedro, Alexandre, Michele, Lívia, Ianina, William Pegorine, Danilo, Leandro, Lucas, Monique, Rita, Rafael, Bruno, Alessandro, Marcolino, Rodolfo, Renato, Fernando, Eduardo, Fernanda, Silvia, Isa, vinculados ao Grupo de Oração Universitário (RCC), pelo apoio dado nos momentos difíceis da minha vida.

À toda galera da República São Lucas, pois acredito que neste três anos, acredito que tenho formado alguns amigos, dentre eles Acassio, Guilherme, André, Marcos, Thiago, Gustavo, Wilson, Glauber, William, Ageu e o Eduardo.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento político-partidário dos políticos vinculados a Renovação Carismática Católica (RCC). A escolha dos políticos com essa filiação religiosa deu-se em razão do número expressivo de adeptos, apoio da Igreja Católica e visibilidade de seus eventos em nível nacional. Para isso, foram analisados os projetos de lei dos deputados estaduais e federais, para saber se suas propostas estão de acordo com os interesses da RCC ou dos partidos que são filiados. O estudo traçou um perfil biográfico dos seus representantes e quais os motivos que levaram os carismáticos católicos a adentrarem a arena política.

Palavras-chave: Renovação Carismática Católica, Partidos Políticos, Representação Política, pluralismo, democracia

Abstrat

The objective of this study is to analyze the political behavior of politicians linked to the Catholic Charismatic Renewal (CCR). The choice of politicians with such religious affiliation was given due to the significant number of adherents, the Catholic Church's support and the national visibility for its events. For this, bills of state and federal deputies have been analysed, to know if their proposals are consistent with their political parties and CCR's interests. The study drew a biographical profile of their representatives and the reasons that led charismatic Catholics to step into the political arena.

Key-words: Catholics and Political Parties Bill

Lista de Tabelas e Gráficos

Tabela 1: Religiões no Brasil (1940-2000).....	25
Tabela 2: Religiões do Brasil em 2000.....	26
Tabela 3: Católicos, Evangélicos, e Sem Religião em 1991 e 2000 por Unidade da Federação.....	27
Gráfico 1: Frequência do Sexo por Região.....	44
Gráfico 2: Nível de Escolaridade por Região	47
Gráfico 3: Nível de Escolaridade por Região	47
Gráfico 4: Relação de Profissões dos Políticos da RCC.....	50
Gráfico 5: Percentual de Cargos Eleitos de Políticos da RCC.....	52
Gráfico 6: Cargos dos Políticos da RCC.....	54
Gráfico 7: Relação de Políticos da RCC Eleitos por Estado.....	55
Gráfico 8: Percentual de Políticos entre os Ministérios da RCC.....	58
Gráfico 9: Relação Setores da RCC com as Regiões Brasileiras.....	61
Gráfico 10: Relação da Filiação Partidária dos Políticos da RCC.....	63
Gráfico 11: Filiação Partidária pelas Regiões do Brasil.....	65
Gráfico 12: Relação da Filiação Partidária e Sexo entre os Políticos Carismáticos.....	67
Gráfico 13: Percentual dos Projetos Apresentados pelos Deputados ligados a RCC.....	74
Gráfico 14: Percentual dos Projetos de Lei por Área.....	75

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1: Católicos Carismáticos e Evangélicos na Política Brasileira.....	14
1.1: Redemocratização e Reformas Partidárias	15
1.2: Entrada dos Evangélicos na Política Partidária	18
1.3: Os Carismáticos Católicos e a Política Partidária.....	28
Capítulo 2: Perfil dos Políticos Vinculados a RCC.....	42
2.1: Perfil Social.....	43
2.2: Perfil Político.....	51
Capítulo 3: A Atuação Parlamentar dos Políticos Oriundos da Renovação Carismática Católica (1990-2010).....	69
3.1: Representação Política em Questão	70
3.2: Utilidade Pública.....	76
3.3: Social.....	78
3.4: Institucional.....	80
3.5: Saúde	83
3.6: Segurança e Nomeação	84
3.7: Moral Sexual Cristã.....	88
3.8: Educação	90
3.9: Turismo	92
Considerações Finais.....	98
Referências Bibliográficas.....	101
Anexos.....	106

INTRODUÇÃO

Ao voltar nosso olhar para o século passado, principalmente após os anos 1950, e estendê-lo até os dias atuais, perceberemos uma forte presença do fenômeno religioso influenciando na organização da sociedade pós-moderna. Andando pelas ruas dos centros urbanos, deparamo-nos com templos evangélicos, igrejas católicas, associações islâmicas, centros esotéricos, instituições espíritas e organizações das religiões africanas repletos de pessoas que buscam respostas para suas necessidades cotidianas.

Os veículos de comunicação tornaram-se alvos prediletos das lideranças religiosas. Não são raras as vezes em que, vendo um canal de televisão, abrindo um jornal, navegando na *internet* ou sintonizando uma determinada emissora de rádio, encontramos uma exaustiva e extensa programação religiosa com o objetivo de angariar mais fieis. Com promessas de curas, milagres, libertações e, sobretudo, ascensão financeira e social, as programações religiosas, principalmente as pentecostais, ocupam horários até então impensáveis para o telespectador.

No campo caritativo, existem inúmeras iniciativas filantrópicas que, em nome de um *ethos* religioso, praticam obras sociais. Podemos citar, como exemplo, o trabalho com dependentes químicos e/ou na recuperação de alcoólatras, a ajuda financeira a mendigos, famílias carentes e instituições sociais, os trabalhos voluntários desenvolvidos em hospitais, presídios, creches e escola, dentre outros.

O mercado editorial tem se surpreendido com o elevado número de vendas de livros que fornecem conselhos e conforto espiritual para os problemas da humanidade, a exemplo de produções no campo da autoajuda ou, até mesmo, em publicações católicas (livros do Padre Jonas) e evangélicas (Edir Macedo). No campo fonográfico, grupos *gospel* e padres cantores fazem *shows* pelo mundo inteiro arrebanhando milhares de fãs. Dentre eles, estão: Padre Marcelo Rossi, Padre Fábio de Mello, Diante do Trono, Oficina G3 e Toque no Altar.

Enfim, a humanidade nunca presenciou tamanha oferta de práticas religiosas no cotidiano das pessoas, e isto tem despertado cada vez mais interesse de pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas a se debruçarem sobre a temática, para entender como o fenômeno religioso tem afetado a organização das instituições sociais e a vida dos indivíduos.

Esta nova configuração das religiões na sociedade atual está relacionada com os processos históricos vivenciados pela humanidade em busca de uma sociedade secularizada, pluralista e racionalista. De acordo com o sociólogo Peirucci (1996), que estuda a relação da religião com a modernidade, muitos autores defenderam a idéia de que, com o processo de secularização e modernização da sociedade, as religiões tenderiam ao desaparecimento. Percebe-se que não houve

desaparecimento, nem mesmo um refluxo do fenômeno religioso, mas sim, uma reorganização das Instituições Religiosas perante as novas circunstâncias vivenciadas pelo mundo. Em outras palavras, os movimentos religiosos adaptam dogmas, estratégias de marketing e discursos para continuarem sobrevivendo na sociedade pós-moderna, e conseqüentemente, continuarem influenciando na organização da esfera pública.

Algumas Igrejas vêm se destacando nesta nova fase da religiosidade brasileira. Como exemplo, podemos citar as Igrejas Evangélicas Pentecostais, que têm conseguido atrair milhões de pessoas através de seus eventos. De acordo com o Censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Igreja Assembléia de Deus seria a maior denominação pentecostal do Brasil, com 8.418.140 milhões de membros, seguida pela Congregação Cristã, com 2.489.113 milhões de membros, e pela Igreja Universal do Reino de Deus, com 2.101.887 milhões de fiéis. O Censo 2000 ainda ressalta que a Igreja do Evangelho Quadrangular possui 1.318.805 adeptos, a Deus é Amor, 774.830, a Brasil Para Cristo, 175.618, e a Casa da Bênção, 128.676.

O catolicismo também sofreu várias transformações para sobreviver na sociedade brasileira. De acordo com Souza (2005), a Igreja Católica investiu milhões em *marketing* e publicidade em suas dioceses, o que resultou em novas estratégias de persuasão dos cidadãos. Houve uma revalorização das romarias, das missas de cura, da bênção de objetos, dos terços, das quermesses e dos *shows*. As missas ganharam mais dinâmica e padres cantores passaram a ter grande espaço nas atividades religiosas (a exemplo do Padre Marcelo Rossi, Padre Zezinho e Padre Antônio Maria). Todas essas ações são chamadas pelo autor de “renovação popularizadora católica”. Contudo, o maior investimento desta instituição foi a Renovação Carismática Católica (RCC) – movimento católico que nasceu nos Estados Unidos na década de 1960, veio para o Brasil no final da mesma década e se expandiu no início dos anos 1970. A RCC tem atraído milhões de pessoas através de seus eventos de massa, com a prática de muita música, dança, teatro, meios de comunicação, palestras e orações. Essa nova forma de vivenciar o catolicismo tem modificado a vida de milhões de fiéis.

A reorganização das religiões no período atual atingiu a política partidária. As relações entre política e religião têm se modificado com o decorrer da democratização dos países. Podemos ver isto por meio da inserção de atores políticos religiosos aos cargos do poder executivo e do poder legislativo com o intuito de defender os interesses de denominações religiosas. Segundo Burity (2001), essa estratégia também está relacionada com o declínio do monopólio do catolicismo na arena política. Dito de outra forma, essas novas instituições religiosas – a partir do recuo da influência do catolicismo na política brasileira e a partir do seu envolvimento com a política institucional – têm por meta a legitimação e o reconhecimento da identidade do seu grupo. Exemplo disto é a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Assembléia de Deus, que apóiam seus

pastores e leigos a entrarem na política partidária e incentivam seus fiéis a votarem nestes sujeitos, além de outros atores de outras denominações religiosas que entram nas instâncias políticas com a mesma finalidade (ORO 2003).

Os católicos também buscam espaço na democracia brasileira. Desde a década de 1990, membros da Renovação Carismática Católica têm disputado eleições para diversos cargos (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal e senador) e, em algumas situações, obtêm votações expressivas. De acordo com Carranza (2000), a atuação parlamentar dos políticos vinculados à RCC tem possibilitado a expansão deste movimento no país, principalmente, através da obtenção de concessão de emissoras de rádio e TV.

É nesse contexto de novas relações entre religião e política na democracia brasileira que esta dissertação elege como tema de estudo a Renovação Carismática Católica. O objetivo desta pesquisa consiste em investigar como vem se dando a inserção e a atuação parlamentar dos membros da RCC na arena política. Nesta direção, pretendemos responder às seguintes questões relativas aos políticos católicos carismáticos: Quais são as razões que levaram a Renovação Carismática Católica a entrar no campo político? Qual é o perfil de seus representantes? A formulação dos projetos de lei é pautada pelos valores religiosos definidos pela Renovação Carismática Católica?

A partir desses questionamentos, levantamos as seguintes hipóteses:

Hipótese I: A inserção da RCC na arena política partidária é uma estratégia que visa tanto a conter o avanço das Igrejas Evangélicas quanto a uma tentativa de buscar manter a supremacia do catolicismo na sociedade brasileira, sendo, portanto, reflexo do alto grau de competição do campo religioso.

Hipótese II: Dada a importância do controle da representação da RCC na arena política, os candidatos selecionados e eleitos devem ter fortes vínculos com o alto escalão desse movimento católico.

Hipótese III: Como representantes da RCC, os Deputados Estaduais e Federais apresentam produção legislativa orientada por convicções religiosas desse setor da Igreja Católica em detrimento das diretrizes partidárias.

Para dar conta dessas questões e checar tais hipóteses, esta dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro deles, há uma exposição dos principais estudos que descortinaram as relações entre religião e política, evangélicos e política, o embate das Comunidades Eclesiais de

Base (CEBs) com os membros da Renovação Carismática Católica, além de alguns trabalhos que estudaram a relação da RCC com a política. Ainda neste capítulo, buscamos contextualizar historicamente a inserção desse grupo na política com o período da redemocratização brasileira, a partir da reformulação dos partidos políticos e a noção de representação política. Além do diálogo com a bibliografia, recorreremos aos documentos oficiais da RCC.

No segundo capítulo, será traçado o perfil biográfico desses atores políticos. Para isso, montamos um extenso banco de dados contendo as seguintes informações: nome, profissão, escolaridade, sexo, partido, número de votação obtido, partido filiado, cargo ocupado na RCC, além de outras peculiaridades. Essas variáveis serão inseridas no programa estatístico para ciências sociais *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), com o objetivo do cruzamento dessas informações para a verificação da segunda hipótese.

No terceiro capítulo, analisaremos os conteúdos dos projetos de lei indicados pelos políticos vinculados à RCC, com o objetivo de observar se estes atores seguem mais suas orientações partidárias ou as orientações deste movimento católico.

Capítulo 1

Católicos Carismáticos e Evangélicos na Política Brasileira

A história política do Brasil foi marcada pela importante presença de atores religiosos, na arena política, que acabavam influenciando diretamente nos rumos da nação, a exemplo da Igreja Católica, que, por vários séculos, manteve sua supremacia¹. Com a redemocratização do Brasil, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, novos atores religiosos adentram o cenário político, propondo projetos de leis, representando instituições religiosas, enfim, discutindo com a sociedade civil e com os outros parlamentares sobre as medidas que o Brasil deveria adotar para seu crescimento econômico e social.

Nesse contexto, este capítulo pretende discutir a entrada dos atores religiosos no campo político brasileiro no período da redemocratização, nos anos de 1980. Para isso, primeiramente, vamos situar a participação das Igrejas Evangélicas na política brasileira. Em seguida, será investigada a atuação da Renovação Carismática Católica (RCC). Buscamos responder às seguintes questões: Quais são as razões que levaram a Renovação Carismática Católica a entrar no campo político? Quando se deu a entrada dos políticos vinculados à RCC na arena política?

O contexto brasileiro há muito é marcado por vários credos religiosos que disputam o espaço público para legitimação de suas práticas. Mais recentemente, essa tendência ampliou-se com várias instituições religiosas que passaram a apoiar pastores e leigos a se elegerem em diversos cargos eletivos existentes para alcançar seus objetivos, que, na maioria das situações, consiste na divulgação e expansão de suas instituições religiosas. Concomitante a isto, a Igreja Católica deparou-se com um ambiente de concorrência e ameaça por outros grupos religiosos em espaço até então ocupado apenas por ela. Neste sentido, a hipótese a ser testada é a de que a inserção dos membros da Renovação Carismática Católica na política brasileira é uma tentativa de frear a entrada e a influência de outros grupos religiosos na esfera política, sobretudo os evangélicos, e assim, manter o poderio do catolicismo e de seus dogmas.

¹ Até a proclamação da República, ocorrida em 1889, a Igreja e o Estado viviam sob o regime do padroado. As autoridades brasileiras financiavam atividades dos clérigos católicos, como viagens, construção de Igrejas, quermesses e elaboração de leis inspiradas na doutrina católica; em contrapartida, os padres eram submissos às diretrizes do Estado. No primeiro governo de Vargas (1930-1945), os católicos, através da liderança de D. Sebastião Leme, bispo da arquidiocese do Rio de Janeiro, organizam a Liga Eleitoral Católica (LEC) para apoiar políticos que defendessem os interesses católicos e que lutassem contra a secularização e o comunismo. A LEC conseguiu que a Constituição de 1932 mantivesse proibido o divórcio, instituisse o ensino religioso católico nas escolas públicas e o financiamento público das atividades da Igreja. E, por último, no período da ditadura militar (1964-1985), a Igreja – influenciada pelos ideários de esquerda –, através das CEBs, se opõe à forma repressiva dos militares governarem e se posiciona favorável à volta da democracia e ampliação dos direitos dos cidadãos.

1.1 Redemocratização e as Reformas Partidárias

A inserção, de forma ampla, dos atores religiosos (tanto ligados à Renovação Carismática Católica como os evangélicos pentecostais) na política brasileira se deu logo após o início do processo de redemocratização do Brasil. De acordo com Carvalho (2002), em 1964, houve, no país, o golpe dos militares, que culminou em uma nova trajetória da política nacional. Esses novos governantes, representados pelos militares e civis simpatizantes, adotaram medidas autoritárias que suprimiram definitivamente a noção de cidadania para os indivíduos brasileiros.

O auge do autoritarismo deu-se no governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) que, por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5), intensificou práticas como: censura, torturas, espionagem, exílios, supremacia do executivo sobre os outros poderes, nacionalismo, perseguições, mortes, medo, supressão da liberdade de expressão e dos direitos políticos.

No campo político partidário, em 1965, foi instituído o Ato Institucional nº 2, que trazia novidades na regulação da atuação e criação dos partidos políticos na esfera política brasileira. De acordo com essa determinação dos militares, um dos pré-requisitos para a criação de um novo partido era conseguir a filiação de 20 senadores e 120 deputados federais. Isto, na prática, impedia a existência de mais do que duas agremiações partidárias. Nesse sentido, os partidos até então existentes (UDN, PSD, PTB, PSB, PSP, e outros) se reorganizaram em dois grupos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), alinhada com o regime militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sigla que aglutinava todos os setores opositores aos militares. Paralelamente a essa reforma partidária, as eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos foram modificadas para eleições indiretas. Estas medidas foram criadas para evitar crescimento da oposição no novo regime. Em outras palavras, Kinzo (1988) afirma que o objetivo dos militares com o bipartidarismo era formar um partido que reunisse todos os políticos favoráveis ao regime e o outro que reunisse as oposições ao regime, dando *status* de sistema democrático.

Segundo Scmitt (2000), a vigência do bipartidarismo na ditadura militar pode ser dividida em duas etapas. A primeira delas corresponde às eleições de 1966 e 1970. Nessas duas eleições, a ARENA conseguiu maioria nas urnas para o Senado e Câmara dos Deputados. A segunda diz respeito às eleições de 1974 e 1978, que resultou no crescimento da oposição nas urnas, já em contexto de transição. Para evitar maior crescimento da MDB nas eleições seguintes, os militares criaram mecanismos que os beneficiariam. Podemos citar dois exemplos: o primeiro foi a Lei Falcão, promulgada em 1976, que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. O segundo foi o Pacote de Abril, aprovado em 1977. Uma das medidas advindas foi a inauguração do Senador Biônico. Segundo este pacote, 1/3 dos senadores seria escolhido por eleições indiretas enquanto o restante o seria nas eleições diretas. Além disso, aumentou-se a representação dos

Estados do Norte e Nordeste, nos quais a ARENA possuía melhor desempenho eleitoral. De acordo com o autor:

A reforma partidária tinha sido, na verdade, uma estratégia de longo prazo do regime militar para controlar a forma pela qual deveria transcorrer o processo de abertura política. A expectativa dos militares era que a volta do multipartidarismo atenuasse o voto plebicitário manifestado pela população nas eleições anteriores. Se o eleitorado de oposição se fragmentasse pelos novos partidos assim como fizera a própria classe política, o partido da situação seria novamente o maior beneficiado (SCMITT, 2000, p. 55).

Perante todas essas medidas autoritárias no campo político eleitoral e partidário, Carvalho (2002) ressalta que, com a crise econômica provocada pela alta do preço do petróleo e a pressão de órgãos nacionais, internacionais e setores da sociedade civil para o fim do governo militar, o presidente Geisel (1974-1979) inicia o processo de transição do regime. De acordo com as perspectivas dos militares, a reconstrução democrática brasileira seria marcada de forma lenta, gradual e segura. Isto é, o processo de transição seria controlado pelos militares para que estes não perdessem suas prerrogativas.

Parte do plano de transição lenta e controlada para a redemocratização do país foi marcado pela estratégia dos militares, que, em 1979, aprovaram a Lei Orgânica dos Partidos, que implica a volta do multipartidarismo. Nicolau (1996) salienta que o multipartidarismo adotado no início da década de 1980 levou a uma fragmentação do sistema partidário com a criação de dezenas de partidos. O autor explica que esse aumento significativo de partidos está relacionado com a legislação partidária brasileira. Alega que essas leis são detalhistas, para a obtenção do registro eleitoral definitivo dos partidos, e liberais e pouco esclarecedoras, para a obtenção de recursos e acesso dos partidos ao Congresso Nacional. Após a promulgação da Constituição de 1988, houve algumas modificações: aumentou-se a autonomia dos partidos, para terem as suas próprias regras e organização interna; os partidos tornam-se pessoas jurídicas de direito privado e não público; o partido somente conseguirá o registro se tiver, no mínimo, 0,5 % das assinaturas dos votantes da última eleição, distribuídos por 1/3 dos Estados. Segundo Nicolau (1996):

Os principais dispositivos da lei são: os partidos adquirem personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral; os fundadores de um partido, em número não inferior a 101, devem eleger uma Comissão Diretora Nacional Provisória de sete a 11 componentes; após o pedido de registro no TSE (registro provisório), os partidos terão um ano para organizar-se e requerer o registro definitivo; para receber o registro definitivo, os partidos devem realizar convenções em pelo menos nove estados e com 20 % dos municípios dos respectivos estados; passam a funcionar imediatamente os partidos que tiverem entre seus fundadores pelo menos 10 % dos representantes do Congresso Nacional

ou o apoio expresso em votos de , no mínimo, 5 % do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados por nove estados, tendo obtido, no mínimo, 3 % em cada um deles (NICOLAU, 1996, p.27).

Conforme Nicolau (1996), a volta do multipartidarismo seria uma estratégia de diluir a oposição concentrada até então no MDB em vários partidos, para que estes não tivessem força política e os militares permanecem como maior grupo de influência no Estado. Com isto, surgem os seguintes partidos: Partido Democrata Social (PDS) – sucessor da antiga ARENA, herdando a maioria dos filiados e estrutura burocrática; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – sucessor do antigo MDB, recebendo a maioria dos seus filiados e estrutura; Partido Popular (PP) – partido criado pelo ex-presidente da República Tancredo Neves que, depois, se fundiu com o PMDB; Partido dos Trabalhadores (PT) – surgido dos diversos setores da sociedade civil (entre os quais estão os segmentos da Igreja Católica) e liderado pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – criado pela ex-Deputada Federal Ivete Vargas; Partido Democrático Trabalhista (PDT) – criado pelo ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola.

De acordo com Scmitt (2000), em menos de quinze anos foram criados 70 novos partidos. No entanto, nas quatro eleições estudadas por este autor (1986, 1990, 1994 e 1998) apenas 25 partidos conseguiram eleger pelo menos um deputado federal ou um senador, e assim se fizeram representar na arena política. O primeiro foi o PMDB, criado há mais de 20 anos, que conseguiu que até o político José Sarney se tornasse Presidente da República após a morte do então eleito Tancredo Neves – Sarney era vice-presidente da chapa. O segundo foi o Partido da Frente Liberal (PFL), que surge em 1985, por dissidência do PDS e teve como filiados o Senador Marco Maciel e o ex-Deputado Federal Antônio Carlos Magalhães. O terceiro foi o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), surgido em 1988 por dissidência do PMDB, que elegeu Fernando Henrique Cardoso (FHC) Presidente em 1994 e 1998. Temos alguns partidos médios: Partido Progressista Brasileiro (PPB), PT, PDT e PTB e vários partidos pequenos: Partido Liberal (PL), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Reconstrução Nacional (PRN), PP, Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Social Cristão (PSC), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Social Democrático (PSD), Partido da Mobilização Social (PMN), Partido de Reformas Sociais (PRS), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Verde (PV), Partido Trabalhista Renovador (PTR), Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), Partido Social Liberal (PSL), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Municipalista Brasileiro (PMB) e Partido Nacional da Solidariedade (PSN) – que, em 2000, muda o nome da sigla para PHS – Partido Humanista da Solidariedade.

Portanto, essa nova configuração partidária da política brasileira permitirá que novos grupos

sociais adentrem à arena política, a exemplos dos evangélicos e carismáticos católicos.

1.2 Entrada dos Evangélicos na Política Partidária

No governo de Figueiredo (1979-1985), foram acentuados os sinais de fracasso das medidas econômicas adotadas pelos militares no decorrer da ditadura brasileira. A economia brasileira deparou-se com: inflação elevada, aumento da dívida externa, arrocho salarial (perda do poder de compra da maioria da população), desemprego e aumento dos problemas sociais. Carvalho (2006) ressalta que o país mobilizou-se na campanha pelas Diretas Já. Vários segmentos sociais da população brasileira, órgãos de comunicação e outras instituições vão às ruas protestar contra a administração dos militares e reivindicar a volta das eleições diretas para a Presidência da República, assim como a volta da democracia. Paralelamente a isso, inicia-se o movimento suprapartidário em favor da aprovação da emenda constitucional denominada Dante de Oliveira, que restabeleceria a eleição direta para a Presidência da República. Mas a emenda foi derrotada na Câmara dos Deputados por não alcançar o número mínimo de votos para ser aprovada.

Gradativamente, elementos importantes para constituir uma democracia foram sendo adotados pelas elites brasileiras: tivemos a ampliação da liberdade de expressão partidária, religiosa, anistia a presos políticos, eleições livres e diretas para diversos cargos públicos, permissão de segmentos sociais a se organizarem em associações e sindicatos.

Para que a redemocratização fosse finalizada, fez-se necessária a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil. Para isso, foi realizada uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), composta por deputados e senadores e presidida pelo ex-deputado federal Ulysses Guimarães, que culminaria, em 1988, na promulgação da nova Constituição do Brasil.

No decorrer das discussões proferidas na ANC para a formulação das novas leis brasileiras formou-se o “Centrão”. Constituído por uma parcela dos parlamentares do PMDB, pelo PFL, PDS e PTB, além de outros partidos menores, este segmento foi apoiado pelo poder Executivo e representante das tendências mais conservadoras da sociedade, e conseguiu influir decisivamente na regulamentação dos trabalhos da Constituinte e no resultado de votações importantes, como a duração do mandato de Sarney (estendido para cinco anos). De acordo com Fonseca (2002), a maioria dos parlamentares vinculada à bancada evangélica teria sua atuação na ala conservadora do famoso “Centrão” e reviveria a Confederação Evangélica Brasileira (CEB), com o intuito de conseguir recursos financeiros das repartições públicas para investir na atuação política desses congressistas evangélicos. Segundo o autor:

Esse grupo, com exceção de uma pequena parcela de representantes de esquerda/centro-esquerda (6 deputados), foi responsável pela criação da “Bancada Evangélica” que ficou conhecida por sua atuação ao bloco conservador “Centrão”. Essa bancada promoveu a ressurreição da Confederação Evangélica Brasileira (que desde 1964 estava desarticulada) com o objetivo de angariar verbas junto ao poder público e tornar-se representante dos evangélicos (FONSECA, 2002, p.62).

Uma característica que marcou a ANC foi que vários setores da sociedade foram estimulados a dar sua contribuição. Esses grupos puderam influenciar nas decisões dos constituintes e, assim, reivindicar seus interesses. Um dos grupos que mais se destacou na atuação da Assembléia Nacional Constituinte foi o evangélico. Vários representantes de Igrejas Evangélicas foram eleitos. Freston (1993) enumera alguns dos principais políticos religiosos que se destacaram entre 1987 e 1992: o ex-Deputado Federal Arolde de Oliveira (PFL-RJ), da Igreja Batista, o ex-Deputado Federal Daso Coimbra (PMDB-RJ), ligado à Igreja Congregação Cristã, o ex-Deputado Federal João Fagundes (PDS-RS), membro da Igreja Metodista, o ex-Deputado Federal Rubens Dourado (PTB-RJ), pertencente à Igreja Presbiteriana, e a atual Deputada Federal Benedita da Silva (PT-RJ), vinculada à Igreja Assembleia de Deus.

Esses políticos evangélicos participaram das mais variadas comissões que foram criadas na Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração da Constituição de 1988. A concentração desses políticos deu-se em duas comissões: Família, do Menor e do Idoso e Ciência, Tecnologia e Comunicação. A primeira, como o próprio nome já nos diz, tratava de assuntos relacionados a políticas públicas para as famílias, à questão da criança e dos idosos, e a segunda temática estava relacionada aos meios de comunicação e ao desenvolvimento tecnológico. Percebemos, portanto, que há interesse da bancada evangélica pelos assuntos pertinentes à família e aos meios de comunicação. Segundo Peirucci (1996), o interesses desse grupo religioso por estes temas deu-se pelo objetivo da conquista de concessões de rádio e TV para suas igrejas e da aprovação de temas ligados à família patriarcal.

A partir desses interesses, Peirucci (1996) conclui que vários desses políticos evangélicos praticavam atitudes fisiológicas e se autoproclamavam fisiologistas. O autor recorre ao episódio da discussão sobre a ampliação do mandato de cinco para seis anos do presidente Sarney. Este, para obter a maioria dos votos no Congresso Nacional para aprovação desta lei, fez um acordo com a “bancada evangélica”. O Governo Federal daria concessões de rádios e TV para esses grupos religiosos expandirem suas atividades evangelizadoras e, em contrapartida, o grupo deveria votar favoravelmente a esta lei. Tal fato repercutiu amplamente nos principais meios de comunicação da época, sujando a imagem dos políticos pentecostais. Para Freston (1993), essa prática fisiologista ressalta que o fato de os políticos evangélicos terem aceitado este acordo reforça a estratégia dessas igrejas para atrair mais adeptos por meio dos veículos de comunicação:

(...) Concessões de TV e rádio têm sido importante moeda política, fruto do sistema político que incentiva a prática fisiológica e da lei da comunicação. A bancada evangélica ganhou pelo menos duas concessões de TV e sete de rádios. Em alguns casos, as rádios foram transferidas para as respectivas igrejas. Mas como nos disse Daso Coimbra “mais ou menos cem deputados tiveram estações de rádio, e se sete evangélicos receberam, isto não é nada dentro do universo”. Ou seja, os evangélicos estão bem adaptados à cultura política e não são vilões; como também não são o “sal da terra” de que fala sua própria retórica (FRESTON, 1993, p 158.).

Por mais que a maioria dos congressistas evangélicos defendessem temáticas conservadoras e se reunissem esporadicamente para traçar estratégias conjunta de atuação nas comissões, podemos observar que a atuação desses parlamentares não foi feita de forma homogênea. Havia aqueles que tinham posições mais esquerdistas, a exemplo de Benedita da Silva, que defendia interesses dos homossexuais e a legalização do aborto. Outro assunto que foi muito polêmico e dividiu a bancada evangélica foi a questão da reforma agrária. Fonseca (2002) salienta que vários políticos se posicionaram contrários à questão por se tratar de uma bandeira católica e, caso fosse aprovada, poderia representar dificuldades no crescimento dos evangélicos no Brasil, uma vez que poderia diminuir o êxodo rural.

Freston (1993), fazendo um balanço geral da atuação dos evangélicos na ANC, mediante as divergências perante os diversos temas, concluiu que houve avanços na legislação no quesito liberdade religiosa: a maioria se posicionava contra a prática do aborto, contra os benefícios para a comunidade homossexual e a censura.

No que diz respeito à representação dos evangélicos na Câmara dos Deputados, de acordo com Oro (2006), nas eleições de 1986, os evangélicos tiveram uma representação e atuação significativa na arena política. Nesse ano, foram eleitos 33 Deputados Federais evangélicos. Em 1990, foram eleitos 22. Em 1994, foram 31, chegando a 53 Deputados Federais nas eleições de 1998. Em 2000, houve um total de 59 Deputados Federais. Em 2002, conseguiram eleger-se 73. Em 2006, elegeram-se 43 e, em 2010, 64. Para as eleições majoritárias, os evangélicos apoiaram Iris Rezende (PMDB-GO), que conseguiu ser eleito para o governo do Estado de Goiás (tentou ser candidato à Presidência da República nas eleições de 1989, mas perdeu as prévias internas no PMDB – seu partido até então), apoiaram Collor nas eleições presidenciais em 1989 e outros políticos no Estado do Rio de Janeiro (Antony Garotinho (PR) e Marcelo Crivella (PRB)).

Na perspectiva de Freston (1993), podemos classificar em cinco fases a presença dos evangélicos na política nacional. A primeira é de 1946 a 1951, guiada pelo pastor metodista Guaracy Silveira. A segunda fase foi de 1951 a 1975, com predomínio dos presbiterianos. A terceira fase foi de 1975 a 1987, organizada pelos batistas. A partir de 1987 até 1990 foram os políticos da Assembleia de Deus e, de 1990 até os dias atuais, temos um pluralismo de evangélicos na política,

com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)².

Segundo Freston (1993), as igrejas pentecostais, até a década de 1980 possuíam uma postura apolítica. Ou seja, estavam preocupadas com seus projetos evangelizadores, empreendedores e midiáticos. Porém, em 1986, formou-se a primeira bancada evangélica no Congresso Nacional. Ideologicamente, eram diferentes e pertencentes a diversas Igrejas, havendo pequena maioria da Assembleia de Deus e suas bases eleitorais diferentes. Eram conhecidos como “políticos de Cristo”, e representavam os interesses de suas Igrejas. Esses políticos têm origem social nas camadas populares e, como candidatos oficiais de Igrejas, sua atuação parlamentar sempre possui vínculo com essa base e as filiações estão em diversos partidos.

Essas igrejas, para conseguirem voto dos seus fiéis, lançaram o *slogan* “Irmão vota em Irmão”. A partir desta frase, os templos evangélicos orientavam seus membros a votarem em pessoas que suas respectivas igrejas apoiavam. A justificativa dada era a de que esses candidatos eram os mais preparados para levar novamente a moralidade à política brasileira. Em outras palavras, os eleitores evangélicos são instruídos a depositarem sua confiança em políticos que, teoricamente, defenderiam os interesses da doutrina professada nas instâncias públicas. Este discurso foi uma maneira de os políticos religiosos formarem, e posteriormente, consolidarem uma base eleitoral a partir do apoio de lideranças evangélicas, que, em troca, exigiriam benefícios públicos para suas denominações religiosas.

Essa mudança de perspectiva dos pentecostais, na ótica de Freston (1993), se deu pelo fato de tais políticos acharem que a estrutura do arcabouço burocrático estatal poderia oferecer condições para a expansão de suas Igrejas e, assim, diminuir a hegemonia do catolicismo na sociedade brasileira, além de aprovar leis de cunho moralistas de acordo com a doutrina de suas instituições religiosas, a exemplo da proibição do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Conforme o autor:

Vimos, então, neste capítulo, que a politização de algumas Igrejas pentecostais, sobretudo da Assembleia de Deus, a partir da cúpula substituiu o apolitismo oficial em 1986. Ajudada pela valorização como atores públicos por parte dos governos militares, pela mística da Constituinte e pela consciência da força numérica, a liderança fez uma releitura bíblica que atribuía aos evangélicos um destino político manifesto. Sob a rubrica da “liberdade religiosa ameaçada” rejeitava-se qualquer sinal de *status* inferior na religião civil e buscavam-se melhores condições de disputar a hegemonia do campo religioso. Sob a rubrica da “família” politizavam-se questões sócio-morais como o ato de defesa cultural frente ao impacto sobre os

² De acordo com Oro (2006), a presença dos evangélicos na política nacional, até 1945, era praticamente nula, apenas manifestava-se em algumas iniciativas individuais – o domínio pertencia aos católicos. No período getulista, com a tentativa de recatolização da sociedade, os evangélicos se organizam e elegem Guaracy Silveira como Deputado Federal, que emite vários documentos defendendo a liberdade de culto e expressão, além de tratamento igualitário entre as religiões. De 1951 a 1987, o número de protestantes eleitos esteve entre de 6 e 12 deputados.

costumes causado pela estrutura nacional de comunicações de massa montada no regime militar e agora livre da censura. Ao mesmo tempo, o projeto das cúpulas buscava fortalecer lideranças do próprio campo religioso (FREESTON, 1993, p.170).

Fonseca (2002) ressalta que três foram as motivações que ocasionaram a participação dos evangélicos na política brasileira no final do século XX. A primeira delas foi a “Descoberta da sua forma social”, ou seja, pelo aumento do número de adeptos. A segunda foi a “Busca de legitimidade e prestígio social”, com o intuito de expansão de seus templos e influência sobre os diversos setores da sociedade. E, por último, “o acesso ao poder para facilitar a evangelização/proselitismo”. Segundo este autor, os evangélicos se intitulam como perseguidos, discriminados, mal compreendidos pelos meios de comunicação e marginalizados, e vêm o acesso à política como forma de reverter esta imagem. Nas eleições de 1989, os evangélicos entraram com força total. Criticaram Lula, candidato à Presidência pelo PT, por ter como meta de governo a implantação do comunismo, perseguição às Igrejas pentecostais, acabar com a liberdade religiosa e de expressão e reconduzir o catolicismo como religião oficial do país. Por outro lado, Collor era visto como homem de Deus, honesto e culto³. Em 1994, os evangélicos se dividiram no apoio a Lula e a FHC; em 1998, apoiaram a reeleição de FHC e, em 2002, no primeiro turno, apoiaram Garotinho, no segundo, Lula.

Em 1990, surge, no meio evangélico, o Movimento Evangélico Progressista (MEP), com o intuito de mudar o perfil do político evangélico. Tinha a imagem de corrupto e fisiologista. Este movimento fomentava a imagem de um parlamentar que era conservador em aspectos teológicos e progressista na arena política, constituindo-se um bloco informal e suprapartidário.

Outro órgão que foi criado em 1991 para combater a imagem fisiológica dos evangélicos foi a Associação Evangélica Brasileira (AEVB). Fonseca (2002) afirma que a AEVB lançou o documento “Decálogo do Voto Ético”, que fornecia subsídios para o público evangélico nas eleições para a escolha dos candidatos dos diversos cargos do executivo e do legislativo sem a predileção por candidato ou partido específico, e se posicionando claramente contra o clientelismo e o fisiologismo. A IURD não aceitou os direcionamentos da AEVB e criou um organismo paralelo (com o apoio da Igreja Assembléia de Deus), chamado Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), para disputar espaço com a AEVB. No entanto, a CNPB não conseguiu a mesma evidência social e visibilidade no meio evangélico para a mediação de assuntos políticos nas instâncias

³Segundo Borges (2007), por mais que seja expressiva a votação e a eleição dos evangélicos, constitui-se um bloco não coeso. Posicionam-se e comportam-se de formas diferentes nas votações. Há diferenças ideológicas (filiações em partidos de direita e esquerda) e partidárias. Segundo Fonseca (2002), nas eleições de 2004, tivemos a redução de parlamentares eleitos pela IURD – em virtude da saída do Bispo Rodrigues (grande articulador político desta Igreja) –, o lançamento de obreiros desconhecidos do grande público e o aumento da articulação política de outras igrejas que lançaram os seus próprios candidatos, diminuindo, assim, o seu eleitorado.

públicas e teve a sua presença esvaziada.

Neste contexto, a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1970 pelo Bispo Edir Macedo, apresentou um crescimento significativo de políticos eleitos para diversos cargos apoiados pela sua Igreja. Conforme mostra Machado (2006), o sucesso eleitoral da IURD se deu pelo modelo corporativista “candidatura oficial”. Seus representantes são escolhidos pelas lideranças da igreja e usam os cultos, meios de comunicação e grandes eventos religiosos para propaganda eleitoral e *marketing* político. Outra estratégia adotada é dividir a cidade em pequenos distritos e cada distrito será destinado para um candidato da igreja fazer propaganda. Dessa forma, nenhum entra no distrito do outro e elegem-se vários políticos na mesma legislatura. Os políticos estão distribuídos em vários partidos e, com ampla força eleitoral, possuem grande poder de barganha junto aos partidos quando necessitam de algo.

As estratégias utilizadas pelos representantes desses segmentos aproximam-se, e muito, do estilo de fazer política adotado pelo grupo de Edir Macedo: campanha em templos, transformação de fiéis em cabos eleitorais e exploração das ações sociais na conquista dos votos. Ainda que se tenha observado o acirramento da competição entre os distintos grupos, a IURD conseguiu manter o mesmo número de atores políticos representando os seus interesses na Câmara dos Deputados. Seu grande triunfo, contudo, foi a conquista de uma cadeira no Senado Federal, primeiro passo para a transformação do bispo Marcelo Crivella em uma liderança nacional (MACHADO, 2006, p.63).

Machado (2006) ainda ressalta que os políticos dessa igreja são conhecidos como tementes a Deus, honestos e preocupados com os pobres. A Igreja, com seu apoio institucional, sua influência e apelo entre os fiéis, ajuda os políticos na obtenção de votos. O candidato torna-se conhecido ou reafirma sua boa imagem junto ao público. Em outras palavras, o sucesso da IURD nas eleições deve-se ao seu fortalecimento institucional, uso intensivo da mídia e discursos religiosos sobre os problemas sociais do Brasil, alegando que o país precisa de uma nova moral no meio público, combater a corrupção, resgatar a cidadania e expulsar o mal da política (que seriam os políticos ladrões e os métodos ilícitos de administração). Para isso, o bem seria representado pelos políticos da IURD que conduziriam o Brasil para a moralização da vida pública e o seu desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, o voto iurdiano é ressignificado. Não é apenas um ato da cidadania do brasileiro, mas sim uma arma que as pessoas possuem para vencer os maus políticos e eleger os políticos de Cristo.

Outra estratégia muito adotada pelo iurdianos é o fato de seus políticos fazerem parte do jogo político para lutarem contra o diabo que está aprovando leis e usando o dinheiro público para que a sociedade não tenha progresso e não diminua as desigualdades sociais.

Oro (2003) salienta que esse discurso sobre a ética da atuação dos políticos na esfera política marcou as estreitas relações entre IURD e o PT a partir das eleições de 2000. Nas atividades

religiosas desta Igreja, em alguns veículos de comunicação eram proferidos discursos que afirmavam que o Partido dos Trabalhadores era sinônimo da ética, de pessoas que iriam lutar contra a corrupção e o fisiologismo, elaborar projetos de lei e políticas públicas para diminuir a desigualdade social dos brasileiros. Segundo o autor:

Assim, como já havia aludido anteriormente, a aliança entre o PT e a Universal não é uma novidade – já tinha se concretizado em muitos municípios e Estados por ocasião das eleições de 2000. Naquela oportunidade, o denominador comum entre o partido e a Igreja foi o discurso pela ética na política. Durante o segundo turno da campanha eleitoral de 2000, Bispo Rodrigues compareceu em Porto Alegre, no programa eleitoral do PT, enaltecendo a “ética em governar” desse partido, e finalizou seu discurso com a frase: “Vote em quem governa com ética. Vote no PT”. Por seu turno, durante a campanha desse partido em todo o Brasil, nas mesmas eleições, foi constante, de um lado, a denúncia contra a falta de ética por parte de governantes e políticos que davam sustentação política ao governo federal e, de outro, a irretocável conduta moral do PT: “passamos por essa campanha [de 2000] sem sermos alvos de uma única denúncia de corrupção”, afirmou Lula (*Isto É*, 8/11/2000, p. 4). Ou seja, a afinidade discursiva entre a Universal e o PT fundamentou-se, então, na ideia de “purificação da política” ou de “ética pela política”. Nas eleições de 2002, a esse discurso só foi acrescido um outro, que aproximou o partido e a Universal, qual seja, o da atenção aos pobres e ao trabalho na área social (ORO, 2003, p.39).

O modelo bem-sucedido de “fazer política” da Igreja Universal do Reino de Deus tem sido adotado pelas mais diversas denominações religiosas. A cada eleição, pastores e leigos – apoiados pelas suas respectivas igrejas – têm se filiado aos mais variados partidos políticos em busca do sucesso eleitoral. Essa adesão cada vez maior de Igrejas Evangélicas ao processo eleitoral e, conseqüentemente, ao seu sucesso, está relacionada com mudanças do panorama religioso vivenciado no Brasil nas últimas décadas.

A Tabela 1 traz os dados do censo demográfico organizado pelo IBGE, desde a década de 1940 até os dias atuais, sobre o número de fiéis das principais instituições religiosas do país. Podemos perceber que, a cada década, o catolicismo vem perdendo fiéis e nota-se um crescimento significativo dos fiéis das igrejas evangélicas e daqueles sem religião. Em 1940, o catolicismo representava 95,2%, caindo, em 1950, para 93,7%. Na década de 1960, a Igreja Católica representava 93,1%. Em 1970, caiu para 91,1%. A partir da década de 1980, os índices estão abaixo da casa dos 90%, aparecendo já na marca de 89,2%. Em 1991, chegou a 83,3% e, em 2000, surpreendentes 73,8%. De acordo com pesquisa realizada pelo DataFolha, em 2010, temos, aproximadamente, 200 milhões de brasileiros; destes, 61% professava a fé católica e 25% dizia freqüentar templos evangélicos. Segundo a previsão de analistas, se os pentecostais continuarem crescendo nesta velocidade, em 2020, haverá, no Brasil, cerca de 100 milhões de evangélicos. Por mais que seja ainda a religião majoritária, os católicos já não se mantêm em uma posição

confortável, e isso tem sido preocupação constante do episcopado dessa religião. De acordo com a Tabela 1:

Tabela 1 - Religiões no Brasil – 1940-2000

ANO	Católicos	Evangélicos	outras religiões	sem religião
1940	95.2	2.6	1,9	0,2
1950	93.7	3.4	2,4	0,3
1960	93.1	4.3	2,4	----
1970	91.8	5.2	2,3	0,8
1980	89.0	6.6	2,5	1,6
1991	83.3	9.0	2,9	4,7
2000	73.9	15.6	3,5	7,4

Fonte: IBGE – Censos demográficos. (quadro comparativo por % da população do país)

Ainda de acordo com a Tabela 1, existe uma curva ascendente do número de adeptos das Igrejas Evangélicas. Em 1940, tal grupo representava 2,6%, subindo para 3,4% em 1950, 4% em 1960, 5,8% e 6,6%, respectivamente, nas décadas de 1970 e 1980. Em 1990, alcança 9% e, em 2000, chega aos expressivos 15,4%. Os sem religião, número insignificante até 1980, chegam aos 7,3% da população no ano 2000. De acordo com os dados do IBGE, o Estado do Rio de Janeiro apresentou 15% em 2000.

Na Tabela 2, temos, em termos absolutos, o número de adeptos das principais religiões do Brasil em 2000. O Catolicismo agrega 124.976.912 pessoas, constituindo, assim, a religião com mais fiéis no país. Logo em seguida, temos os Evangélicos, com 26.166.930 membros, seguido pelos espíritas, com 2.337.432 fiéis. As religiões afro apresentam números expressivos: a Umbanda conta com 432.001 membros e o Candomblé, 139.328. Como foi dito acima, em 2000, 12.330.101 pessoas declararam não estar filiadas a nenhuma instituição religiosa. As religiões orientais, esotéricas e outras formas de religiosidade possuem números inexpressivos na composição religiosa nacional.

Tabela 2 – As religiões do Brasil em 2000

Religião	Número absoluto	%
Católicos romanos	124.976.912	73,77
Evangélicos	26.166.930	15,44
Protestantes históricos	7.159.383	4,23
Pentecostais	17.689.862	10,43
Outros evangélicos	1.317.685	0,78
Espíritas	2.337.432	1,38
Espiritualistas	39.840	0,02
Afro-brasileiros	571.329	0,34
Umbanda	432.001	0,26
Candomblé	139.328	0,08
Judeus	101.062	0,06
Budistas	245.870	0,15
De outras orientais	181.579	0,11
Muçulmanos	18.592	0,01
Hinduístas	2.979	0,00
Esotéricos	67.288	0,04
De tradições indígenas	10.723	0,01
De outras religiosidades	1.978.633	1,17
Sem religião	12.330.101	7,28
Declaração múltipla	382.489	0,23
B R A S I L (*)	169.411.759	100,0%

(*) Não inclui 387.411 casos de religião não declarada, que correspondem 0,23% da população residente total de 169.799.170.

Na Tabela 3, podemos observar os dados referentes à porcentagem da presença das instituições religiosas em todos os estados brasileiros nos anos de 1991 a 2000. Podemos observar que o Estado menos católico do país é o Acre, com 20,42%, seguido por Amazonas, com 19,25% e Amapá, com 18,76 %.

Tabela 3 – Católicos, evangélicos e sem religião no Brasil em 1991 e 2000 por unidades da federação (em ordem decrescente para os católicos em 2000)

Unidade da Federação	Católicos apostólicos romanos		Evangélicos		Sem religião	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Piauí	95,00	91,35	2,90	5,71	1,72	2,37
Ceará	93,32	84,89	3,97	9,15	2,10	4,29
Paraíba	93,03	84,25	3,65	9,36	2,81	5,25
Maranhão	90,97	83,03	6,25	10,21	2,15	5,95
Alagoas	91,37	81,93	3,56	8,61	4,54	8,13
Sergipe	90,73	81,74	3,89	7,42	4,50	8,78
Rio Grande do Norte	91,90	81,68	4,20	9,69	3,40	7,47
Santa Catarina	86,43	80,27	11,71	15,48	0,91	2,26
Minas Gerais	87,41	78,89	7,79	14,22	2,78	4,15
Rio Grande do Sul	81,95	76,74	11,86	13,03	2,95	4,40
Tocantins	89,13	76,02	8,31	16,01	1,73	6,06
Pará	84,88	75,53	10,90	15,65	2,66	6,17
Bahia	86,79	75,48	5,79	11,64	5,92	10,25
Amapá	84,87	75,04	10,97	18,76	3,34	4,14
Paraná	84,59	74,53	11,54	17,89	2,50	4,72
Pernambuco	85,74	73,83	7,02	13,08	5,77	10,96
Mato Grosso	83,31	72,91	11,13	16,15	3,93	8,00
São Paulo	81,81	70,81	9,39	17,29	5,02	6,83
Amazonas	86,37	70,78	10,01	19,25	2,39	6,55
Acre	85,42	70,11	9,51	20,42	3,65	7,80

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Os católicos apresentam maioria nos Estados da região Nordeste. Em ordem decrescente, o Estado mais católico da Federação é o Piauí, com 91,35% em 2000, seguido pelo Ceará, com 84,89% e Paraíba, com 84,25%.

De acordo com Freston (1993), o aumento dos evangélicos (sobretudo pentecostais) no Brasil está relacionado com as transformações políticas, econômicas e sociais vivenciadas pelo país no século XX. Este vertiginoso crescimento dos grupos evangélicos se deu em função dos investimentos nos meios de comunicação de massa, dos trabalhos de propaganda e *marketing*, da desburocratização dos seus dogmas, da organização estrutural dessas Igrejas, dos cultos alegres com

prática constante da música, do dinamismo na doutrina colado à realidade dos seus fiéis, da ênfase em curas e milagres, além do reatamento dos laços identitários e solidários afrouxados em virtude da modernidade, dentre outros fatores.

Segundo Freston (1993), os evangélicos podem ser divididos em Históricos – Igrejas surgidas com a Reforma Protestante, a exemplo da Igreja Luterana e da Igreja Metodista e os pentecostais. Essas Igrejas possuem tal denominação por usarem o chamados “Dons do Espírito Santo” (oração em outras línguas, exorcismo, profecia), revivendo o episódio de Pentecostes, narrado no Capítulo 2 do livro dos Atos dos Apóstolos da Bíblia. Os evangélicos pentecostais, no Brasil, podem ser divididos em três ondas. A primeira, denominada Clássica, tem como representantes a Igreja Assembléia de Deus e Congregação Cristã. Este período vai de 1910 a 1950, tendo por características o anti catolicismo, a rejeição a valores mundanos e a defesa da moral. A segunda onda, de 1950 a 1970, é conhecida pela ênfase em curas e milagres, pelo uso dos meios de comunicação de massa e pelos grandes eventos organizados em ginásios e estádios de futebol. Representantes dessa onda são: Casa da Bênção, Deus é Amor e Brasil para Cristo. A última onda, iniciada em 1970 e que compreende até os dias atuais, liderada pelas Igrejas Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo e Igreja Internacional da Graça de Deus, é caracterizada pelo televangelismo, adepta da teologia da prosperidade e da administração empresarial de suas respectivas instituições religiosas.

Para tentar reconquistar a supremacia no campo religioso nacional e na arena política, a Igreja Católica contra-atacou com uma série de mudanças em seu interior e o apoio a novas expressões católicas, a exemplo da RCC. Dito de outra forma, a Renovação Carismática Católica passou a ser a “esperança” dos clérigos católicos de recuperarem antigos fiéis que resolveram adotar outros credos religiosos.

1.3 - Os Carismáticos Católicos e a Política Partidária

De acordo com os dados apresentados na sessão anterior, percebemos a instalação da diversidade religiosa no território brasileiro. A cada ano que passa, mais denominações religiosas se fazem presentes no interior da sociedade com o objetivo da expansão de suas atividades e da conquista de novos membros. Isto é, a cada década, percebemos a perda gradativa da supremacia católica e o surgimento da pluralidade religiosa, com destaque para o crescimento dos pentecostais e sem religião.

De acordo com Oro (2003), as autoridades católicas, preocupadas com a perda de milhares de adeptos para outros credos religiosos, a partir do final do século XX, iniciaram uma série de

pesquisas, elaboração de seminários, debates e reuniões entre os bispos para terem um maior entendimento do fenômeno da diversidade religiosa, das razões que levaram à perda de fiéis e para traçar metas para reter a saída de outras pessoas da Igreja Católica. A partir desses estudos, três estratégias foram adotadas: o retorno à devoção, o incentivo ao uso dos meios de comunicação e o apoio à Renovação Carismática Católica.

O retorno às devoções implica incentivo às venerações aos santos e a Maria, romarias, festas populares, novenas, rituais de bênçãos de objetos, peregrinações, turismo religioso, terços em famílias, procissões, missas campais realizadas em ginásios e estádios, realização de projetos sociais, valorização de símbolos e ampliação da participação dos leigos nas atividades católicas. Houve renovação dos rituais católicos, as liturgias tornaram-se mais dinâmicas – com a inserção de cânticos animados de diversos ritmos e a adoção de uma linguagem mais simples e objetiva pelo episcopado.

A investida aos meios de comunicação tem sido muito corriqueira no dia a dia das paróquias católicas. No final da década de 1990, surgem emissoras de sintonia aberta para todos os Estados do país, a exemplo da TV Canção Nova e TV Século XXI (ligadas ao movimento carismático), Rede Vida de Televisão e TV Aparecida, além de outras emissoras de alcance regional. Centenas de emissoras de rádio AM e FM foram criadas e emissoras seculares abriram espaço em sua programação para programas católicos. Cabe destacar o programa diário do Padre Marcelo Rossi, veiculado pela Rádio Globo e líder de audiência em várias localidades do país. Além disso, surgem jornais, revistas, *sites*, editoras e gravadoras. Segundo Souza (2005), muitas dioceses investiram em *marketing* e atividades empresariais em suas regiões com o intuito de aumentarem suas receitas, garantir presença católica nos diversos espaços midiáticos e na conquista de novos adeptos.

Muitos bispos apoiaram as atividades da Renovação Carismática Católica, pois viam neste movimento o desenvolvimento de ações que poderiam atrair novamente as pessoas para as atividades Católicas. No entanto, Oro (2003) aponta que muitos clérigos progressistas e conservadores se posicionaram contra os carismáticos, argumentando que estes se aproximavam da doutrina dos protestantes e poderiam criar uma nova Igreja. Como resultado desse embate, em 1994, foi lançado, pela CNBB, um documento que regulamentou a ação da RCC e de todas as dioceses do Brasil.

Paralelamente a essa reação católica frente à expansão dos outros grupos religiosos, ocorriam, no interior da Igreja Católica, mudanças significativas que se acentuaram após o fim do Concílio Vaticano II (1962-1965)⁴. Na década de 1960, a Igreja Católica enfrentava várias dificuldades com a expansão do secularismo, do comunismo, do modernismo, do ateísmo e com o

⁴ Concílio consiste na reunião das autoridades católicas do mundo todo para deliberar sobre assuntos pastorais, doutrinários e morais. Este concílio possui o nome de Vaticano II, pois ele foi realizado, pela segunda vez, no país do Vaticano. Iniciou no papado de João XXIII e terminou no papado de Paulo VI.

crescimento de outras instituições religiosas. Nesse contexto de fortes transformações nos valores e cultura política das sociedades, a Igreja Católica convocou o concílio e promoveu algumas reformas. Dentre as transformações ocorridas, temos a valorização da atuação do leigo nas atividades da Igreja e a reforma litúrgica. O clero passa a celebrar as missas na língua do país no qual estão vivendo (não mais em latim) e de frente para as pessoas (não mais de costas). Incentivou-se a prática do ecumenismo, a preocupação com os direitos humanos, os projetos sociais voltados para os pobres (visando a diminuir a desigualdade social), a preocupação com a questão ecológica, a globalização, a inserção nos meios de comunicação, a defesa da tradição católica, dentre outros pontos.

A partir das decisões tomadas no Concílio Vaticano II, várias tendências católicas fundamentaram as suas ações a partir desses pressupostos. Contudo, duas se destacam no interior da Igreja Católica: os conservadores e progressistas. Conforme ressalta Sanchis e Rubens (1998) os progressistas conseguem expressividade na Igreja Católica nas décadas de 1960 e 1970, nos pontificados dos Papas: João XXIII (1958-1963), Paulo VI (1963-1978) e João Paulo I (1978), e são caracterizados pela “opção preferencial pelos pobres”. Os militantes católicos progressistas estão preocupados com a situação social vivenciada pelas camadas pobres do mundo. Influenciados por pressupostos marxistas, propõem ações de transformação social, reinterpretação das passagens bíblicas e reformas estruturais no catolicismo romano. O grande expoente da ala progressista católica foi a Teologia da Libertação e, no Brasil, as Comunidades Eclesiais de Base.

Com a hegemonia da ala progressista sobre os clérigos católicos em 1978, a ala conservadora consegue eleger o Papa João Paulo II (1978-2005). Cava (1992) ressalta que o pontificado desta autoridade foi marcado pela restauração da ala conservadora na direção da Igreja. Uma dessas medidas foi a nomeação do então cardeal Joseph Ratzinger (atual Papa Bento XVI) para presidir a Congregação da Doutrina da Fé (setor que regula assuntos relacionados à doutrina católica), ex-tribunal do Santo Ofício que foi responsável pela Inquisição. Uma das ações dessa Congregação foi a elaboração de documentos contrários à atuação da Teologia da Libertação, culminando no silenciamento de Leonardo Boff, uma das maiores lideranças dos teólogos da libertação. Além disso, as visitas do Papa aos países culminaram com a restauração da unidade da Igreja e contribuíram para o fim dos regimes comunistas. Entre as várias ações, houve a exposição da imagem do Papa na mídia, a ordenação de bispos da ala conservadora, a reforma nos seminários, a redivisão das dioceses. Outro fator fundamental foi o fortalecimento do poder da Cúria Romana acima das confederações nacionais e regionais dos bispos, redundando no reforço da tradição da igreja. Conforme o autor:

(...) não deixaram dúvidas quanto às prioridades gerais dos conservadores:

asseguração da obediência firme e universal ao *magisterium* e às políticas do governo da igreja central: retorno ao “reto pensar” (ortodoxia), que abertamente evitava a insidiosidade do mundo moderno; retorno a espiritualidade asceta e a devoção por parte dos leigos e do clero; e, finalmente, completa reinterpretção do Concílio Vaticano II, que poria fim à aparente implosão da Igreja montiniana, que atingia seu ponto mais destrutivo na ocasião (CAVA, 1992, p. 95).

No pontificado do Papa João Paulo II, incentivou-se a expansão mundial de movimentos criados por leigos que tivessem alinhamento com a hierarquia católica, com o intuito de trazer novos fiéis para o catolicismo. Dito de outra forma, esses movimentos contariam com maior participação dos leigos nas atividades católicas com a supervisão do Clero. Um exemplo desses movimentos é a Renovação Carismática Católica.

Neste contexto de transformações no interior da Igreja Católica e da sociedade brasileira no final da década de 1980, segundo Prandi (1996), perante toda a concorrência religiosa na sociedade brasileira, o catolicismo investiu na Renovação Carismática Católica. Este movimento católico pode ser pensando em uma dupla reação: uma delas, para fora do catolicismo, isto é, tendo como principal adversário os evangélicos pentecostais, a RCC seria uma maneira de minar o crescimento destes religiosos e, simultaneamente, evitaria a perda maior de católicos; a outra reação seria para dentro da própria Igreja, tentando enfraquecer os adeptos de posições de esquerda católica, a exemplo da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base.

A Renovação Carismática Católica, de acordo com Carranza (2000), surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960, em um retiro feito por docentes e universitários que tinham como meta vivenciar um catolicismo que propiciasse uma renovação espiritual. Influenciado pelo avivamento protestante, esses católicos começaram a orar em línguas estranhas e orar em nome do Espírito Santo. Esse movimento foi chamado, inicialmente, de pentecostalismo católico, e tinha por característica o uso dos dons carismáticos – oração em outras línguas, exorcismos, curas e milagres. Em outras palavras, uma das finalidades dos carismáticos era levar seus membros à “Efusão do Espírito Santo”⁵. A RCC chega ao Brasil no início da década de 1970, por meio dos padres jesuítas Eduardo e Haroldo, que, a partir de Campinas, propagam o movimento para todo o território nacional. De acordo com Prandi (1996):

O crescimento da RCC foi tão rápido, já no ano seguinte de sua fundação, um

⁵Os eventos espirituais realizados pela Renovação Carismática Católica têm por finalidade resgatar a experiência que os apóstolos tiveram após a morte de Jesus. De acordo com a Bíblia, os membros da RCC acreditam que estes seguidores de Cristo tiveram contato com o Espírito Santo, que transformou toda a maneira de viver e enxergar a vida. Esses indivíduos falavam em outras línguas, profetizavam, e aconteciam curas e milagres em virtude da manifestação do Espírito Santo. Esse acontecimento era chamado de “Batismo no Espírito Santo” ou ‘Efusão do Espírito Santo’, fazendo alusão à festa de Pentecostes, conseqüentemente, à base do movimento pentecostal. A “Efusão no Espírito Santo” é uma experiência que, normalmente, decorre de um momento de oração e pela qual a pessoa adquire um novo e apurado senso de valor espiritual. Como primeiro resultado deste ‘batismo’, verifica-se o desejo pela oração e pela vida na Igreja.

congresso nacional realizado nos Estados Unidos reunia uma centena de pessoas. Logo se fez o primeiro congresso internacional e muitos nacionais pelos mais diferentes países. A RCC se alastrava aparentemente sem maiores obstáculos. Em 1974, no segundo congresso internacional, participaram mais de trinta mil pessoas, vindas de 25 países. Calcula-se que a RCC já atingia, nessa época, cerca de oitocentos mil membros espalhados pelos quatro cantos do mundo (PRANDI, 1996, p.70).

A experiência da “Efusão do Espírito Santo” é vivenciada no Grupo de Oração Carismático, sendo a estrutura base deste movimento, organizado, geralmente, nas paróquias e liderados por leigos. Eles são formados por um número variado de pessoas, em reuniões que acontecem semanalmente. As reuniões são bem animadas, com muitos cânticos de louvores a Deus, a Maria e aos Santos da Igreja. As orações são centradas na figura do Espírito Santo, pois acredita-se que este é o meio eficaz para as bênçãos de Deus. Conforme mostra Carranza (2000), as reuniões de orações são compostas de muita emoção, animação, solidariedade, ajuda psicológica e pregações. Neste sentido, a RCC consegue amortecer as aflições emocionais e materiais perante os problemas psíquicos e sociais:

Em primeiro lugar pela capacidade da RCC vem mostrando de entrar em sintonia com o imaginário mítico miraculoso, presente na religiosidade popular. Utilizando-se de recursos religiosos (cura, libertação, milagre, exorcismo) e incorporando habilmente elementos subjetivos (emoção, sentimento, conforto, tranquilidade), os carismáticos conseguem amortecer a aflição sofrida pelos fiéis diante de realidades sociais caóticas, nas quais as agências seculares (Estado, escola, direito, saúde...) estão cada vez mais ausentes. Na RCC, o fiel encontra recursos que o ajudam a suportar o atrito da vida cotidiana, como o atestam os inúmeros testemunhos de cura escutados nos cultos de libertação (CARRANZA, 2000, p.57).

Além dos grupos de oração, a RCC possui comunidades carismáticas. São instituições autônomas que possuem um trabalho específico na sociedade, como trabalhos com dependentes químicos e/ou alcoólatras, visitas a orfanatos, creches, presídios, escolas, bairros pobres, dentre outros. Essas comunidades podem ser de *vida*, quando seus membros identificados com sua forma de evangelização deixam sua vida secular e se dedicam às atividades da obra. Mas também podem ser de *aliança*, em que os membros possuem uma ligação com a comunidade sem se desvincular da vida cotidiana. Neste sentido, podemos citar o exemplo da Canção Nova, Shalom, Missão Ide e Filhos da Misericórdia.

Para a divulgação e expansão do movimento, desde o princípio, os integrantes da Renovação Carismática Católica, para melhor promover suas atividades, sentiram a necessidade de organizarem-se, contando com equipes de âmbito local, regional, nacional e internacional. No nível regional, cada diocese possui um coordenador responsável pelas atividades do movimento naquela região. Este, por sua vez, é subordinado a um coordenador estadual, e este último, a um

coordenador nacional. Independente do âmbito da regionalização, cada coordenador conta com um grupo seleto de membros de sua confiança para ajudar na administração e orientação do movimento. Ou seja, cada liderança do movimento possui seu conselho, que lhe auxilia nas tomadas de decisões.

Jurkevics (2004) mostra que a organização burocrática e institucional do movimento transcende o Brasil. A RCC na América Latina organiza suas atividades e atende às suas necessidades por meio do Conselho Carismático Católico Latino-Americano (Conclat), sediado em Bogotá, na Colômbia. Internacionalmente, existe a ICCRS (International Catholic Charismatic Renewal Services), em funcionamento desde 1970, na cidade de Roma, na Itália.

A ICCRS é o Conselho deliberativo da RCC, constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e doze conselheiros representativos das diferentes realidades da Renovação Carismática Católica e das zonas geográficas nas quais está presente. Para realizar suas funções, o Conselho é acompanhado por um Bispo, em qualidade de assistente espiritual. A atuação das decisões do Conselho é centralizada em um escritório, guiado por um diretor executivo encarregado da administração, que atua sob a supervisão do Presidente e com base nas orientações dadas. O Conclat e os Conselhos nacionais, estaduais e diocesanos seguem o mesmo modelo. Jurkevics (2004) nos mostra:

A RCC apresentou-se como um movimento religioso que se distanciou de outros que a Igreja conheceu no decorrer do último século. Seu núcleo é basicamente laico, apesar de contar com a presença e orientação de padres e religiosos e de sua sede situar-se em Roma. A central latino-americana, denominada Conselho Carismático Católico Latino-Americano (Conclat), sediada em Bogotá, na Colômbia, se encarrega de preparar os encontros bienais dos líderes. Esses encontros, segundo PRANDI (1997) seguem, pelo menos formalmente, as orientações do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Em cada país, um conselho nacional se responsabiliza pela definição de projetos e pelo acompanhamento da vida dos grupos de oração – base da vida carismática. Esses grupos se reúnem semanalmente em busca de uma renovação espiritual, numa complementação às práticas sacramentais, fundamentada nos vários tipos de orações e cânticos, considerados como uma forma alternativa de oração, além da leitura da Bíblia e de testemunhos pessoais (JURKEVICS, 2004, p. 75).

Carranza (2000) salienta que a RCC, em virtude da sua organização estrutural, tornou-se extremamente centralizadora, burocrática e institucionalizada. Esta forma de organização permite melhor controle de suas atividades, possibilitando o desenvolvimento de estratégias de expansão, elaboração de formações para fortalecer os grupos de oração e outras atividades, além de submissão a instâncias eclesiais. Bispos e Padres têm investido em suas dioceses em eventos da RCC que costumam atrair centenas de pessoas. Entre estes, estão: *shows* musicais, projetos sociais, retiros, missas de cura, rebanhões, hallelus, cenáculos, congressos e inserção nos meios de comunicação.

Camurça (2009) salienta que foi por meio das ações da Renovação Carismática Católica que

o catolicismo intensificou sua presença na mídia. Em termos práticos, ocorreu o ajustamento do conteúdo católico com os avanços tecnológicos. Emissoras de TV, rádio, portais da *internet* e outras formas de comunicação utilizam uma linguagem simples, rápida, equipamentos dos mais avançados e modernos na construção de seus programas para atrair cada vez mais fiéis dentro de uma lógica de mercado extremamente competitiva. Para isto, as mídias católicas elaboram programas atrativos com jogos, músicas para todos os públicos, debates, programas de auditórios interativos, pregações, missas, momentos marianos para que o fiel, em sua casa, possa ter contato com a doutrina.

Uma das emissoras mais conhecidas pelos católicos foi fundada pelo Pe. Eduardo Dougherty, cujo nome é Século XXI da Associação do Senhor Jesus (ASJ). Partindo da venda de material religioso, tal como livros de formação e de cânticos, busca atingir a realização de programas de TV. Em seguida, foi criado o programa "Anunciamos Jesus", que, em 1986, já cobria 60% do território nacional através de três redes de TV. A partir de 1990, a ASJ fundou o Centro de Produções Século XXI, que possui três grandes estúdios de TV, nas cidades de Valinhos, São Paulo e Campinas.

Também se destaca, nos meios de comunicação, a Comunidade Canção Nova. Iniciada em 1974, na cidade de Lorena, a Comunidade adquiriu uma Rádio em 1980, em Cachoeira Paulista e, mais adiante, em 1989, conseguiu uma concessão de TV. Através da Fundação João Paulo II, a Rede Canção Nova TV é o canal católico que mais cresce no Brasil, possui retransmissoras em todas as regiões do país e está também presente na Itália e em Portugal.

Em 1995, foi fundada a Rede Vida de Televisão, na cidade de São José do Rio Preto. Tal canal de televisão se destaca no universo católico pela exibição, ao vivo, das missas *shows* do Padre Marcelo Rossi e das novelas do Divino Pai Eterno do Padre Robson de Trindade, no Estado de Goiás.

De acordo com Prandi (1996), um dos objetivos da RCC é a renovação interior do indivíduo, sua conversão pessoal ao catolicismo. Depois que a pessoa passou por este processo, está apta para atuar no campo político e social. A mudança social e política, na visão dos carismáticos, começa a partir da mudança de vida das pessoas e não por uma mudança inicial das estruturas sociais e políticas do país. Neste contorno, há uma preocupação com a moral da família do indivíduo e o desinteresse por assuntos sociais é uma forma de diminuir a movimentação da esquerda católica, representada fortemente pelas Comunidades Eclesiais de Base, que reduz cada vez mais sua influência na década de 1980.

Com a chegada da redemocratização do Brasil e a volta do multipartidarismo, os militantes das Cebbs descobrem, na política partidária, uma nova forma de participação política e um possível

espaço para a busca da concretização dos seus ideais junto ao Estado⁶. Portanto, em 1979, temos a formação do Partido dos Trabalhadores – PT –, liderado pelo ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que ajudou essa agremiação partidária a ter como ponto forte a defesa dos interesses dos trabalhadores. Conforme afirma Nicolau (1996), estudando a formação do PT:

Um terceiro grande grupo que se vinculou ao partido foi o de católicos progressistas. A organização do PT contou com a adesão imediata de lideranças de diversas pastorais da igreja católica: Pastoral da Terra, Pastoral Operária, Pastoral Universitária e grupos de direitos humanos. A adesão dos católicos trouxe para o partido um amplo setor social praticamente excluído do âmbito da ação política do sindicalismo e da esquerda marxista: moradores de bairros populares, trabalhadores rurais e moradores de pequenos municípios. Os católicos foram, sem dúvida, os principais responsáveis pela incorporação dos “pobres” na poliarquia petista (NICOLAU, 1996, p.95).

A participação católica nos partidos políticos, no período da redemocratização do Brasil, não se deu apenas pelo PT com representantes da ala progressista. Políticos ligados a movimentos conservadores, como a Opus Dei, Tradição, Família e Propriedade (TFP) e leigos ligados a bispos conservadores se fizeram representar em vários partidos e participaram das discussões nas comissões da Constituinte para a elaboração da Constituição de 1988. De acordo com Freston (1993), a bancada católica foi composta por 33 nomes próximo à bancada evangélica. Alguns desses políticos são: o ex-governador de São Paulo Mário Covas, o ex-Deputado Federal José Maria Eymael, o ex-Deputado Federal Severino Cavalcanti, ex-Senador Marco Maciel, o atual governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o ex-governador de São Paulo Franco Montoro.

Os políticos supracitados defendiam posições acerca da defesa da família, da propriedade privada, contra o aborto e favoráveis a alguns pressupostos moralistas defendidos pelos católicos. Alguns desses políticos, em 1988, ainda são as principais lideranças da fundação do PSDB, após a dissidência com o PMDB. Em função do ideário conservador e com interesses de expansão de suas atividades, os carismáticos adentram o cenário político e elegem seus primeiros representantes no início da década de 1990, pelo PSDB.

De acordo com Carranza (2000), a participação da RCC no cenário político se deu pela

⁶ De acordo com os estudos de Prandi (1996), no interior do catolicismo, vivia-se uma querela entre os dois movimentos. De um lado, os carismáticos defendiam uma religiosidade mais institucional, enfocando a vida sacramental, oracional, subjetiva e acreditando que os valores conservadores seriam as soluções para os principais problemas vivenciados pelas pessoas. Do outro, as CEBs, afinadas com políticas progressistas, acreditavam que a religiosidade deveria se pautar numa militância político-social que proporcionasse ao fiel melhorias em sua vida, principalmente no âmbito socioeconômico. Essa divisão estava presente nos Padres e Bispos da América Latina. O autor traz, no seu texto, uma Tabela com o voto dos grupos religiosos à Presidência da República em 1994 (Dados retirados do Datafolha). Conclui-se que 49,5% dos carismáticos votaram em FHC e 31,2% das CEBs votaram em Lula. Em outra tabela (taxa de rejeição FHC e Lula, em 1994), o autor nos mostra que 49% dos carismáticos rejeitavam Lula, enquanto FHC era o mais rejeitado pelos adeptos das CEBs. A explicação para a postura do voto e a rejeição dos candidatos pelos grupos deve-se ao fato de que Lula tinha uma candidatura mais inclinada à esquerda, e isto atrairia o voto das CEBs. Historicamente, o PT e as CEBs possuem pontos em comum de militância, tendo, portanto, uma aproximação ideológica. FHC possuía uma candidatura mais inclinada à direita, agradando mais à classe média (a maioria dos carismáticos provém da classe média), pela defesa da educação formal e garantia de privilégios sociais.

participação partidária. O primeiro parlamentar eleito como Deputado Federal (pelo Estado de Minas Gerais), no início da década de 1990, foi Osmânio Pereira (PSDB/MG), então coordenador nacional do movimento. Em Campinas, foi eleito Salvador Zimbaldi (PSDB/SP) – pregador e coordenador da RCC local, apoiado pelo Padre Eduardo (dono da emissora de TV século XXI) – como vereador, em 1988 e 1994, e Deputado Federal nas eleições seguintes. Outros políticos expressivos na RCC se elegeram em seus primeiros cargos pelo PSDB: ex-vereador e atual Deputado Federal Gabriel Chalita (eleito vereador pelo PSDB/SP), ex-Deputado Federal Miguel Martini (hoje filiado ao Partido Humanista Solidariedade – PHS – mas eleito Deputado Estadual pelo PSDB/MG)⁷, dentre outros. A RCC se utiliza de cartilhas e eventos para orientações políticas, abre espaços em seus grupos de oração e meios de comunicação para propaganda dos políticos, além de dar apoio explícito a certos candidatos:

A terceira mudança percebida na RCC se refere ao campo político, onde se encontram as maiores divergências entre a teologia da libertação e esse movimento. Apesar de existir um aparente consenso que a primeira se preocupa com o social e a RCC com o espiritual, na prática, esse consenso não ocorre: o movimento carismático tem o objetivo de ocupar o poder público por meio da política partidária desde suas origens. No Brasil, incentiva seus membros e lideranças a candidatar-se com uma orientação política definida (legislar em nome do movimento da Igreja e de Deus), estratégia traçadas (cartilhas, eventos, utilização de grupos de oração como plataforma política, apoio explícito da hierarquia) e articulação interna (Secretária Matias, de fé e política) (CARRANZA, 2000, p. 38).

Inicialmente, existia um desinteresse, por parte dos líderes da RCC, pela participação política dos seus membros. Quando estes entravam no cenário político, rejeitavam a proposta de luta política da ala progressista da Igreja e optavam pela via partidária com posições políticas bem definidas. A RCC conseguiu eleger Deputados Federais e Estaduais, vereadores e prefeitos em vários estados do Brasil. Senna (2008) faz um mapeamento dos candidatos eleitos pelo apoio da RCC ao longo destes anos:

A estratégia do movimento carismático elegeu candidatos, mas o espectro político é variado, mas predomina o espectro de centro-direita. Em Minas Gerais, ainda em

⁷ Ver em Anexo 1 a lista de todos os políticos eleitos pela RCC no Brasil. Para conseguirmos fazer um mapeamento de todos os nomes dos políticos eleitos, o escritório nacional da RCC nos disponibilizou os contatos de todos os coordenadores diocesanos (Diocese é uma unidade territorial, administrada por um Bispo, composta por várias cidades, e cada diocese possui um coordenador geral para a RCC) da RCC de todo o território nacional. Realizamos ligações telefônicas para as mais de duzentas dioceses, para obtermos o nome dos políticos eleitos, seu cargo na RCC e o cargo a que foram eleitos, dentre outras informações. É provável que o número de políticos eleitos que participam da RCC seja maior que estes apresentados na tabela acima. As razões pelas quais pressupomos não termos conseguido acesso a todos os nomes dos políticos deu-se em função da omissão de informações por parte das lideranças da RCC sobre a atuação política dos seus membros. Além disso, pesa o fato de o mandato ter sido exercido há muito tempo e os dirigentes atuais da RCC não se recordarem desses mandatos.

2006, existiam os seguintes deputados: Osmânio Pereira (federal) e Miguel Martini (estadual), ex-líderes da RCC, que migraram do PSDB para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em São Paulo, Salvador Zimbaldi (deputado federal, PSDB), César Quirino (deputado federal, Partido Verde). No Rio de Janeiro até 2005, Carlos Dias (PP), autor da lei que “esquarteja” o ensino religioso por confissão religiosa. Há também uma pequena presença de políticos ligados ao movimento carismático até em partidos como o PSB e o PT.

Em outro nível, a RCC, por ser um movimento fortemente implantado a partir das paróquias e dioceses, tem elegido alguns vereadores com relativo sucesso: Antônio Bueno, em Curitiba (PR), Francisco Pereira da Silva, Unaí (MG); Carlos Zito, em Maringá (PR).

Em Juiz de Fora, o candidato apoiado pela RCC, em uma estratégia que deixou conflitos, como a unificação em torno de algumas candidaturas, com apoio cerrado das lideranças carismáticas, chegou a obter em torno de 1100 votos, mas não foi eleito (SENNÁ, 2008, p.45).

Com a candidatura de várias lideranças a cargos políticos, em 1995, a RCC organizou a Secretaria Matia, que seria uma comissão responsável por organizar as questões relativas à RCC e à política no plano nacional. Esta comissão foi rotulada, nos anos 2000, como Ministério Fé e Política, e tinha por finalidade incentivar seus membros a participarem da política partidária, desenvolver trabalhos de conscientização do voto e lutar pela concretização dos direitos previstos por leis, além de ajudar as comunidades com orientações no período eleitoral, e campanhas educativas – preservação da ecologia, ética e direitos humanos – luta pela cidadania, evangelização no meio político, projetos sociais, seminários à luz de temas ligados à Doutrina Social da Igreja.

Carranza (2000) salienta que o sucesso eleitoral dos candidatos da RCC está relacionada com o fato de que os grupos de oração são usados como palanques eleitorais, e os líderes da RCC, dentre eles o Padre Eduardo, ensinam que os católicos precisam de representantes na política para defender os interesses da Igreja e que cristão vota em cristão. Um dos interesses da Igreja consistia na obtenção de uma concessão de TV para a Comunidade da Associação do Senhor Jesus, em Valinhos, para a retransmissão do conteúdo católico.

Ozai (2007) aponta que houve uma mudança política da RCC, avessa à participação política e a uma inserção significativa na área política, sobretudo por meio pela via partidária. Isto é explicado por dois motivos: o primeiro seria a própria pressão do Clero Católico, dos agentes da ala progressista, dos documentos católicos incentivando os católicos a se engajarem politicamente; o segundo motivo seria que as próprias lideranças da RCC, por iniciativas individuais, se candidatavam a cargos eletivos, ganhavam e ainda tinham uma expressão significativa de votos. Como foram vários os eleitos e candidatos ligados à RCC, o movimento se viu obrigado a organizar diretrizes nacionais para regulamentar a participação de seus membros na política.

Analisando as cartilhas, os documentos e as entrevistas sobre as orientações políticas da RCC, Ozai (2007) conclui que os direcionamentos ensinam os católicos a defenderem os interesses

do bem comum (entende-se por bem comum os direitos e deveres do gênero humano). Em outras palavras, o fiel, em âmbito público, precisa defender os interesses de todos. E estes interesses estão ligados à recuperação da moralidade da vida pública, à conversão dos políticos, e à implantação dos direcionamentos da Doutrina Social da Igreja.

A noção de política entendida por este grupo, de forma teórica, equivale à luta pela cidadania, à participação política dos seus membros e outras atividades de conscientização política. No exercício prático, a participação política tem se reduzido apenas à política partidária, com o intuito de eleger seus representantes, e que estes sejam, no campo político, porta-vozes de suas necessidades.

De acordo com Miranda (1999) os intelectuais da RCC não apoiam nenhum partido político ou candidatura – assim, a iniciativa das candidaturas são de caráter pessoal do político. No período das eleições, a RCC utiliza seus grupos de oração e outras atividades promovidas pelo movimento, como espaços para propaganda política, e, ainda, seus fiéis são recrutados como cabos eleitorais. Podemos observar tal ocorrência na trajetória política de Paulo Mindello como vereador na cidade de Fortaleza. Miranda salienta que Mindello escolheu o PSDB para sua candidatura, em função da ampla estrutura do partido, por sugestão do Bispo de Fortaleza e por acreditar que, dentro do partido, poderia mudar algumas de suas posturas anticristãs. Percebe-se que, nos encontros da RCC, Mindello constrói uma imagem, por meio de suas palestras e dos jornais distribuídos, ou reafirma suas características de homem honesto, trabalhador, temente a Deus, conhecedor da realidade dos pobres e da doutrina cristã, com habilidades políticas e sem corrupção.

Podemos observar essa relação do político e do religioso em quatro eventos promovidos pela RCC do Ceará, com participação de Paulo Mindelo. O primeiro foi no lançamento de seu livro, em um colégio confessional católico, onde estavam presentes várias lideranças da RCC local e várias pessoas da classe média. O evento enfatiza a importância da candidatura de Mindello, seus feitos e suas qualidades pessoais e de político. O segundo evento foi em Messejana, em um salão da igreja.

Dentro da RCC, Mindello participa como autor de vários livros de fé e política e pontos doutrinários do catolicismo, possui graduação em economia e viaja por todo o Estado ministrando palestras e cursos de formação sobre diversos assuntos, além de coordenações. Na propaganda feita, reafirma ser o político que investiu em projetos de leis nas áreas de saúde, urbanização das favelas, geração de empregos e fiscalização do dinheiro público. No total, propôs 175 projetos de lei e participou de 3 CPIs. Esses dados são passados nos eventos feitos pela RCC por todo o Estado do Ceará e em entre as classes sociais baixa e média. De acordo com a autora:

Se até as eleições de 1996 os carismáticos se candidatam por diferentes partidos (embora o mais frequente seja o PSDB), a partir de 1997, o até então quase inexpressivo PSN – Partido Solidarista Nacional, depois de reformulado e renomeado Partido da Solidariedade Nacional, passa a aglutinar esses

parlamentares e a abrigar as candidaturas que surgem nestas eleições de 1998. Parece que estamos assistindo a uma estratégia de reforço de uma agremiação que tenha "a cara" da RCC, ou, como prefere Paulo Mindello, "da doutrina social da Igreja". A ação política dos grupos religiosos aqui considerados é fundamentada numa particular concepção do religioso e do político, e numa valorização da militância política, que implicam uma construção de sentidos (MIRANDA, 1999, p.74).

Segundo Miranda (1999), os políticos católicos carismáticos se candidatavam por diversos partidos e por iniciativas pessoais. No entanto, o ex-Deputado Federal Miguel Martini (PHS/MG), em 1996, sai do PSDB e, juntamente com outras lideranças políticas, cria o Partido da Solidariedade Nacional (PSN) (em 2000, passa a se chamar PHS). A autora ressalta que Martini era uma das expressões mais influentes neste partido, que tem o objetivo de aglutinar todas as candidaturas carismáticas e usa-se de uma estratégia. As ideias contidas no estatuto do PHS são baseadas na Doutrina Social da Igreja Católica. Dito de outra forma, tendo um partido organizado sob a égide de um ideário católico, ele poderia atrair a candidatura dos carismáticos de todas as regiões do país, promover o crescimento do PHS em todo o território nacional e ter o apoio dos clérigos, formando, assim, um "partido carismático".

Machado (2004) aponta que o crescimento do PHS, sobretudo em Minas Gerais e Ceará, deu-se pelo trabalho político realizado por líderes carismáticos. Como exemplo, Miguel Martini, juntamente com outras lideranças da RCC, ocupa cargos administrativos e da diretoria do PHS. Este político tem andado por várias cidades do Estado de Minas Gerais, fortalecendo ou implantando o partido. Isto ocorre a partir do estreitamento de alianças com lideranças políticas locais e com os conselhos diocesanos da RCC. A ideia é inserir na coordenação das regionalidades do PHS, membros ativos do pentecostalismo católico, com o intuito de preservar a intrincada relação do DSI com o estatuto do partido e, ainda, manter a relação direta com o movimento. A autora aponta:

Em entrevista realizada em 2003 com o então presidente do PHS no Estado do Rio de Janeiro, o candidato a Deputado Federal Ó Clemente declarou que o partido é mais forte em Minas e no Ceará, e que embora não tenha conseguido eleger ainda ninguém no seu Estado, o PHS tem crescido bastante em número de filiados e votos. Ó Clemente afirmou também que em 1998 o PHS, com apenas dois anos de fundação, fez seu primeiro Deputado Federal, o candidato Miguel Martins que disputou pela representação de Minas Gerais no Congresso Nacional. Na eleição seguinte em 2000, o partido conseguiria eleger vários prefeitos e mais de cento e quarenta legisladores em todo o território nacional, o que foi interpretado por ele como um feito muito significativo para uma agremiação partidária tão recente (MACHADO, 2004, p. 85).

O crescimento do PHS em todo o Brasil, sobretudo nos estados supracitados, tem possibilitado uma crescente estrutura partidária, exposição midiática, força política e alianças para atuação dos seus filiados. Nesse sentido, os membros deste partido, que estão ligados

umbilicalmente com a RCC, de alguma maneira, passam a ser porta-vozes na esfera pública. Miranda desvela que o apoio dos carismáticos católicos na maneira de agir politicamente e na organização do PHS tem o intuito de representar seus interesses junto às repartições do Estado.

Machado (2004), analisando a atuação deste partido frente aos projetos de lei, conclui que o posicionamento e as estratégias de atuação estão sempre ligados aos valores e direcionamentos defendidos pela Igreja Católica e pela Renovação Carismática Católica. O PHS posiciona-se contrário à legalização do aborto, ao casamento de homossexuais e à permissão de adoção a eles, contra a eutanásia, os métodos contraceptivos e o erotismo. Luta por investimentos nas áreas sociais e pela intervenção do Estado na economia. No entanto, por mais que o PHS defendesse interesses dos católicos, muitos políticos preferiram não mudar de partidos. Isto pode ser explicado pela divergência de ideias entre os próprio políticos vinculados à RCC e os vários partidos interessados no eleitorado carismático que investem nas candidaturas desses políticos, não precisando, assim, trocar de agremiação partidária.

Não é qualquer membro da RCC que terá apoio do movimento nas disputas eleitorais. O candidato precisa ter pré-requisitos para que se oficialize este apoio, de acordo com o manual produzido pelos carismáticos:

(...) ter conhecimento e compromisso com a Doutrina Social Cristã a fim de defender os valores cristãos contra projetos que ferem o direito, a cidadania e a vida como: aborto, pena de morte, entrega do patrimônio público ao poder econômico, leis que provocam desemprego estrutural, etc;
Ser capaz de se posicionar contra todas as formas de injustiças sociais, denunciando-as e se opondo a elas nas votações, mesmo que lhe custe a perda de espaço político no partido e junto ao poder executivo;
Ter um conselho representativo que possa orar, discernir e contribuir diretamente nas decisões políticas do mandato, utilizando-se dos carismas e sinais tão amplamente utilizados na caminhada de fé de conselhos, ministérios e comunidades ligadas à espiritualidade da RCC. Por isso, o candidato deverá indicar seu conselho e assumir o compromisso de reunir-se com ele, pelo menos uma vez por mês, para acompanhamento do mandato;
ter participação, contribuição e Unidade com a Igreja e a RCC na diocese, com pelo menos 5 anos de caminhada nos Grupos de Oração e Evangelização em Comunidades ligadas ao Movimento. (NASCIMENTO, 2006, p..79)

De acordo com as diretrizes da Renovação Carismática Católica, todos os candidatos recrutados serão acompanhados por um Conselho. Este Conselho deverá ser composto por indivíduos pertencentes ao movimento e indicados pelo coordenador geral da RCC. Desde a elaboração dos discursos políticos, a criação dos santinhos, as estratégias de *marketing*, a atuação junto aos partidos, as formas de propaganda, a exposição midiática, o controle financeiro, a formação de coligações e até mesmo outras formas de aconselhamento são medidas adotadas entre o candidato e os seus acompanhadores em reuniões mensais. Esses acompanhamentos se darão após

as eleições, caso o candidato seja eleito, para fiscalização de suas ações na arena política. Dito de outra forma, a instauração de uma metodologia de acompanhamento de seus políticos no processo eleitoral brasileiro consiste em uma estratégia da RCC de regular e fiscalizar as atividades dos seus acompanhados. Isto é, na prática, quando o Conselho elabora direcionamentos a ser executados pelo seu representante, significa o controle da RCC no mandato do político ou da campanha eleitoral do candidato, evitando, assim, que o mandatário trace ações de acordo com os seus interesses em detrimento dos interesses da própria RCC.

Nesse sentido, confirma-se a nossa hipótese de que o catolicismo estaria tentando manter sua hegemonia no campo político por meio da RCC. Com a inserção dos políticos evangélicos, sobretudo pentecostais, na esfera política após a redemocratização, a Igreja Católica, gradativamente, viu cair sua influência na política nacional. Da mesma forma que o apoio à RCC em suas atividades evangelizadoras em todos os segmentos da sociedade, a política não ficou de fora dessas estratégias. Percebemos isto pelas várias inserções da RCC na arena política.

Capítulo 2: Perfil dos Políticos vinculados a Renovação Carismática Católica

Como vimos no primeiro capítulo, ao longo da redemocratização brasileira, a Igreja Católica tentou, de diversas maneiras, permanecer como umas das instituições de maior influência na sociedade brasileira. Para isso, essa instituição tem se utilizado de várias estratégias de inserção nas instâncias políticas para lutar pelos seus interesses e, assim, frear o crescimento político de outros grupos. Uma dessas estratégias tem sido incentivar seus membros a se candidatarem a cargos políticos para que, caso sejam eleitos, proponham projetos que vão ao encontro dos ideais defendidos pelos católicos – ou ainda, sejam contrários a ementas que vão contra a ordem e a moral defendidas por esta Instituição.

Os membros da Renovação Carismática Católica têm se destacado no que se refere à entrada no campo político. A cada eleição, é crescente o número de pessoas eleitas vinculadas a esse movimento. Seja para o cargo de vereador, prefeito, deputado estadual ou deputado federal, a Igreja Católica descobriu, na RCC, uma poderosa arma estratégica para a sua inserção no meio político.

Diante disso, o objetivo deste segundo capítulo é verificar o perfil político social dos representantes da RCC. Para isso, buscamos responder às seguintes questões: Quem são esses políticos? Qual é sua origem social e sua escolaridade? Quais são os vínculos destes políticos com a RCC antes e depois de sua vitória nas eleições? A que partidos são filiados? Quais os estados que mais elegeram políticos vinculados à RCC e qual a razão desse desempenho? Existe diferença nos perfis desses políticos entre as cinco regiões do Brasil? A nossa hipótese é a de que, dada a importância do controle da representação da RCC nas arenas políticas, os candidatos selecionados e eleitos devem ter fortes vínculos com o alto escalão dessa Igreja.

Para responder a essas e outras perguntas, montamos um extenso banco de dados contendo as seguintes informações: nome, profissão, escolaridade, sexo, partido, número de votação obtido, partido filiado, cargo ocupado na RCC, patrimônio, nascimento, estado e cidade de origem e ano de mandato. A maioria das informações foi obtida no TRE – Tribunal Regional Eleitoral dos Estados. Outras informações foram pesquisadas nos *sites* pessoais dos políticos ou na própria RCC. Essas variáveis foram inseridas no programa estatístico para ciências sociais Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), com o objetivo do cruzamento das informações para a verificação desta hipótese.

Este capítulo está dividido em duas sessões. A primeira analisa o perfil social: sexo, escolaridade e profissão. A segunda analisa o perfil político: cargos ocupados no interior da RCC, filiação partidária e cargos eleitos. Em cada sessão, analisaremos os dados das cinco regiões do

Brasil. Em alguns gráficos, trabalhamos com 143 dados que correspondem ao número de congressistas eleitos e, em outros gráficos, trabalhamos com 213 dados equivalentes aos mandatos, incluindo suas reeleições. Dessa maneira, a partir dos dados estatísticos, poderemos ter uma noção real do perfil sóciopolítico dos representantes da RCC.

2.1 – Perfil Social

A escolha da variável *sexo* foi importante para a nossa pesquisa. Com esta informação, pudemos mensurar a proporção de homens e mulheres da Renovação Carismática Católica nas instâncias políticas.

Ao longo da história da sociedade brasileira, forjou-se um modelo de família conservadora e patriarcal. Centralizava-se na figura masculina a função de autoridade máxima da casa, provedor do lar e detentor do poder de decisão sobre os rumos que a família iria tomar; enquanto a mulher tinha a função de cuidar da casa, do marido e dos filhos e ser obediente ao seu esposo. Em outras palavras, havia uma linha tênue de separação das funções dos homens e das mulheres. A mulher era submissa aos homens e privada das atribuições diretivas da sociedade.

No campo das profissões, havia muita exclusão e preconceito em relação ao sexo feminino. O sexo masculino ocupava cargos de direção na sociedade – como de diretorias das empresas, sindicatos, escritórios de direito –, eram médicos, empresários e administradores, professores universitários, enquanto as mulheres eram treinadas para exercer funções de cuidar das pessoas, como a de enfermeira e pedagoga.

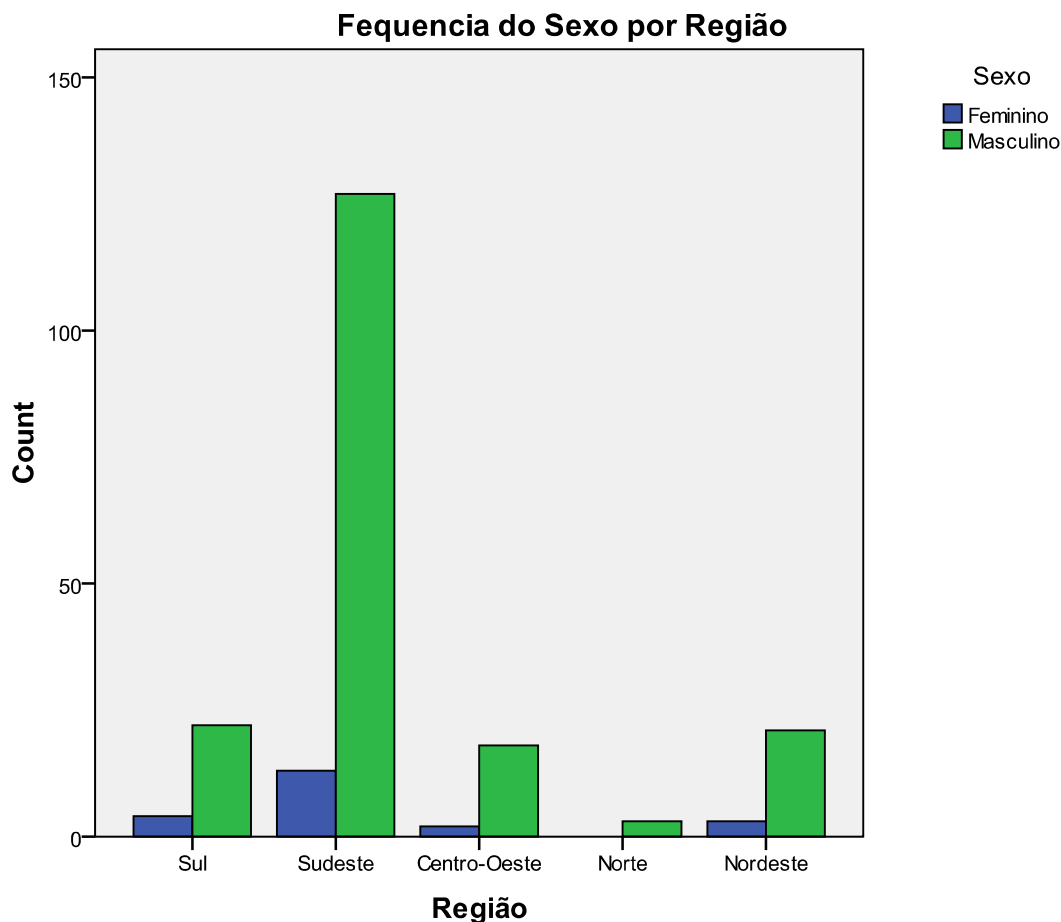
Com o advento da modernização, secularização e laicização do Brasil, vários grupos sociais se organizam e começam a reivindicar espaço na sociedade. As mulheres, por sua vez, lutavam pelo espaço até então ocupado pelos homens nos cargos de direção das instituições, pela representatividade na política, pela igualdade de direitos sociais entre os sexos, dentre outras pautas de reivindicação.

Pensando neste contexto patriarcal que forjou a sociedade brasileira, analisamos o percentual de homens e de mulheres que representam a RCC na arena política. Temos ampla inserção do universo masculino na representação partidária dos carismáticos em detrimento da participação das mulheres na esfera política.

De acordo com o Gráfico 1, a região Sul elegeu 15,4% de mulheres, seguida pelo Nordeste, com 12,5%, Centro-Oeste, 10%, Sudeste, com 9,3 % e nenhuma candidata pela região Norte. Em relação ao universo masculino, a região que apresenta maior participação destes é o Norte, com 100 % dos eleitos, seguida pelo Sudeste, com 90,7%, Sul, com 90%, Nordeste, com 87,5% e Centro-Oeste, com 84,6 %. Dos 143 mandatários levantados por esta pesquisa, 88,11 % são do sexo

masculino e 11,89 % são do sexo feminino.

Gráfico 1: Frequência do Sexo por Região



Analisando o Gráfico 1, percebemos que a região Norte não conseguiu eleger nenhuma representante feminina na esfera política. Isto pode ser explicado já que a maioria dos municípios que pertence a esta região possui fortes vínculos com o latifúndio e o coronealismo, é subdesenvolvida, tem baixa distribuição de renda e tem influência do patriarcalismo. As formas de religiosidade católica são mais tradicionais, conservadoras, voltadas para festas populares, terços, romarias – e não para manifestações carismáticas. O Norte tem os estados com menor número populacional e com porcentagens elevadas de pentecostais⁸ (em alguns estados acima da média nacional).

Outro motivo que nos leva a entender a baixa participação das mulheres apoiadas pela RCC

⁸ Segundo o Censo 2000, promovido pelo IBGE, em Rondônia, por exemplo, 27,7% da população é evangélica. Outro estado onde é possível ver o crescimento do protestantismo é Roraima, onde 23,6% dos moradores se dizem evangélicos. Em Amazonas, 19,2% dos amazonenses se dedicam à doutrina protestante.

na política é a relação do catolicismo com os homens e com as mulheres. De acordo com Marchado (2009), no interior da Igreja Católica, existe uma diferenciação do tratamento dos homens para com as mulheres que é reflexo do conservadorismo da sociedade. As mulheres seriam comparadas a Maria, mulher humilde, silenciosa, subordinada ao marido, que cuidou de seu filho Jesus, e os homens comparados a Cristo, homem forte, pregador da palavra e viril. Neste sentido, no interior da organização da Igreja, os homens seriam aqueles que pregariam a doutrina católica, ocupariam os cargos de direção das Igrejas, e as mulheres seriam “irmãs” para cuidar dos pobres e dos padres. Neste raciocínio, não era de responsabilidade do sexo feminino ocupar cargos de liderança dentro das igrejas ou ter ocupações que lhes dessem prestígio entre os fiéis.

No entanto, por mais que haja, na política, maior participação dos homens do que das mulheres carismáticas, percebemos que houve avanço do espaço feminino no pentecostalismo católico. Vemos isso pela participação do sexo feminino nos diversos ministérios.

Das eleitas, apenas três conseguiram se reeleger. Foram elas: a enfermeira Maria Estelina Vargas (PSDB/SC), eleita vereadora pela cidade de Tubarão em 1996, com 886 votos, e reeleita em 2004 pelo mesmo partido, com 944 votos. A outra é a Maria Amidia de Paula (PMDB/MG), eleita vereadora por Garanhães, pela primeira vez, em 1996, com 305 votos, e reeleita em 2000, com 286 votos. E por último, temos a deputada estadual Maria Tereza Iara (PT/MG), que conseguiu três reeleições. Foi eleita pela primeira vez em 1998, com 20.233 votos, a segunda em 2002, com 34.934 votos, a terceira em 2006, com 35.013 votos, e, em 2010, com 37.442 votos. No entanto, a mulher mais conhecida no meio carismático que aderiu à militância política é a atriz Myriam Rios (PDT/RJ), eleita deputada estadual em 2010, conhecida por trabalhos na dramaturgia na televisão e pelo envolvimento afetivo com o cantor Roberto Carlos. Em 2002, deixa sua carreira artística e decide-se pela apresentação de programas católicos na TV e Rádio Canção Nova.

No tocante às cidades, o interessante é que a maioria das que conseguiram eleger mulheres nos cargos políticos é de pequeno porte (em média, de cem mil habitantes) e a maioria das mulheres eleitas veio das regiões Sul e Sudeste. São regiões que, historicamente, passaram por processo de urbanização, secularização, industrialização, avanços dos meios de comunicação, inserção de novas tecnologias, investimento na ciência, surgimento de novos grupos sociais e a defesa dos valores democráticos (igualdade e liberdade). Com o desenvolvimento das cidades, são construídas novas relações entre homens e mulheres. As mulheres passam a ocupar cargos de liderança na sociedade em todos os setores.⁹

As instituições religiosas, nada alheias a este processo de pluralismo cultural, adaptam-se a

⁹ As cidades são: Concórdia/SC, Tubarão/SC, Caraguatatuba/SP, Guarapuava/PR, Cristiano Casto/PR, Nazário/GO, Simões/PI, Arcos/MG, Poção das Pedras/MA, Pontal do Araguaia/MT, Gunhão/MG, Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP).

novas nuances históricas para sobreviverem ao mundo moderno. Para atrair novos membros para suas igrejas ou, ainda, aumentar os laços de pertencimento dos que já congrega, incentiva a participação dos leigos (independente do sexo) nas atividades de suas respectivas igrejas, inclusive em cargos de liderança. Deste modo, gradativamente, as mulheres passam a exercer funções administrativas, como coordenadoras de trabalhos, membros dos conselhos etc. Podemos perceber isso nas atividades internas do movimento carismático: por mais que a Igreja Católica tenha uma predileção pelo sexo masculino nas atividades diretivas de sua instituição, os carismáticos mostram-se um tanto contrários a essa tendência. Não são raros os cargos de coordenação geral de atividades no âmbito estadual, nacional e internacional ocupados por mulheres.

Além disso, buscando identificação com o eleitorado feminino e aproveitando a popularidade dessas lideranças junto com os membros carismáticos, a cada eleição é incentivada a participação das mulheres na disputa da política partidária. Tal prática já tem mais espaço nas igrejas pentecostais. Atualmente, vemos mulheres ocupando cargos de pastoras, bispas, deputadas federais, estaduais e vereadoras. Muitas são conhecidas pelos seus programas apresentados em rádios e TVs. Muitas Igrejas Evangélicas, aproveitando que existe uma cota para a eleição de mulheres nas instâncias públicas, buscam preencher esta cota com candidatas oriundas de suas igrejas.

Outras variáveis importantes para traçarmos um perfil dos políticos ligados à Renovação Carismática Católica são a escolaridade e a profissão. A partir dessas duas variáveis, os políticos definem suas pautas de reivindicações, o conteúdo dos projetos de lei – alguns profissionais nos sinalizam o estrato social do candidato e a sua condição financeira. Dito de outra forma, por meio da escolaridade e profissão podemos descobrir por quais grupos sociais a Câmara (Federal ou Estaduais) e o Senado estão sendo representados, quais as idéias que defendem e quais as classes sociais.

Sendo assim, através dos dados coletados, queremos saber o nível de escolaridade dos políticos carismáticos, de quais profissões são oriundos, em quais regiões do Brasil essas profissões estão mais representados e qual região possui, respectivamente, o maior e o menor nível de escolaridade entre os congressistas. Os Gráficos 2 e 3 mostram o nível de escolaridade nas cinco regiões brasileiras.

Gráfico 2: Nível de Escolaridade por Regiões

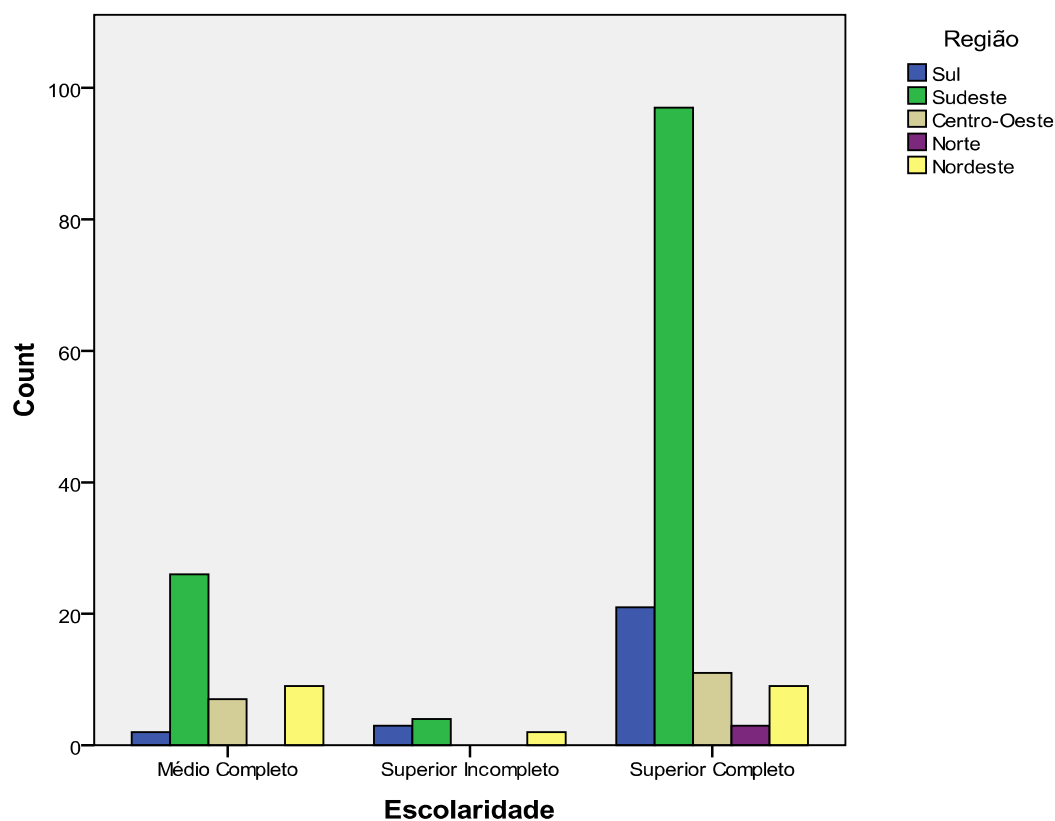
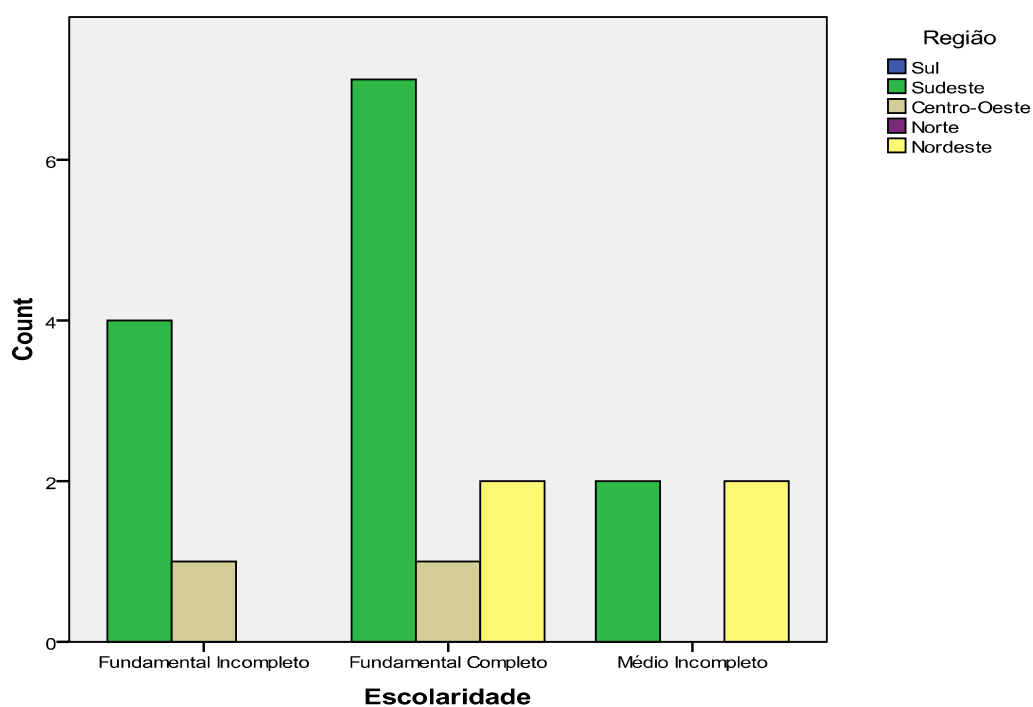


Gráfico 3: Nível de Escolaridade por Regiões



De acordo com os dados dos Gráficos 2 e 3, na região Sudeste, 97 mandatários possuem ensino superior completo, 4 possuem superior incompleto, 26, ensino médio, 7, fundamental completo e 4, fundamental incompleto. Na região Sul, 21 mandatários possuem ensino superior, 3

possuem superior incompleto, 2, médio completo e nenhum político foi detectado com instrução educacional menor que ensino médio completo. Na região Centro-Oeste, 11 têm ensino superior, nenhum tem superior incompleto, 7, ensino médio completo, nenhum tem médio incompleto, 1, fundamental completo e 1, incompleto. Na região Nordeste, 9 possuem ensino superior completo, outros 9 têm médio completo, 2, superior incompleto, 2, médio incompleto, 2, fundamental completo e nenhum tem fundamental incompleto. E, na região Norte, os três candidatos possuem ensino superior completo. Dito de outra forma, para os carismáticos, ter um diploma de ensino superior é indispensável para entrar na vida política. A razão disto é que acreditam que, quanto maior o nível de escolaridade do político, maior facilidade ele terá em propor projetos de lei e fazer alianças políticas, maior entendimento sobre o funcionamento do sistema político partidário brasileiro, maior poder de barganha junto ao eleitorado, clero, partidos e outros políticos, melhor entendimento das leis católicas, dentre outras qualidades.

Difícilmente, um membro da RCC que tenha baixa escolaridade consegue chegar ao cargo de deputado federal ou ter apoio das lideranças na disputa eleitoral. Quase a totalidade dos deputados possui, no mínimo, ensino médio. Podemos citar, como exemplo, o Deputado Federal Gabriel Chalita, doutor em Filosofia do Direito e em Comunicação e Semiótica, mestre em Direito e em Ciências Sociais e graduado em Direito e em Filosofia; o ex-Deputado Federal Miguel Martini, formado em História, o Deputado Federal Salvador Zimbaldi, especialista em Edificações, o Deputado Federal Eros Biondini, formado em Veterinária, a Deputada Estadual por Minas Gerais, Iara Lara, com formação em Pedagogia, a ex-Deputada Estadual Cecília Passarelli, com ensino médio completo. Entre os vereadores, a maioria dos políticos possui alta escolaridade (leia-se: ensino superior completo e incompleto e ensino médio completo), porém, 13 deles apresentam baixa escolaridade (ensino médio incompleto e ensino fundamental).

Prandi (1996) chegou à conclusão de que a RCC consistia em um movimento voltado para os interesses de classe média. Seus membros são pessoas que defendem idéias conservadoras, a exemplo da defesa da família e da propriedade privada. A maioria possui formação em ensino superior, a maior parte dos grupos de oração está funcionando em regiões centrais das cidades ou em cidades com altos índices de urbanização e industrialização. Tal autor mostra que, nos bairros periféricos, existe uma resistência por parte do clero católico e dos próprios membros na adesão à proposta do movimento. Isso é explicado pelo fato de que, nessas localidades, existe forte presença dos grupos pentecostais e um catolicismo mais voltado para a luta social.

Ter uma formação acadêmica vai ao encontro da mentalidade e da organização socioeconômica do Brasil de hoje. Para os brasileiros, imersos no sistema capitalista, uma das vias de ascensão financeira e social é a educação. Ter o diploma de ensino superior é sinal do surgimento de novas oportunidades de emprego, do desenvolvimento da racionalidade e do rompimento com as

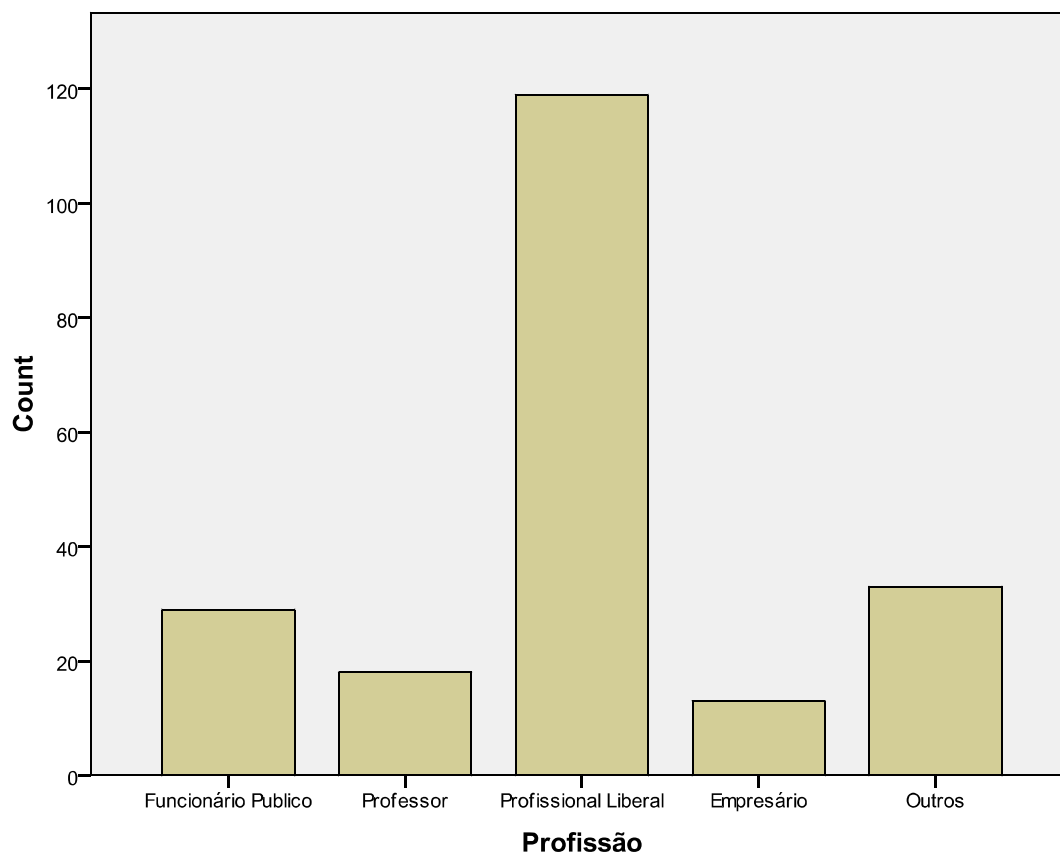
dificuldades sociais enfrentada pelas pessoas que vivem em regiões pobres. Relacionada à formação intelectual dos políticos vinculados à RCC, temos a variável profissão. Rodrigues (2002), analisando o perfil dos políticos da 51^a legislatura, percebeu que, desde a redemocratização do Brasil, houve uma pluralização da representação das profissões, ocasionando uma popularização da Câmara dos Deputados. A partir disso, e analisando a categoria *ocupação* dos congressistas eleitos da RCC, percebemos que existe também enorme variação.

Para melhor analisar a variável *profissão*, este trabalho seguirá a categorização proposta por Rodrigues (2002), agrupando as ocupações nas categorias: profissional liberal, funcionalismo público, professor, empresário e outros.

A primeira categoria mais bem representada entre os pentecostais católicos é a de profissional liberal, com 55,9%. Dentre as ocupações representadas, temos: advogados, agentes administrativos, administradores, auxiliares de escritório, biólogos, biomédicos, veterinários, enfermeiros, engenheiros, dentistas, médicos, músicos, radialistas, jornalistas, dentre outros. Podemos citar o exemplo do político mineiro de Belo Horizonte, Sergio Fernando Pereira (PHS/MG). Eleito em 2009, sua formação inicial é advocacia, exercida paralelamente ao mandato de vereador – Pereira é um dos mais conhecidos pelo público carismático.

O Gráfico 4 traz as principais informações sobre as profissões entre os políticos vinculados à RCC (em âmbito nacional):

Gráfico 4: Relação de Profissões dos Políticos da RCC



O funcionalismo público é a segunda categoria na ordem de importância das profissões que qualificam os carismáticos para a vida política. Este setor representa 13,6%, e abriga as profissões das altas instâncias burocráticas dos governos nacionais, estaduais e municipais, além de representar o baixo funcionalismo. Podemos citar, como exemplo, o vereador Josenildo Sinésio da Silva (PT-PE). Eleito pela primeira vez em Recife, com 6.908 votos, em 2004, e reeleito para o mesmo cargo, em 2008, com 7.370 votos, antes de ser eleito, trabalhava como funcionário público na Câmara Municipal de Recife.

A terceira categoria profissional a servir de fonte de recrutamento entre os carismáticos é a dos professores, totalizando 8,5%. Neste setor, contamos todos os níveis de atuação: professor universitário, ensino público e particular. O exemplo mais conhecido dos brasileiros é o Deputado Federal Gabriel Chalita (PMDB/SP). Como já foi mencionado, Chalita tem formação em filosofia e ciências sociais, doutorado em Filosofia e Comunicação, atualmente é professor universitário na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Universidade Presbiteriana Mackenzie e das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).

A quarta ocupação na ordem do fornecimento de membros para a classe política é o

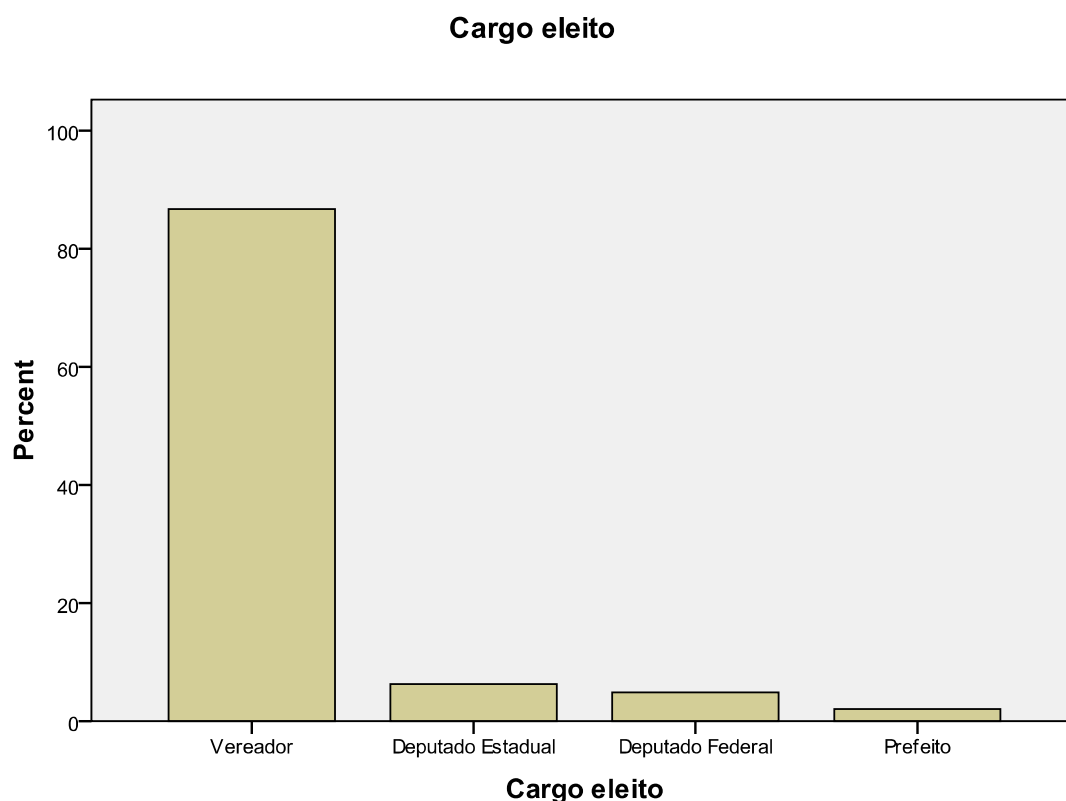
empresariado. Representando 6,1%, este setor abrange administradores de pequenas, médias e grandes empresas, nos mais diversos ramos do empreendedorismo.

Podemos concluir que essas ocupações são as que aperfeiçoam as habilidades de expressão, argumentação, aperfeiçoamento da arte da oratória e raciocínio lógico – características essenciais para conquistar o eleitorado, o apoio de segmentos da sociedade e, até mesmo, assegurar posições de liderança entre a classe política. Isto é, para conseguir se eleger para qualquer cargo, no executivo e no legislativo, o sujeito precisa ter o domínio da oratória. Nesse sentido, a maioria dessas profissões desempenhadas pelos carismáticos os qualifica melhor para o cargo político, além de suas habilidades pessoais.

2.2- Perfil Político

A partir do universo pesquisado, conseguimos levantar o nome de 143 políticos eleitos pelos diversos estados, anos e mandatos. De acordo com o Gráfico 5, podemos observar que 2,1% são prefeitos, 6,3% são deputados estaduais, 4,9% são deputados federais e 86,7% são vereadores. Observamos, ainda, que nenhum presidente, senador ou governador foram eleitos:

Gráfico 5: Percentual de Cargos Eleitos de Políticos da RCC



Juntando a porcentagem das eleições dos vereadores e deputados estaduais e federais, chegamos à surpreendente marca dos 97,9% dos políticos eleitos para cargos legislativos e apenas 2,1% para cargos executivos. Estes resultados podem ser explicados pelas regras vigentes no sistema eleitoral brasileiro.

Segundo Nicolau (1996), no Brasil, há duas formas de eleições. O voto proporcional é adotado nos pleitos para deputados federais, deputados estaduais ou distritais e vereadores, enquanto que o voto majoritário é adotado nos pleitos para presidentes, governadores, senadores e prefeitos, e seus respectivos vices. Na representação proporcional, existe um número de vagas a serem preenchidas. Cada coligação ocupará um número X de cadeiras, de acordo com o número de votos obtidos, e os candidatos eleitos são aquelas mais votados nessas legendas. Na representação majoritária, vence o candidato que obtiver o maior número de votos. Caso o candidato não consiga 50% mais um dos votos, a eleição vai para um segundo turno, disputado entre os dois candidatos mais bem votados.

Para ser eleito no sistema proporcional, o político depende de sua base de apoio. Muitos dos políticos eleitos são apoiados por instituições que dão ajuda financeira, inserção dos meios de

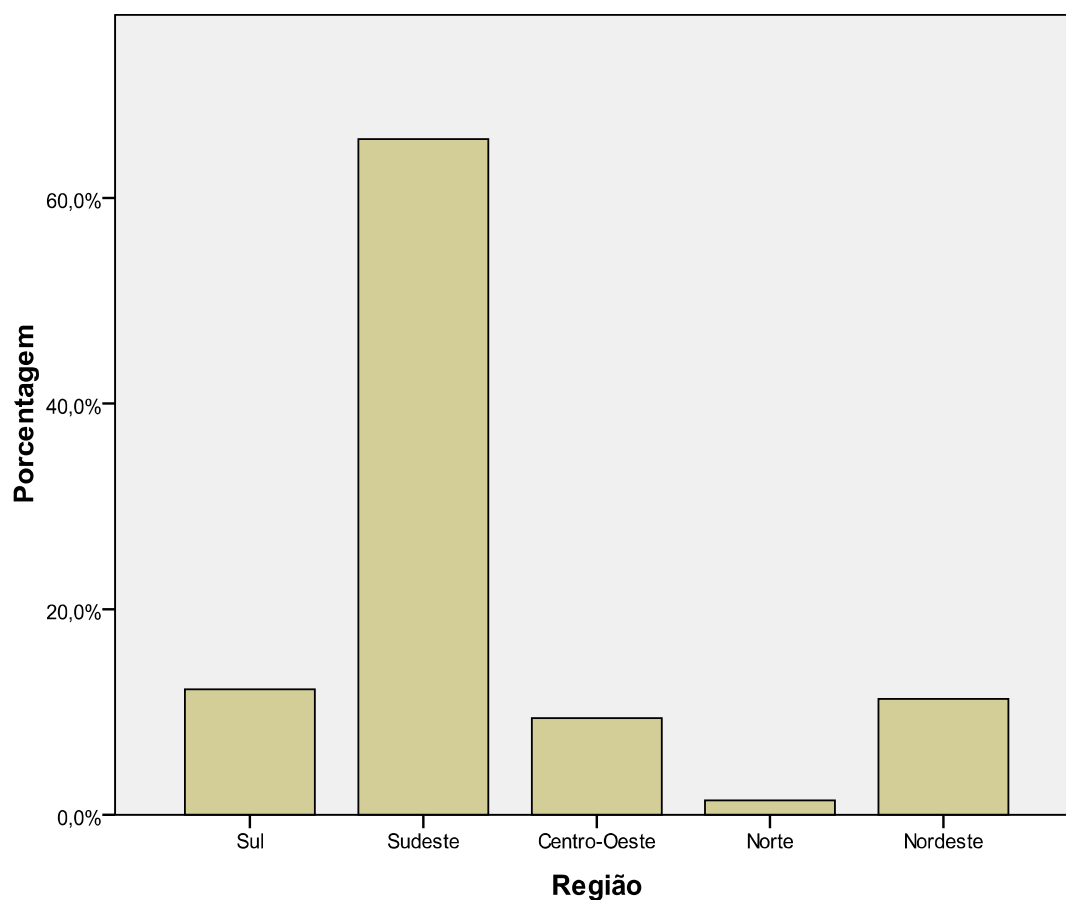
comunicação e outras estratégias para culminar em sua vitória. Nas atividades dos carismáticos não é diferente. A imagem dos candidatos é exposta na mídia, seus nomes são lembrados nos eventos promovidos pela RCC, que costuma juntar milhares de fiéis, recorre-se a práticas clientelistas para a obtenção de votos, além do apoio de alguns setores do clero e outros segmentos católicos. Ou seja, pelo fato de o candidato estar próximo do seu eleitorado, acaba-se criando um vínculo entre ambas as partes e, dependendo do número de votos de que o candidato precisa para ser eleito, os possíveis votos dos membros da RCC podem ser suficientes para elegê-lo.

Para um candidato ser eleito no sistema majoritário, ele precisa dos votos dos diversos grupos inseridos naquele contexto social. Isso implica que, se o político X defender posições contrárias a um determinado grupo, na prática, isso representa perda de voto e pode por em risco a sua vitória no processo eleitoral.

Na nossa pesquisa, não encontramos tentativa da RCC de eleger candidatos ao cargo de governador nem presidente (talvez pelo movimento não ter força política para eleger um candidato deste nível de atuação ou por não ter um nome forte na política). Nas eleições de 2010, o ex-deputado federal Miguel Martini (PHS/MG) disputou uma das duas vagas para o senado. Teve 274.041 votos (1,43%), e não foi eleito. Mesmo tendo fraco desempenho nas eleições, isso nos mostra a tentativa dos carismáticos de galgarem postos políticos de maior expressividade nacional, pois seus representantes já possuem carreira política (por terem exercido outros cargos políticos) – espécie de trampolim para a eleição a outros cargos – e são conhecidos por boa parte do eleitorado, ampliam, assim, sua base eleitoral.

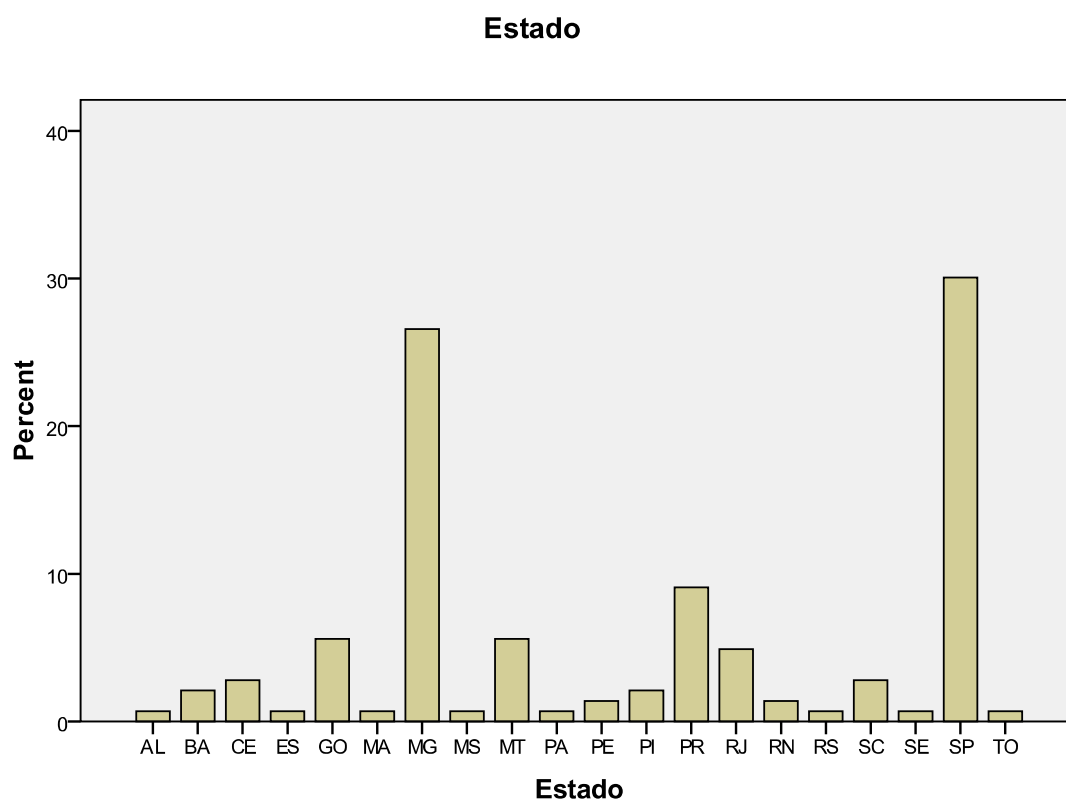
No total, houve 213 mandados, sendo 143 eleições de primeiro mandato e 70 reeleições. De acordo com o Gráfico 6, a região Sudeste conseguiu eleger 65,7% dos mandatários, a região Sul conseguiu 12,25%, região Nordeste, 11,3%, o Centro-Oeste, 9,4% e a região Norte, apenas 1,4%:

Gráfico 6: Cargos dos Políticos da RCC Eleitos por Região



Segundo o Gráfico 7, o estado que conseguiu eleger mais representantes foi São Paulo, com 30,1%. Minas Gerais elegeu 26,6%, Paraná, 19,1%, Goiás e Mato Grosso, 5,6%, Rio de Janeiro, 4,9%, Ceará e Santa Catarina, 2,8% e Bahia, 2,1%. Os demais estados não conseguiram representatividade ou estão abaixo de 1% dos eleitos.

Gráfico 7: Relação de Políticos da RCC eleitos por Estado



A razão da alta variação dos resultados entre os estados e entre as regiões está na organização da Renovação Carismática Católica. Conforme apontado por Prandi (1996), com a crescente debandada de fiéis católicos para outras religiões, sobretudo pentecostais, nas últimas décadas, a Igreja Católica (como vimos no capítulo anterior) utilizou-se dos carismáticos como estratégia para reverter esse declínio e, assim, permanecer com atuação superior às outras religiões na esfera pública. São Paulo se destacou nesta empreitada. O movimento carismático possui duas emissoras de TV (Canção Nova e Século XXI, além de programas na Rede Vida) com retransmissoras em todo o país, várias emissoras de rádio, jornais e revistas de circulação nacional, vários padres cantores de conhecimento nacional e sucesso fonográfico, a exemplo do Padre Marcelo e do Padre Fábio. Existem vários eventos musicais que atingem marcas expressivas (todo os anos realiza-se na cidade de Franca o *Hallel*, que consegue atrair mais de cem mil pessoas em um único final de semana), sem contar os inúmeros projetos sociais desenvolvidos em todo o estado.. Todo o investimento dos católicos paulistas da RCC para controlar maiores espaços na política partidária começa a dar resultados, redundando nas maiores bancadas de representantes.

O político paulista carismático mais conhecido nacionalmente é o atual deputado federal

Gabriel Chalita (PSB/SP). Professor universitário, apresentador de programa de TV e rádio na Canção Nova, escritor, ex-secretário da educação, advogado, foi o vereador mais bem votado da cidade de São Paulo em 2008 e, em 2010, o segundo deputado federal mais bem votado do estado paulista.

Minas Gerais é o segundo estado com maior número de grupo de oração (de acordo com o último censo feito pelo movimento, eram mais de mil grupos). Tal estado se destaca entre os políticos eleitos pela RCC por ser a região que conseguiu o maior número de pessoas ligadas ao ministério de pregação – 28 pessoas, no total – e o político mais expressivo entre os pregadores é o ex-Deputado Federal Miguel Martini.¹⁰

Um dos critérios definidos para que o estado tenha mais regiões episcopais é o seu contingente populacional. Sendo assim, os estados que possuem maior número de dioceses no Brasil são aqueles que possuem maior contingente populacional, e são os estados com maior presença dos carismáticos. Portanto, é natural que esses estados se destaquem na eleição de representantes na política partidária. De acordo com os dados do IBGE, o maior estado é o de São Paulo com 41.252.160 pessoas, seguido por Minas Gerais, com 19.595.309 habitantes, Rio de Janeiro, com 15.993.583 moradores, Bahia, 14.016.906, Rio Grande do Sul, 10.695.532 e Paraná, 10.439.601.

Os estados da região Norte do Brasil quase não se fazem representados na arena política das suas respectivas instâncias, devido ao baixo grau de organização da RCC nessas dioceses. Há pouca abertura do clero local em aceitar as atividades dos carismáticos e são regiões com presença forte das CEBs – que, historicamente, são avessas à RCC, o que pode atrapalhar o desenvolvimento das atividades desse movimento nessas regiões.

No tocante aos cargos exercidos por esses políticos no interior da RCC, vimos, no capítulo anterior, que a RCC chegou ao Brasil na década de 1970 no estado de São Paulo e, em pouco tempo, se fez presente em todo o território nacional. Em curto espaço de tempo, milhões de católicos se identificaram com as diretrizes propostas por este movimento. Atualmente, constituem o maior movimento católico formado por leigos no mundo todo.

Com a expansão da RCC, muitas atividades foram sendo realizadas, dentre elas: *shows*, retiros, projetos sociais, missas, congressos e viagens. Para melhor gerenciar seus eventos,

¹⁰Outro fator que corrobora para que São Paulo, Minas Gerais e Paraná se destaquem na eleição de representantes é a divisão administrativa adotada pelo Vaticano. Segundo os dados da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), temos 275 circunscrições eclesiais no Brasil, assim distribuídas: 44 Arquidioceses, 211 Dioceses, 13 Prelazias, 3 Eparquias, 1 Exarcado, 1 Ordinariato para os fiéis de Rito Oriental sem Ordinário Próprio, 1 Ordinariato Militar e 1 Administração Apostólica Pessoal. O estado de São Paulo possui 41 regiões eclesiais, Minas Gerais, 28 regiões, Bahia, 20, Paraná, 17, Rio Grande do Sul, 17, Maranhão, 12, Pará, 12, Goiás, 11; Santa Catarina, 10, Rio de Janeiro, 10, Amazonas, 10, Mato Grosso, 10, Pernambuco, 9, Ceará, 9, Piauí, 7, Rondônia, 3, Mato Grosso do Sul, 6, Tocantins, 5, Paraíba, 5, Espírito Santo, 4, Sergipe, 3 Alagoas, 3, Rio Grande do Norte, 3, Acre, 2, Roraima, 1, Amapá, 1, Distrito Federal, 1.

sentiram-se na necessidade de burocratizar suas ações. Nesse sentido, há coordenadores nacionais, estaduais e regionais que são as autoridades máximas deste movimento em suas localidades. Paralelamente a essas coordenações, os carismáticos distribuem seus membros nos diversos ministérios. Entende-se por ministérios¹¹ os órgãos de serviços que operacionalizam o trabalho das diversas atividades existentes. Estes trabalhos possuem como objetivo a expansão de suas atividades nos diversos setores da sociedade.

Para ser considerado membro efetivo do movimento carismático, a pessoa precisa passar por alguns cursos¹², frequentar regularmente o grupo de oração e ajudar em sua condução, seguir os dogmas católicos, estar inserido nas atividades de alguma paróquia, ir às reuniões mensais para os fiéis, participar das formações dos ministérios, efetuar contribuição financeira mensal, obedecer ao clero e às autoridades dos carismáticos, realizar as orações propostas pela Igreja e pela RCC, participar assiduamente dos encontros paroquiais, diocesanos, estaduais e nacionais da RCC e da vida sacramental. Em outras palavras, o político eleito que se diz membro da RCC, obrigatoriamente, faz parte algum ministério, precisa estar inserido regulamente nas reuniões, no grupo de oração e nas atividades coletivas do movimento.

Abaixo, o Gráfico 8 mostra a porcentagem dos políticos envolvidos nas várias atividades da RCC. O ministério dos pregadores foi o de maior participação dos políticos eleitos pela RCC. Dos 143 nomes levantados, 58,7% são pregadores. Em seguida, temos os coordenadores, que somam 17,5%, os Músicos e Artes, com 5,6 %, os Formadores, com 4,2%, participantes, com 3,5%, Fé e

¹¹

Abaixo o nome de cada frente de trabalho e uma pequena descrição da atividade desenvolvida:

1- Ministério das Famílias: pela evangelização, acompanhamento e formação das famílias.

2- Ministério das Crianças: trabalho de evangelização com crianças

3- Ministério por Cura e Libertação: Trabalhos desenvolvidos por pessoas para orarem pela Cura das pessoas.

4- Ministério de Fé e Política: Acompanha políticos nos diversos cargos públicos

5- Ministério de Promoção Humana: Desenvolve projetos sociais (alcoólatras, drogados, hospitais, etc...)

6- Ministério de Pregadores: Forma pessoas para darem palestras nas atividades da RCC.

7- Ministério de Intercessores: Formações para novos intercessores e desenvolve formas de oração para seus membros.

8- Ministério Jovem: trabalho de evangelização com jovens.

9- Ministério Universidades Renovadas: Trabalho de evangelização com Universitários e profissionais.

10- Ministério de Seminaristas: Trabalho de evangelização com seminaristas

11- Ministério de Coordenação: Pessoas que assumem as atividades gerais do movimento.

12- Ministério Cristo Vive: trabalho de evangelização com sacerdotes.

13- Ministério das Religiosas: Trabalha na evangelização de religiosas e na busca de novas vocações.

14- Ministério de Formação: Ensina os membros da RCC informações da doutrina católica e aspectos específicos da RCC.

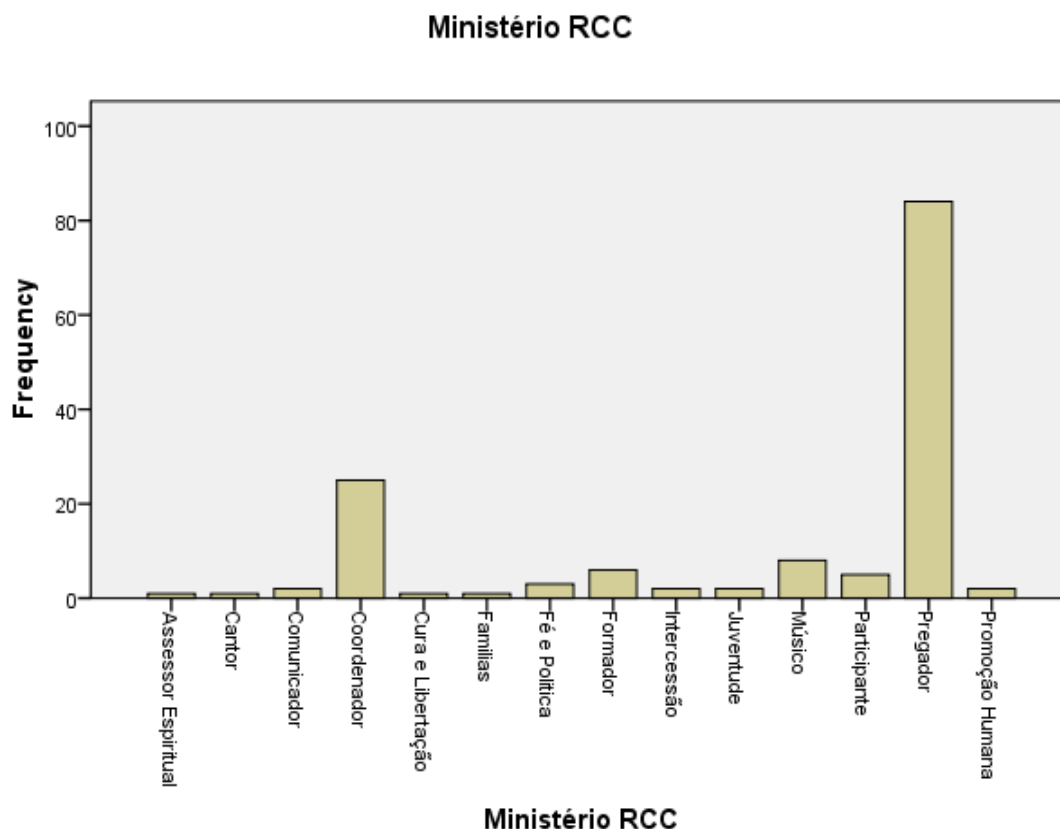
15- Ministério de Comunicação: Trabalho de divulgação dos eventos da RCC através dos meios de comunicação (rádio, TV, site, orkut, Twitter, Facebook).

16- Ministério de Música e Artes: Fornece subsídio teórico e prático para as diversas modalidades artísticas dentre elas:música,dança, teatro, artes plásticas e etc voltados grupos de oração ou as outras atividades da Renovação Carismática Católica.

¹² Para se tornar membro efetivo da RCC, é preciso, inicialmente, fazer o Curso de Seminário Vida no Espírito, Formação de Dons I e II, Seminário de Batismo no Espírito Santo, Formação Humana e Curso Paulo Apóstolo. Depois disso, o iniciante é encaminhado para ajudar no grupo de oração de sua paróquia e na participação e formação dos ministérios específicos. Esta formação inicial dura em torno de 3 a 4 anos, em média.

Política, 2,1%, Comunicadores, Intercessores, Promoção Humana e Juventude, com 1,4%, e o restante dos ministérios, 0,7% (Sacerdote, Cura e Libertação e Famílias). Universidades Renovadas, Crianças, Seminaristas e Religiosas não tiveram nenhuma pontuação:

Gráfico 8: Percentual dos Políticos entre os Ministérios da RCC



As porcentagens do Ministério dos Pregadores, Música e Artes, Formadores e Coordenadores contribuem com 86% dos políticos eleitos. Esse elevado número pode ser explicado pelas atividades desempenhadas por estes ministérios, bem como pelas habilidades requeridas por esses membros, que contribuem para a formação e construção das carreiras políticas. São ações nas quais os políticos constantemente estão em contato com o grande público, a exemplo de *shows* para milhares de pessoas, encontros abertos para centenas de pessoas. Os formadores escrevem livros ou estão nos meios de comunicação para ensinar algo sobre a doutrina católica. Os coordenadores, pelo fato de coordenarem as atividades, sempre estão em evidência e em constante relação com os demais fiéis.

O trabalho nesses ministérios possibilita os políticos criarem imagens positivas de si mesmos, e isso pode trazer-lhes benefícios na campanha política ou, ainda, na sua atuação na área política. Percebemos que, nas exortações proferidas, nas palestras realizadas, formações dadas ou

músicas cantadas, os políticos transmitem uma imagem de confiança, de que são pessoas responsáveis e preparadas para lutar por seus interesses, humildes, trabalhadoras, experientes, conhecem as diretrizes do catolicismo, estão sempre em contato com o povo, são avessos à corrupção e se preocupam com o bem-estar das pessoas. Isto é, o político carismático por se mostrar bom orador, próximo do seu eleitorado, afinado com o clero católico e as lideranças da RCC, exposto nos meios de comunicação e aliado a outros políticos, tem as características necessárias para o sucesso nas urnas.

Como já foi mencionado, o ministério dos pregadores é o que mais se destaca na relação da participação dos políticos eleitos nas atividades da RCC. Um dos líderes que mais se utilizou de seu vínculo como pregador para se eleger foi o Deputado Federal Miguel Martini. Há mais de vinte anos na RCC, lançou vários livros com relativo sucesso de venda, foi eleito deputado estadual por Minas Gerais três vezes consecutivas (elegeu-se em 1994 pelo PSDB, com 38.761 votos, em 1998, pelo Partido de Solidariedade Nacional – PSN, atual PHS –, com 36.453 votos e, em 2002, pelo PSB, com 36.453 votos) e, em 2006, foi eleito deputado federal pelo PHS, com 88.900 votos. Além de realizar palestras para milhares de pessoas, é apresentador de programas de rádio e TV e, em suas falas, evidencia a necessidade dos carismáticos lutarem contra o aborto, a eutanásia, a pornografia, o homossexualismo e a criminalidade. Ressalta, em seus discursos, a necessidade de homens na política que seguem o catolicismo para barrar o crescimento de outros grupos contrários aos seus interesses.

Outros políticos de grande expressividade no ministério de pregação que conseguiram se eleger foram o atual Deputado Federal Salvador Zimbaldi (PDT/SP), o ex-vereador e atual deputado federal Gabriel Chalita (PSB/SP, em 2011 filiou-se ao PMDB) e o atual deputado estadual Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP).

O Ministério de Coordenadores foi o segundo maior ministério com líderes eleitos da RCC. Em 1990, Osmânio Pereira de Oliveira (PSDB/MG) foi eleito deputado federal pelo estado de Minas Gerais. Em 2002, foi reeleito deputado federal. Ingressou no PTB em agosto de 2003. Em 2006, acusado e incluído na relação dos deputados envolvidos com a máfia dos sanguessugas, renunciou à candidatura. No início da década de 1990, Oliveira ainda foi presidente do Conselho Nacional da RCC do Brasil e membro do ICCRS, escritório da Renovação Carismática responsável por representá-la no mundo e dentro do Vaticano. Desde a década de 1990 vem presidindo eventos de massa da RCC que reúnem milhares de pessoas.

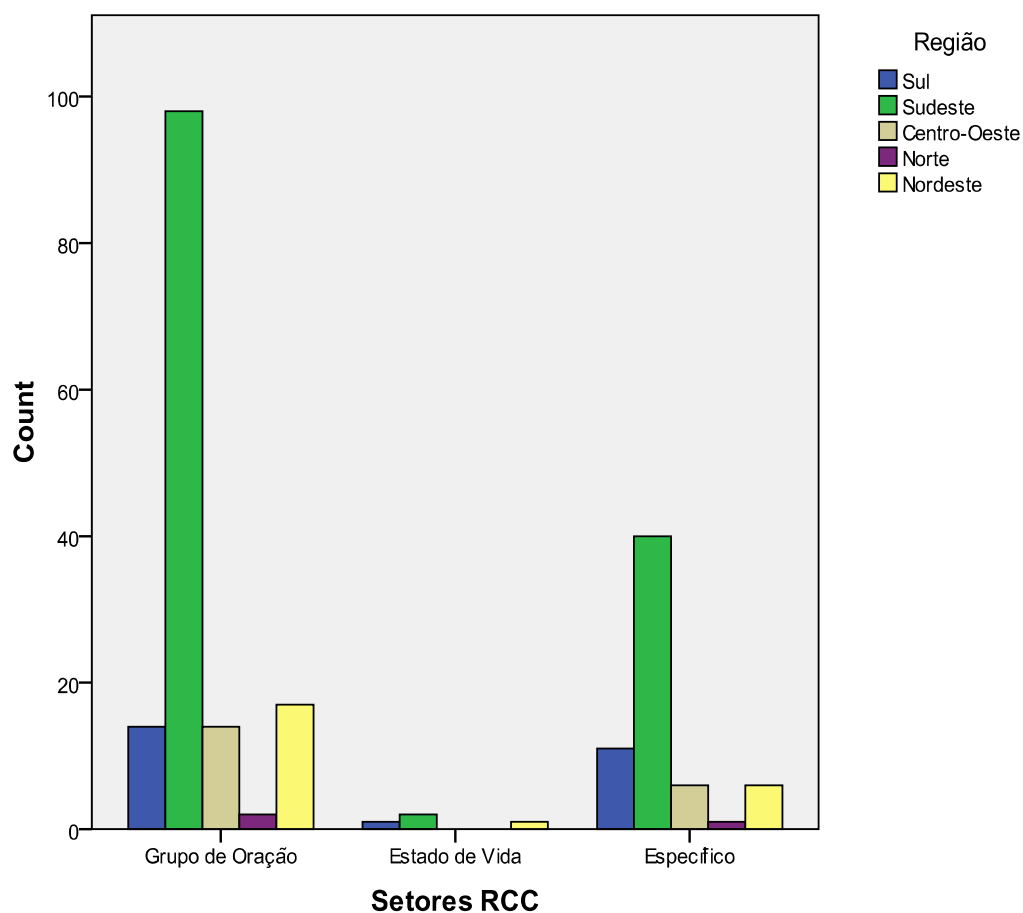
Os músicos carismáticos também se fizeram presentes no cenário político nacional. Eros Biondini, atualmente, é um dos maiores cantores, compositores e apresentadores do movimento. Elegeu-se deputado estadual pelo PHS, em 2006, com 68.359 votos e, desde 2000, exerce o mandato de deputado federal pelo PTB, eleito com 208.058 votos.

Sendo assim, podemos afirmar que a nossa hipótese se confirma. Pregadores, formadores, músicos e coordenadores são comandos de alto escalão do movimento carismáticos. São funções que exigem bom domínio da oratória, afinidade com o clero católico, conhecimento da doutrina e do público carismático, presença constante nos meios de comunicação e nos grandes eventos promovidos, além de qualidades como decisão, mando das atividades, controle das finanças, dentre outras. As funções desempenhadas nesses Ministérios auxiliam os políticos a desenvolverem características necessárias para uma carreira de sucesso na política, como o domínio da oratória e da argumentação, o conhecimento das leis e doutrinas da igreja, a facilidade de relacionamento com os vários setores sociais, notabilidade por amplo contingente de pessoas, devido à exposição midiática, além de suas características pessoais.

Para melhor apuração dos dados, distribuimos os ministérios em três categorias. A primeira é o Grupo de Oração (Intercessão, Cura e Libertação, Música e Pregação), que desenvolve trabalhos voltados para as atividades das reuniões semanais de oração nas igrejas. A segunda é o Estado de Vida (Criança, Jovem e Família), que realiza trabalhos junto com as várias faixas etárias. E, por último, o Específico (Comunicação, Universitários, Padres, Seminaristas, Participante, Promoção Humana, Fé e Política, Formação e Coordenação), onde são realizados trabalhos com setores específicos da sociedade.

Analisando o Gráfico 9, observa-se que o setor Grupo de Oração (GO) é o que agrega a maior parte dos eleitos (68,07%). A região que mais possui políticos no grupo GO é o Nordeste, com 70,8% dos mandatos, seguida pelo Sudeste e Centro-Oeste, com 70%, Norte, com 66,7% e Sul, com 53,8%. Posteriormente, temos o setor Específico, totalizando 30,04% dos mandatos. A região que mais possui políticos é o Sul, com 42,3% dos mandatos, seguida pelo Norte, com 33,3%, Centro-Oeste, com 30%, Sudeste, com 28,6% e Nordeste, com 25%. Em último lugar, temos o setor Estado de Vida, com míseros 1,4% dos eleitos. O Nordeste registra 4,2%, o Sul, 3,8%, o Sudeste, 1,4% e as demais regiões não registram nenhuma porcentagem. De acordo com o Gráfico 10:

Gráfico 9 : Relação Setores da RCC com Regiões Brasileiras



Conforme mostrado no Gráfico 9, o setor Grupo de Oração é a categoria que agrega maior parte dos mandatos, por conceber um dos dois maiores ministérios (Música e Pregação), ao qual pertence a maioria dos políticos. As regiões Sudeste e Sul se destacam por conseguirem ter elegido a maioria dos políticos, já que organizam os maiores eventos deste movimento e que aglomeram milhares de pessoas, possuem uma maior organização burocrática da RCC, maior número de grupo de oração (consequentemente, maior número de membros), maior contingente populacional e maior abertura do clero para as ações dos carismáticos. Tudo isso possibilita maior visibilidade junto ao eleitorado dos candidatos da RCC.

Em seguida, temos o setor Especifico, e, novamente, as regiões Sul e Sudeste destacam-se nos seus índices. Nesta categoria, temos dois ministérios (Formação e Coordenadores) composto por boa parte dos políticos da RCC. São Ministérios que possibilitam que o político tenha projeção junto ao eleitorado e desenvolva habilidade de oratória e identificação com as pessoas.

Por último, a categoria Estado de Vida obtém baixos índices. A explicação para esse cenário se dá porque os ministérios que fazem parte deste setor (Jovem, Criança e Família) possuem poucos

participantes. Em muitos estados e dioceses, nem estão em funcionamento e, quando as atividades estão ativas, não possibilita que seus membros tenham uma exposição junto ao público ou desenvolvam o dom da oratória, uma vez que suas atividades não reúnem centenas ou milhares de pessoas, tampouco contam com inserção nos meios de comunicação.

Como os dados nos mostram, a região Norte obteve o pior desempenho em todas as categorias. Nesses estados, temos poucas dioceses e menor índice populacional em relação aos outros estados, os padres e bispos dessa região possuem forte resistência ao movimento carismático (alguns proíbem a execução das atividades da RCC em suas circunscrições eclesiais). Além disso, os membros são disputados por outros grupos religiosos e existe forte presença das CEBs. A chegada da RCC na região é tardia, assim, não há uma tradição em se fazer eventos de massa nem sua inserção nos meios de comunicação.

O fato de as categorias Grupo de Oração e Específico terem os maiores índices em todas as regiões, em detrimento da categoria Estado de Vida, nos leva a concluir que os políticos eleitos dessas regiões, em sua maioria, pertencem aos ministérios da pregação, música, coordenação e formação, cujas funções são ocupadas pelas lideranças do alto escalão da RCC. Em outras palavras, a nossa hipótese se confirma, pois, nas eleições, os carismáticos não apóiam qualquer pessoa, mas sim, políticos que já ocupam os principais cargos de coordenação, exercem atividades que obrigatoriamente os mantêm em constante contato com o eleitorado e exige habilidades que são essenciais para uma carreira política.

Podemos concluir, também, que os cargos ocupados interiormente no movimento carismático são um trampolim para a arena política. Ser conhecido do grande público, seja por meio da mídia, dos congressos, das participações ativas no movimento, do envolvimento com os projetos sociais ou coordenações, são requisitos primordiais para se lançar candidato nas eleições e ter chance de ser vitorioso. Isso acontece muito com candidatos que são líderes de sindicatos dos professores e metalúrgicos, pastores, radialistas, atores e estudantes.

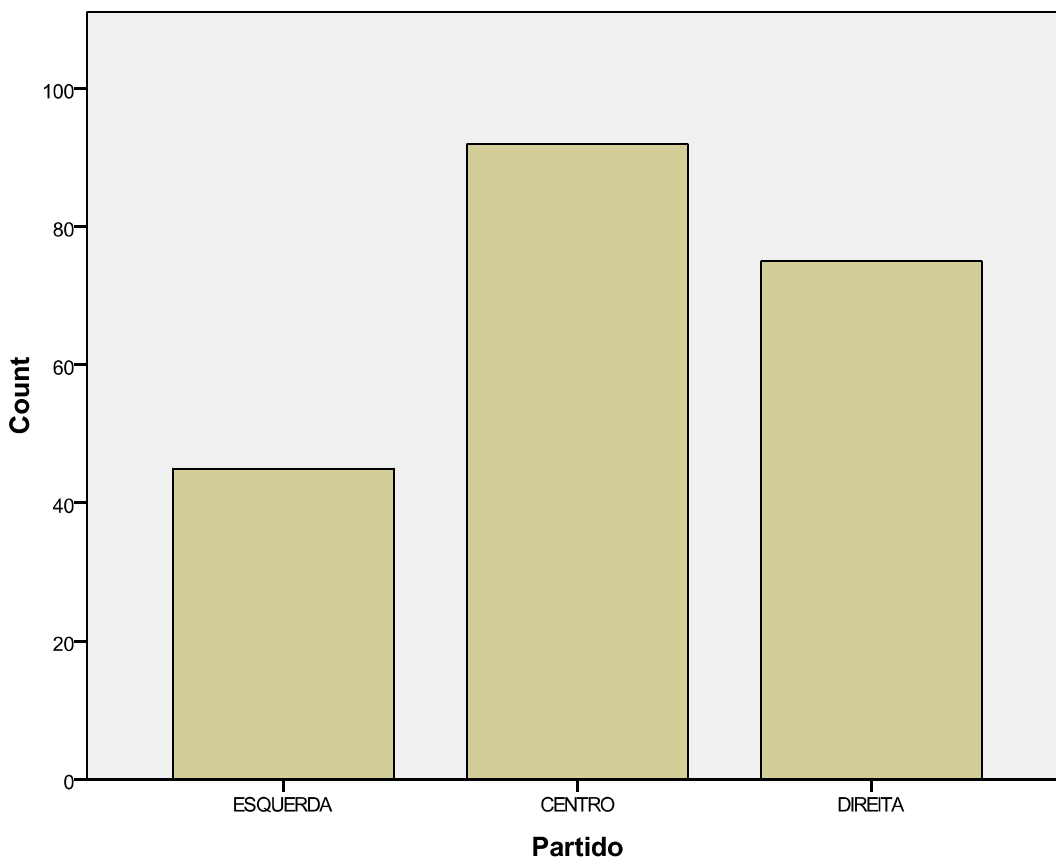
A análise da filiação partidária dos políticos apoiados pela Renovação Carismática Católica nos ajuda a entender com mais profundidade a inserção deste movimento no espaço político e como seus membros têm se comportado na arena eleitoral e na atividade parlamentar.

O partido político é um dos mais importantes canais de ligação da sociedade civil com o Estado, desde a redemocratização do Brasil, iniciada no final da década de 1980. Com a volta do multipartidarismo, dezenas de partidos, com diferentes perspectivas ideológicas foram criados para que os vários grupos sociais conseguissem inserir seus representantes na esfera política.

Os políticos da RCC estão espalhados em 24 partidos, divididos entre direita (representada por PFL, DEM, PTB, PP, PSB, PSC, PL, PMN, PPB, PRB, PTC, PSDC e PTN), partidos de centro (PSDB, PMDB, PHS e PSN) e partidos de esquerda (PT, PV, PDT, PST, PSOL, e PSL). Nesta

pesquisa, seguimos a classificação ideológica proposta por Rodrigues (2002). Este autor salienta que os partidos de esquerda tendem a defender medidas do intervencionismo estatal, posições nacionalistas e medidas tidas como redistributivas; os partidos de direita tendem a defender o favorecimento da economia de mercado, a abertura econômica, a redução da intervenção estatal e o controle da inflação; e os partidos de centro defendem, basicamente, algumas medidas de direita e outras de esquerda. Podemos observar que há uma preferência dos políticos na filiação por partidos de centro, representados por 43,2% do total; em seguida, temos os partidos de esquerda, com 21,2% e, por último, partidos de direita, com 35,4%. De acordo com o Gráfico 10:

Gráfico 10: Relação da Filiação Partidária dos Políticos da RCC



De acordo com o Gráfico 10, por mais que os políticos vinculados à RCC estejam distribuídos por dezenas de partidos, percebemos que há uma predileção por partidos de centro e direita. Juntando as duas categorias, temos 78,6% dos mandatos. Como apontado por Prandi (1996), a RCC constitui um dos diversos movimentos conservadores católicos apoiados pelo Papa João Paulo II, que defendem propostas voltadas para o campo da moralidade, dentre elas: a proibição do aborto, da pornografia, da eutanásia, do casamento e da adoção gay, a defesa da família, os projetos sociais em maior parte no campo da caridade do que na transformação social – como propõem os segmentos de esquerda. Os partidos de direita e alguns de centro, por defenderem temáticas

conservadoras, aproximam-se ideologicamente daqueles defendidos pelos carismáticos. Sendo assim, existe uma natural transferência desses movimentos a esses partidos de direita e centro.

Nesta linha de raciocínio, podemos concluir que a aliança dos partidos de centro e direita com alguns setores da Renovação Carismática Católica traduzem-se em uma coligação de sucesso. Partidos como PSDB, DEM, PMDB e PTB são partidos com ampla representatividade nos diversos cargos políticos, com suficientes recursos financeiros para investir em seus candidatos, bom tempo para propaganda eleitoral nos meios de comunicação, influência junto a diversos setores sociais, enfim, uma excelente estrutura aproveitada pelos políticos da RCC para ascenderem na classe política. Por outro lado, a RCC, por deter as duas maiores emissoras de TVs Católicas (TV Século XXI e TV Canção Nova), além de emissoras de rádio, jornais, revistas e portais da internet, eventos nos quais se aglomeram milhares de pessoas, apoio dos padres e bispos para a sua inserção social, e ministérios que permitem a exposição sistemática de suas lideranças, é uma estrutura que possibilita que o político seja bem conhecido no meio social, possa divulgar amplamente sua candidatura, construa uma imagem e desenvolva sua oratória.

Os dois partidos que mais se destacaram nas filiações partidárias dos carismáticos foram o PSDB e PT. Juntas, essas duas agremiações partidárias possuem 36,2% dos mandatos, totalizando 77 pessoas eleitas. Nas últimas eleições, esses dois partidos têm sido as siglas que elegeram mais deputados, vereadores, prefeitos e, em algumas situações, polarizam a disputa por cargos no executivo – a exemplo da Presidência da República (FHC – 1994-2002 e Lula – 2002-2010) – e na disputa dos principais estados brasileiros.

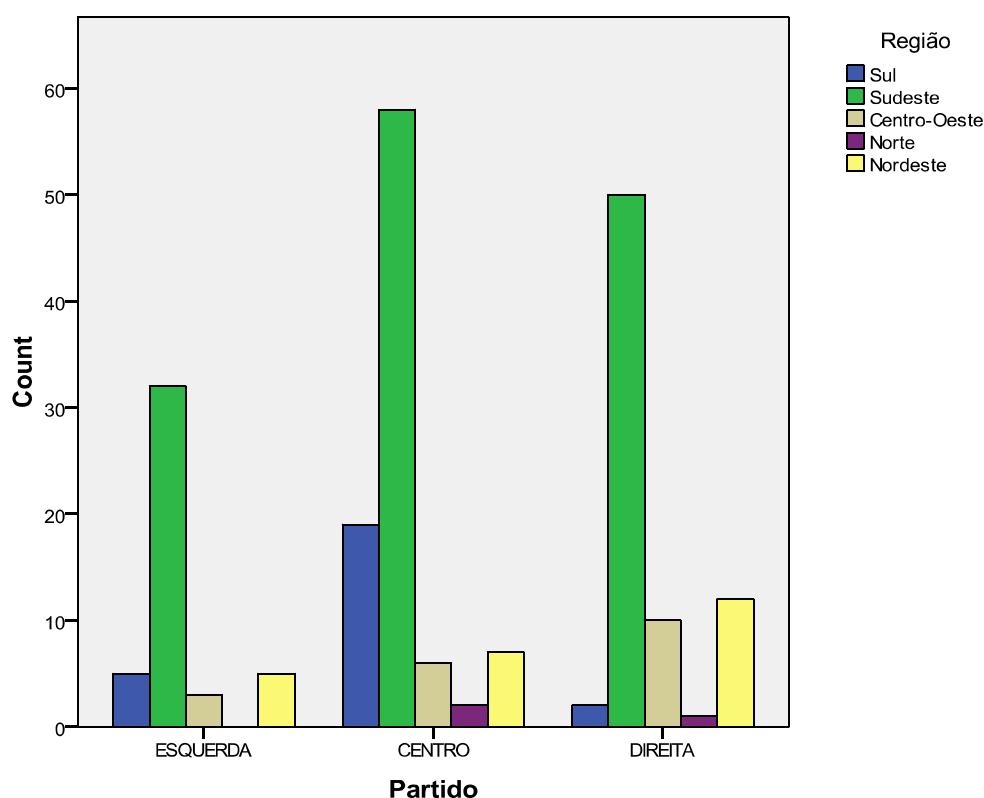
Por serem os dois maiores partidos do Brasil, essas instituições possuem uma boa estrutura para a propaganda de seus candidatos no período eleitoral, como investimentos financeiros, tempo de propaganda eleitoral nos meios de comunicação, nomes fortes nas coligações e estratégias eleitorais. Portanto, os carismáticos – em busca de recursos e estratégias para eleger seus membros – orientam os candidatos a disputarem as eleições por estes partidos. Por conseguir eleger o maior número de representantes na Câmara dos Deputados, esses partidos possuem acesso aos maiores recursos financeiros do fundo partidário.

O partido que mais elegeu mandatos foi o PSDB, com 24,9% dos políticos, seguido pelo PT, com 11,3% dos eleitos, o PMDB, com 8%, o PTB, com 7,5%, o PHS, 6,6%, PSB, 5,2%, PP, 3,8%, PDT, 4,2%, PSC, com 8 pessoas, dentre outros partidos.

A cada processo eleitoral, percebemos que tem crescido o envolvimento de instituições religiosas e, em algumas situações, o apoio dessas religiões tem sido substancial para vitória de alguns candidatos. Em busca de ampliação da sua base eleitoral, de novas mídias para divulgação dos seus candidatos e, conseqüentemente, do aumento de sua representatividade nas instituições públicas, os partidos têm aceitado, cada vez mais, filiados que possuem vínculos estreitos com

agregações religiosas¹³. Um exemplo disto – ainda que contrariando as ideias defendidas pelo seu estatuto – é o Partido Verde (PV), que, na última eleição para Presidente da República, em 2010, lançou a candidata evangélica Marina Silva. Mesmo não conseguindo elegê-la, o partido conseguiu expressiva votação. Este partido cooptou o carismático Ronaldo Alguz (PV – SP), eleito deputado estadual em 2006, com 47.192 votos e, em 2010, com 78.964 votos – um dos deputados mais bem votados desse partido em ambas as eleições. Veja o Gráfico 11:

Gráfico 11 : Filiação Partidária pelas Regiões do Brasil



A região Sul possui 12,3% dos eleitos, sendo 11,1% por partidos de esquerda, 2,7% por partidos de direita e 20,7% por partidos de centro. O partido que mais elegeu políticos foi o PSDB, com 11 mandatos. Podemos destacar a atuação do vereador Mauricio Fernando Peixer (PSDB/SC), pregador e administrador, que se destaca por estar no quarto mandato pelo mesmo partido na cidade de Joinville e ter conseguido quase seis mil votos em uma cidade de pouco mais de quinhentos mil habitantes.

A região Sudeste possui 66% dos mandatos, sendo 71,1% por partidos de esquerda, 66,7% por partidos de direita e 63% por partidos de centro. O partido que mais elegeu políticos foi o

¹³ Mesmo os partidos de esquerda que defendem bandeiras como o casamento gay, a eutanásia, o aborto, e a liberalização das drogas em seus estatutos, permitem que religiosos entre em suas agregações e defendam as posições advindas de suas igrejas, com o objetivo de aumentar a sua representatividade.

PSDB, com 24 mandatos. O destaque é o pregador e advogado Deputado Estadual Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP), eleito pela primeira vez em 2006, com 182.654 votos e reeleito em 2010, com 215.061 votos.

A região Nordeste possui 11,3% dos mandatos, sendo 11,1% por partidos de esquerda, 16% por partidos de direita e 7,6% por partidos de centro. O partido que mais elegeu políticos foi o PSB, com 4 mandatos. Podemos citar, como evidência, o exemplo do empresário e pregador Vereador Joceval Rodrigues dos Santos (PPS/BA), eleito em 2006, com 6.305 votos.

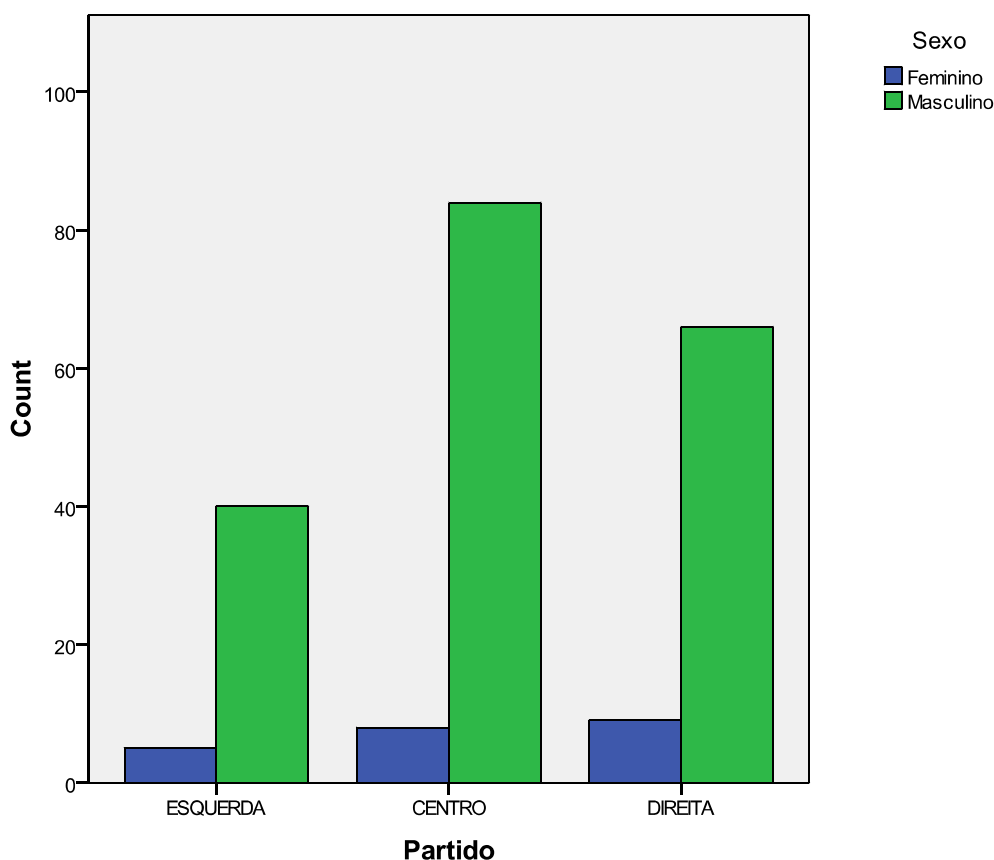
A região Centro-Oeste possui 9% dos mandatos, sendo 6,7% por partidos de esquerda, 13,3% por partidos de direita e 6,5% por partidos de centro. O partido que mais elegeu políticos foi o PSDB, com 4 mandatos. Essa região também possui alta fragmentação partidária. Citemos, como exemplo, o pregador e advogado Francisco Rodrigues Vale Junior (PMDB/GO), eleito vereador em 2008, com 11.462 votos.

A região Norte possui 1,4% dos mandatos, sendo 0% por partidos de esquerda, 1,3% por partidos de direita e 2,2% por partidos de centro. Destacamos o pregador e administrador Almir José Ferreira dos Santos (PSDB/PA), eleito vereador, pela primeira vez, em 2004, com 1.312 votos e reeleito, em 2008, com 1.220 votos.

Por mais que exista uma predileção dos partidos de centro – e isto está bem claro na fragmentação partidária apresentada pelos dados regionais – os dados revelam uma dispersão dos políticos pelos 24 partidos analisados. O presente trabalho não pretende responder quais são os motivos que levaram a essa formação e não ao recrutamento em um único partido ou, ainda, a criação de um “partido carismático”. Porém, alguns indícios nos apontam para essa fragmentação. Um deles seria que a própria Igreja Católica seria avessa à preferência por um único partido e, para não criar conflitos com os clérigos, seus representantes estão diluídos pelos diversos partidos políticos. Outro ponto seria a estrutura que o partido oferece para a campanha política do candidato. Por mais que existam partidos com melhor estrutura que outros, pode acontecer que, em alguma cidade ou estado, um partido pequeno tenha estrutura razoável para que esse candidato possa ter destaque nas eleições.

Se tabularmos as variáveis *sexo* e *partido* e verificarmos a média nacional, teremos dados interessantes. Conforme o Gráfico 12:

Gráfico 12: Relação Filiação Partidária e Sexo entre os Políticos Carismáticos



Analisando os dados acima, percebemos que os partidos de esquerda possuem 22,7% dos mandatos ocupados por mulheres e 21,1% por homens, os partidos de centro elegeram 36,4% mulheres e 44,2% homens, enquanto os partidos de direita conseguiram 40,9% mulheres e 34,7% homens. O baixo número de mulheres nos partidos de esquerda pode ser explicado, primeiramente, pela própria opção dos carismáticos em querer lançar-se candidatos por partidos de centro ou de direita. Existem orientações internas de algumas lideranças que evitam candidatar-se por partidos de esquerda, pelo fato de estes estarem em desacordo com a doutrina católica.

Em relação aos partidos de centro e de direita que possuem ampla maioria de mandatos masculinos, percebemos que ainda existe certa resistência por parte de algumas das lideranças partidárias e dos carismáticos no apoio a mulheres na política. Persiste uma mentalidade patriarcal e conservadora de que o exercício da política é algo que pertence estritamente ao universo masculino. No entanto, os dados nos revelam que, em meio ao machismo na política partidária, e graças ao avanço do movimento feminista, da urbanização e da industrialização – que trouxeram uma emancipação das mulheres em relação aos homens –, as mulheres constituem um amplo eleitorado e os partidos – atentos a esses votos – têm aderido à candidatura de mulheres.

2.3- Conclusão

Traçado o perfil sociopolítico dos mandatários que possuem vínculo com a RCC, concluímos que a nossa hipótese se mostra verdadeira. De acordo com os dados apresentados neste trabalho, o sujeito que queira ter o apoio dos carismáticos para qualquer cargo eleitoral, precisa apresentar algumas características prévias. Precisa pertencer internamente à RCC em funções que lhe dão destaque junto ao público e que o ajudam a desenvolver habilidades relacionadas à oratória, dentre elas, o Ministério de Pregação, Música, Formação ou Coordenação, além de profissões que também incentivam no desenvolvimento dessas características, a exemplo de professores e trabalhadores liberais. No campo da escolaridade, a aceitação dos políticos com diploma universitário é maior pela crença de que estes possuem mais habilidade para o ofício da política por seu alto grau de instrução. Vimos, ainda, que há uma presença maior de homens que de mulheres, o que nos mostra que este movimento possui características conservadoras e patriarcais, apesar do significativo avanço das mulheres que vieram da RCC na política.

No próximo capítulo, analisaremos se o conteúdo dos projetos de lei propostos pelos Deputados Estaduais e Federais vinculados à RCC defende os interesses dos partidos, é próprio dos carismáticos ou de outros setores da sociedade.

Capítulo 3 – A atuação dos parlamentares oriundos da Renovação Carismática Católica (1990-2010)

A cada eleição, no Brasil, o número de políticos ligados a alguma instituição religiosa aumenta. Isso tem despertado o interesse de vários estudiosos das mais variadas áreas do conhecimento. Porém, poucas são as pesquisas que procuram compreender a atuação parlamentar.

A análise da atuação parlamentar dos atores religiosos é muito importante, pois nos ajuda a entender como as diferentes instituições religiosas se fazem representar na arena política, as estratégias para aprovar seus projetos de acordo com seus interesses, as idéias defendidas por elas, os embates com outros grupos, sobretudo os antagônicos aos seus objetivos e como isso afeta todo o processo eleitoral brasileiro.

Para contribuir com a dimensão política da representação dos católicos carismáticos, o objetivo deste terceiro capítulo é analisar o comportamento político dos deputados estaduais e federais a partir do conteúdo dos projetos de lei propostos. Para isso, buscamos responder às seguintes perguntas: Qual é o conteúdo desses projetos de lei? Esses projetos beneficiam somente os membros da Renovação Carismática Católica? Esses projetos estão alinhados com os interesses propalados pelos carismáticos ou estão relacionados com os dogmas mais gerais da Igreja Católica? Ou esses projetos de lei apresentados estão de acordo com as orientações partidárias dos seus formuladores? A partir dessas perguntas, nossa principal hipótese é a de que, como representantes da RCC, os deputados federais e estaduais apresentam produção legislativa orientada por convicções religiosas desse setor da Igreja Católica em detrimento das diretrizes partidárias.

Para responder a essas e outras perguntas coletamos todos os projetos de lei apresentados pelos deputados, independente da sua aprovação ou não, no período de 1990 em diante. O conteúdo desses projetos foi coletado da Assembléia Legislativa dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e da Câmara dos Deputados – instâncias legislativas em que a RCC conseguiu eleger seus representantes¹⁴.

Tendo como critério de seleção a apresentação de, ao menos, um projeto nas Casas Legislativas investigadas, os deputados estudados foram: ex-Deputado Federal Miguel Martini (PHS/MG), o Deputado Federal Eros Biondini (PHS/MG), o ex-Deputado Federal Osmânio de Oliveira (PSDB/MG), o atual Deputado Federal Odair Cunha (PT/MG), a Deputada Estadual Maria Tereza Lara (PT/MG), o Deputado Estadual Célio Moreira (PSDB/MG), o Deputado Federal Salvador Zimbaldi (PDT/SP), o Deputado Estadual Ronaldo Alguz (PV/SP), o ex-Deputado Federal José Carlos Stangarlini (PSDB/SP), o Deputado Federal Alessandro Molon (PT/RJ), o Deputado

¹⁴ Não conseguimos ter acesso aos projetos dos deputados estaduais do estado do Paraná devido a que não estavam disponíveis no *site*. Fizemos contato com os funcionários responsáveis pelo arquivo dos projetos mas fomos informados de que eles não haviam sido encontrados.

Federal Hugo Leal (PSC/RJ), a ex-Deputada Estadual Maria Cecília Passareli (PFL/SP) e o ex-Deputado Estadual Carlos Dias (PP/RJ)¹⁵.

3.1 – A Representação Política em Questão

Desde o século XVIII, várias transformações vêm ocorrendo nos sistemas políticos em diversos países do mundo. A secularização, nesses países, tem contribuído para a quebra do monopólio político de algumas elites que já estavam no poder há vários anos. Neste contexto, o sistema democrático tem ganhado força e sendo adotado por vários povos, e elementos democráticos têm sido inseridos na organização política dos países.

Para Dahl (2001), para que um país possa ser chamado de democracia precisa ter: garantia do funcionamento de fontes de informação diversificadas; cidadania inclusiva; eleições livres, justas e frequentes, nas quais todos tenham acesso ao voto; fiscalização dos poderes; autonomia das associações. São elementos básicos para a implementação e a consolidação de uma democracia:

Funcionários eleitos: O controle das decisões do governo sobre a política é investido constitucionalmente a funcionários eleitos pelos cidadãos.

Eleições livres, justas e frequentes: Funcionários eleitos são escolhidos em eleições frequentes e justas em que a coerção é relativamente em comum.

Liberdade de expressão: Os cidadãos têm o direito de se expressar sem o risco de sérias punições em questões políticas amplamente definidas, incluindo a crítica aos funcionários, o governo, o regime, a ordem socioeconômica e a ideologia prevalecente.

Fontes de informação diversificada: Os cidadãos têm o direito de buscar fontes de informação diversificadas e independentes de outros cidadãos, especialistas, revistas, livros, telecomunicações e afins.

Autonomia para as associações: Para obter seus vários direitos, até mesmo os necessários para o funcionamento eficaz das instituições políticas democráticas, os cidadãos também têm o direito de formar associações ou organizações relativamente independentes, como também partidos políticos e grupos de interesses.

Cidadania Inclusiva: A nenhum adulto com residência permanente no país e sujeito a suas leis podem ser negados os direitos disponíveis para os outros e necessários às cinco instituições políticas anteriormente listadas. Entre esses direitos, estão o direito de votar para a escolha dos funcionários em eleições livres e justas; de se candidatar para os postos eletivos: de livre expressão; de forma e participa de organizações políticas independentes; de ter acesso a fontes de informações independentes; e de ter direitos a outras liberdades e oportunidades que sejam necessárias para o bom funcionamento das instituições políticas e da democracia em grande escala (DAHL, 2001, p. 35).

No caso do Brasil contemporâneo, além da adesão a todas essas características próprias de uma democracia, a sociedade brasileira vem passando por um período de poliarquia de seu

¹⁵ Os outros deputados foram eleitos em 2010 e não houve tempo hábil para a análise de seus projetos, devido ao prazo de escrita desta dissertação.

território. Isso porque, de acordo com Dahl (1997), duas categorias de análise são cruciais para observarmos esse movimento do sistema político de um país: a inclusão (participação) e a competição. Em outras palavras, estas categorias definiriam o quão democráticas as sociedades analisadas seriam, de fato. A participação diz respeito à extensão da participação política da população de um Estado-nação. A competição se refere à existência de disputas pelo poder no interior desta sociedade. De acordo com a teoria de Dahl (1997):

É dispensável dizer que, na falta do direito de exercer a oposição, o direito de “participar” é despido de boa parte do significado que tem em um país onde existe contestação pública. Um país com sufrágio universal e com um governo totalmente repressivo certamente proporcionaria menos oportunidades a oposição do que um país com um sufrágio limitado mas com um governo fortemente tolerante. Consequentemente, quando os países são classificados exclusivamente de acordo com a sua capacidade de inclusão sem levar em conta as circunstâncias ambientes, os resultados são anômalos. No entanto, desde que tenhamos em mente o fato de que a abrangência do “sufrágio” ou, mais genericamente, de que o direito de participar indica apenas uma característica dos sistemas, característica essa que só pode ser interpretada no contexto de outras, ela é útil para distinguir por sua capacidade de inclusão (DAHL, 1997, p. 25)

Nesta perspectiva, novos grupos são formados no interior das sociedades e, em busca de legitimação dos seus interesses, se utilizam de todos os meios políticos para a concretização destes objetivos. Em outras palavras, os grupos sociais buscam, na representação política, a aprovação de leis ou recursos políticos para que seus ideais sejam reconhecidos publicamente. Manan (1997) elenca quatro princípios que são pertinentes ao governo representativo.

O primeiro princípio do governo representativo é o de que os representantes são eleitos pelos governados. A representação política existe quando os políticos são escolhidos periodicamente pelos eleitores por meio das eleições, não necessariamente havendo identificação do representante com os representados. Isso se deve a dois fatores: a) o poder não é passado a uma pessoa por critérios sobrenaturais ou tradicionais, e sim, pelo consentimento do povo – as eleições são um método de escolha dos que devem governar e de legitimação do poder, e não de imposição de preferências individuais ao restante da sociedade; b) os representantes podem ter uma condição cultural e social diferente do restante da população, desde que o povo permita que este governe a sociedade – nesta situação, a população exerce influência sobre a administração do eleito, podendo destituí-lo do cargo ou não, reelegendo-o nas próximas eleições.

O segundo princípio é o de que os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores. Mesmo tendo sido escolhido pelos eleitores, o representante possui certa autonomia na sua atuação parlamentar. No governo representativo, não se permite que os eleitores tenham o poder de revogar alguma lei criada por este político, ou obrigá-lo a agir de determinada forma. Isto é, os políticos não possuem a obrigação de fazer as vontades de seus

eleitores. Muitos o fazem para serem reeleitos nos pleitos posteriores.

O terceiro princípio formulado por Manin (1997) é o de que a opinião pública sobre os assuntos políticos pode se manifestar, independentemente do controle do governo. Existe uma conexão entre opinião pública e o governo representativo. A liberdade de expressão dos eleitores e de imprensa dos veículos de comunicação é permitida. Tanto a mídia como os eleitores podem expressar suas opiniões, paixões e ideologias aos seus representantes. Por meios dos diversos canais de comunicação, os eleitores fazem pressão para que os políticos tenham conhecimento de suas vontades, para que esses o levem em consideração em sua atuação no Congresso. Em outras palavras, o posicionamento da opinião pública independe da ação dos representantes na arena política.

O quarto e último ponto apresentado por Manin (1997) consiste em que as decisões políticas são tomadas após o debate. Isto é, o espaço político é um espaço da discussão. No governo representativo, antes de se decidir algo, há um debate na assembléia para que se chegue a algum consenso sobre a temática proferida. Esta assembléia é vista como reflexo da sociedade, tendo caráter coletivo e diversificado (teria representado vários segmentos da sociedade). Neste sentido, por meio da persuasão e do princípio da igualdade entre os parlamentares, todos podem expressar suas opiniões e tentar convencer o outro do seu ponto de vista, evitando assim, a arbitrariedade.

Em relação ao Brasil, a liberdade de expressão e o direito de participação política fazem parte do exercício da cidadania. O sistema político, em 1979, permitiu que qualquer grupo social pudesse se organizar e tentar eleger seus representantes para cargos no executivo e legislativo. Seus representantes podem propor discussões de qualquer tema sob seu interesse como, também, opor-se a temas ou projetos de lei sugeridos por outros parlamentares. Isto nos mostra que a democracia brasileira está se consolidando, ao incluir vários segmentos da sociedade que, antes, estavam aliçados do poder político, e ao garantir em lei o direito de oposição e contestação às normas e grupos vigentes.

Segundo Kinzo (1993), os partidos políticos¹⁶ seriam locais dos grupos sociais onde poderiam apresentar suas reivindicações e pressionar em prol de suas políticas específicas e de candidatura a cargos públicos. Neste sentido, as agremiações partidárias constituiriam espaços para o desenvolvimento de negociações e compromissos políticos.

¹⁶ De acordo com Panebianco (2005), a institucionalização organizativa do partido é a consolidação organizativa desta instituição. O partido passa de uma fase inicial, marcada pela fraca e instável estrutura, para um estágio de consolidação estrutural cujo objetivo final é a sobrevivência e a manutenção do partido. Neste modelo, existem três fases, a primeira chama-se gênese, a segunda, institucionalização, e a última, maturidade. Na fase gênese, o partido possui as seguintes características: sistema de solidariedade, modelo racional, ideologia única, incentivos coletivos (movimentos sociais), ampla liberdade de atuação do líder e domínio sobre o ambiente. Chegado à segunda fase, temos a institucionalização – que resultaria na burocratização, divisão do trabalho, rotinização, crescimento de voluntários e estrutura. Estes acontecimentos levam o partido à fase final, com a adoção do sistema de interesses, modelo natural, ideologia difusa (vários objetivos), incentivos seletivos (por categoria), baixa manobra de liberdade do líder e adaptação ao ambiente.

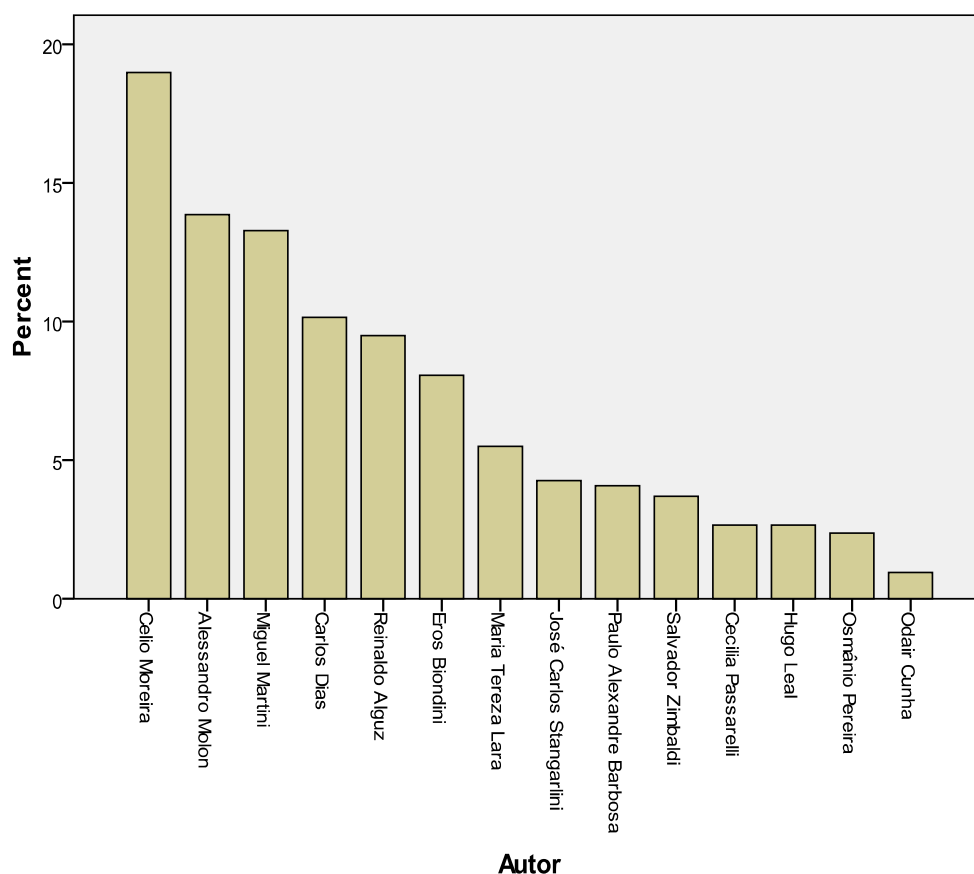
Seguindo este raciocínio, a autora defende que os partidos políticos são relevantes para a consolidação do sistema democrático ao desempenhar quatro funções: estimular os cidadãos à participação política; propiciar às pessoas algum nível de controle sobre os eleitos; organizar a competição dos grupos pelo poder político e, por último, estimular as negociações políticas com o intuito de chegar a algum consenso.

Sartori (1982) salienta que os partidos políticos precisam exercer três funções em um sistema político: a canalização, a expressão e a comunicação. Essas características ajudam os partidos a conseguir canalizar os interesses dos diversos grupos sociais nos partidos e a levar essas demandas para a arena política. Os partidos passam a ser canal de expressão desses grupos e comunicação entre o Estado e a sociedade. A partir dessas funções exercidas pelos partidos políticos, os grupos religiosos adentram a organização interna dos partidos, inserem seus representantes e, a partir disso, utilizam os diversos partidos para atingir suas metas.

Após a redemocratização do Brasil, no final da década de 1980, vários grupos sociais, através dos partidos políticos, foram inserindo seus representantes para que eles pudessem lutar pelos seus interesses na arena política. Como vimos, nos capítulos 1 e 2, a Renovação Carismática Católica, a cada eleição, tem incentivado seus membros a se filiarem aos partidos e disputarem as eleições para os cargos no executivo e no legislativo.

No decorrer da década de 1990 e 2000, alguns deputados estaduais e federais conseguiram se eleger com o apoio do eleitorado carismático e tiveram importante atuação na arena parlamentar. No Gráfico 13, abaixo, há o percentual dos projetos de lei apresentados por cada deputado ao longo dos seus mandatos:

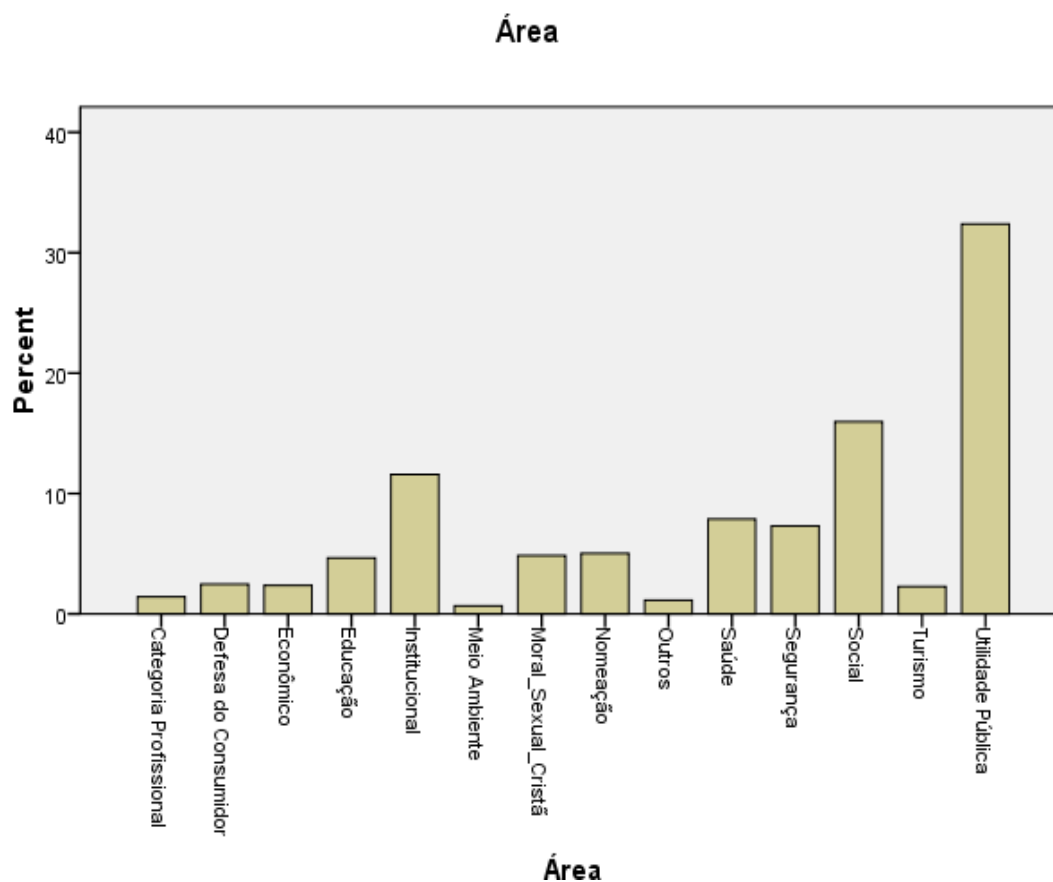
Gráfico 13: Percentual de Projetos de Lei apresentado pelos deputados ligados à RCC



De acordo com os dados apresentados no Gráfico 13, o Deputado Estadual que mais apresentou propostas de projetos de lei foi Célio Moreira (200 projetos), seguido por Alessandro Molon (146 propostas), Miguel Martini (140 emendas), Carlos Dias (107 projetos), Reinaldo Alguiz (100 projetos), Eros Biondini (85 propostas), Maria Tereza Iara (58 projetos), José Carlos Stangarlini (45 projetos), Paulo Alexandre Barbosa (43 projetos), Salvador Zimbaldi (39 projetos), Cecília Passarelli e Hugo Leal (ambos apresentaram 28 projetos), Osmânio Pereira (25 projetos) e Odair Cunha (10 projetos), representando 0,9 % do total de 1054 projetos de lei. A explicação dada pela discrepância nos dados entre os deputados pela apresentação das propostas dos projetos, se dá pelo fato de que alguns deputados foram reeleitos mais de uma vez.

O total de projetos apresentados pelos quatorze deputados durante seus respectivos mandatos foi de 1054, e contemplaram doze categorias temáticas: social, econômico, segurança, nomeações diversas, moral sexual cristã, utilidade pública, defesa do consumidor, institucional, turismo, defesa da categoria profissional e outros. No Gráfico 14, mostramos o percentual de projetos apresentados por área por todos os deputados:

Gráfico 14: Percentual dos Projetos de Lei por Área



De acordo com os dados apresentados pelo Gráfico 14, a área de **Utilidade Pública** foi a que mais concentrou propostas (341 projetos), seguida da Social (168 propostas), Institucional (122 propostas), Saúde (83 projetos), Segurança (77 projetos), Nomeação de diversos cargos (53 projetos), Moral Sexual Cristã (51 propostas), Educação (49 projetos), Defesa do Consumidor (26 projetos), Econômico (25 propostas), Turismo (24 projetos), Categoria Profissional (15 projetos), Outros (12 projetos) e Meio Ambiente (7 projetos).

Ao analisar o conteúdo de todos os projetos de lei, concluímos que, a maioria das propostas tenta trazer benefícios não apenas para questões específicas dos carismáticos, mais sim, para os interesses da Igreja Católica como um todo. Em cada área, existem ideias que estão relacionadas com a doutrina católica – isto nos mostra uma tentativa, por meio da política, de recuperação da hegemonia do catolicismo no espaço político. Neste sentido, nossa hipótese principal, neste capítulo, parece parcialmente verdadeira.

Para demonstrarmos empiricamente nossa hipótese, apresentaremos, no decorrer do capítulo, a análise de alguns dos temas abordados nestas áreas. Consideramos mais importantes aqueles projetos que desvelam relação com o catolicismo, a exemplo de projetos da área moral,

religiosa, saúde, educação, turismo e utilidade pública.

3.2 – Utilidade Pública

Como foi demonstrado no Gráfico 14, a totalidade dos projetos da área de Utilidade Pública somou 341 propostas, totalizando 32,4% de todos os projetos apresentados. O deputado que mais apresentou propostas de lei neste setor foi Célio Moreira (PSDB/MG). Dos 200 projetos elaborados por Moreira, 122 estão relacionados à utilidade pública – o que representa 61% do total das emendas deste político. Entendemos por utilidade pública: entidades filantrópicas, associações civis e outras organizações que requerem este título junto à União. Quando uma entidade recebe tal título, fica isenta de recolhimento de tributos, assim como de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de seus empregados, podendo, ainda, receber alguma verba do Estado.

Lendo os projetos de lei desses deputados, podemos observar que a maioria das entidades que requerem o título de utilidade pública são organizações ligadas a vários setores da Igreja Católica, não apenas ao movimento carismático. Como sabemos, o catolicismo é a religião majoritária do Brasil (em termos numéricos), mesmo com o aumento significativo de pentecostais e sem religião. Para se manter presente na sociedade em todas as camadas sociais, os grupos católicos desenvolvem trabalhos em hospitais, orfanatos, presídios, creches, escolas, com mendigos de rua, prostitutas, travestis, dentre outros, no intuito de diminuir a pobreza em um país marcado por ampla desigualdade social, como o Brasil.

Neste sentido, o ex-deputado estadual Miguel Martini (PHS/MG) propôs, em 2004, o seguinte projeto de lei:

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada Obras Sociais Nossa Senhora do Morro, com sede no Município de Belo Horizonte.

A entidade denominada Obras Sociais Nossa Senhora do Morro possui como finalidades primordiais promover a formação e o aprimoramento cultural, educacional e profissional dos seus associados, compreendendo, também, ações de assistência social, dirigidas aos moradores carentes da Barragem Santa Lúcia, do Morro do Papagaio e da Vila Estrela, nesta Capital.¹⁷

De acordo com este projeto, a entidade Obras Sociais Nossa Senhora do Morro foi fundada em 1987, pela comunidade católica do bairro Vila Estrela, localizado em uma área periférica da capital mineira e que apresenta problemas sociais como a dificuldade de acesso a estabelecimentos de ensino. Com a aprovação do projeto, a instituição ampliaria os serviços já oferecidos, entre eles:

¹⁷ Miguel Martini. 1474/2004. Declara De Utilidade Pública As Obras Sociais Nossa Senhora Do Morro, Com Sede No Município De Belo Horizonte.

escola pré-vestibular, aulas de reforço escolar, acompanhamento de idosos, aulas de informática; teria condições para a criação de creches, ambulatórios e, ainda, para o desenvolvimento de projetos em parceria com outras instituições.

Outro exemplo de uma intuição católica que busca o título de utilidade pública é o Centro Cultural Católico da Paróquia de Santa Cecília, localizado na cidade de Lins. Fundada em 1995, por católicos daquela região, a entidade tem por finalidade desenvolver obras sociais na tentativa de amenizar os problemas sociais desenvolvidos naquela região. Baseado nisso, a ex-deputada estadual Cecília Passarelli (PFL/SP) propôs, em 1998, o seguinte projeto de lei:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta:

Artigo 1º - É declarado de utilidade pública o “Centro Cultural Católico da Paróquia de Santa Cecília - Diocese de Lins”, com sede em Presidente Alves.

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de utilidade pública, no âmbito estadual, o Centro Cultural Católico da Paróquia de Santa Cecília - Diocese de Lins, sediada no município de Presidente Alves. Fundada em 10 de dezembro de 1995, a referida entidade se constitui numa sociedade civil, com finalidade filantrópico-educativa¹⁸.

Fundamentadas na questão da caridade e por meio da atuação dos deputados ligados à RCC, essas instituições recorrem ao título de utilidade pública em busca de orçamentos do Estado para promoverem a expansão de suas atividades.

Não foram apenas instituições filantrópicas que recorreram ao título de utilidade pública. As comunidades ligadas à RCC adentraram o âmbito da arena política em busca de tais benefícios. O exemplo disto é a Comunidade Católica Recado da cidade de Tatuí, estado de São Paulo. Fundada em 1984, por uma banda musical católica, liderada pelo músico Luiz Carvalho, tal instituição desenvolve trabalhos de evangelização através da música: *shows* musicais anuais em todo o Brasil; escola para a formação de novos músicos e de outras expressões artísticas, festivais de músicas e apresentações de programas de rádio.

Visando a estes interesses, o deputado estadual Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP) propôs, em 2009, o seguinte projeto de lei:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - É declarada de utilidade pública a Comunidade Missionária Recado, com sede em Tatuí.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fundada em 02 de outubro de 2000, no município de Tatuí, interior do Estado de São Paulo, por um grupo de católicos leigos, a Comunidade Missionária Recado foi criada com o objetivo de promover a evangelização através das artes e a promoção humana, por meio de ações de cidadania e de profissionalização voltadas para a

¹⁸ Cecília Passarelli. 158/1998. Declara de utilidade pública o "Centro Cultural Católico da Paróquia de Santa Cecília - Diocese de Lins", em Presidente Alves.

população em situação de vulnerabilidade social¹⁹.

Conforme este projeto, a Comunidade Missionária Recado, da cidade de Tatuí, receberia o título de utilidade pública. Na prática, essa titulação representa que toda a atividade desenvolvida por esta instituição de alguma forma contribui para o desenvolvimento econômico e social do país, isto é, as autoridades brasileiras reconhecem suas ações e assim legitimam a sua atuação no espaço público.

3.3 – Social

Como foi demonstrado no Gráfico 14, foram apresentados 168 projetos de Lei relacionados com a área social. O deputado estadual que mais apresentou propostas nesse setor foi Reinaldo Alguz (PV/SP). Este político apresentou 140 projetos, dos quais 66% estão relacionados à temática social. Podemos definir como da área social todos aqueles projetos de lei que lutam pelos direitos sociais das pessoas.

Desde o final do século XIX, a Igreja Católica se posicionou a favor da defesa dos direitos sociais das pessoas, além de elaborar a Doutrina Social da Igreja. Nestes documentos, constam o posicionamento do catolicismo acerca de vários assuntos relacionados à temática social. Sua fundamentação consiste na promoção do outro, na recuperação da dignidade da pessoa humana. Ou seja, a Igreja Católica, por meio da ação dos leigos e padres possui a responsabilidade de ajudar a pessoa em sua inserção na sociedade.

Como visto no primeiro capítulo, muitos movimentos progressistas católicos ou intelectuais progressistas católicos, a exemplo da Teologia da Libertação e das CEBs, Frei Betto e Leonardo Boff, fundamentam seus pressupostos nesses documentos (até mesmo a participação dessas lideranças em partidos de esquerda, como o PT e o PDT). Dito de outra forma, a temática social, entendida por esses grupos da esquerda católica, seria uma transformação estrutural da sociedade em benefício das camadas pobres. Haveria, portanto, melhor distribuição de renda, políticas públicas para diminuir as dificuldades das pessoas, avanço nos direitos humanos, dentre outras práticas.

Os setores católicos mais conservadores vêem o social como algo relacionado à caridade ou ao assistencialismo. Os projetos sociais ou de lei defendidos não rompem com os problemas trazidos pelo sistema capitalista ou pela forma de governos dos últimos tempos no país. Ações como cesta básica, esmola e dia de destruição de alimentos são práticas muito comuns nessa tendência católica.

¹⁹ Paulo Alexandre Barbosa. 1428/2009. Declara de utilidade pública a "Comunidade Missionária Recado", em Tatuí.

A partir disso, percebemos que boa parte dos projetos de lei propostos pelos deputados vinculados à RCC provém de partidos de esquerda, sobretudo do Partido dos Trabalhadores e do Partido Verde, que, historicamente, defendem os direitos sociais dos trabalhadores. O Deputado Estadual Reinaldo Alguz (PV/SP) elaborou o projeto “Programa Vila Dignidade”, expandido para mais de 63 cidades do estado de São Paulo. Esse projeto prevê a construção de uma vila para 24 moradores, visando a acolher o idoso com renda de menos de dois salários mínimos, com a justificativa de que, com o aumento da expectativa de vida do brasileiro para 72,5 anos, temos um aumento da população idosa no país que precisa de melhores condições de moradia. Assim, a iniciativa busca diminuir os problemas sofridos por pessoas dessa faixa etária. De acordo com o projeto:

Assim, pelo Decreto nº 54.285, de 29 de abril de 2009, o Governo de São Paulo criou o Programa Vila Dignidade, tendo por objetivo a construção de moradias para pessoas idosas que sejam independentes na realização de suas atividades diárias, tenham renda mensal de até dois salários mínimos, sejam preferencialmente sós ou sem vínculos familiares sólidos, e residam no município há pelo menos dois anos. Executado pela CDHU em terreno próprio dessa ou em terreno da Prefeitura, o produto final oferecido são núcleos habitacionais horizontais de até 24 unidades contendo áreas de convivência, adequados às necessidades das pessoas idosas, com assistência social permanente²⁰.

A Deputada Estadual Maria Tereza Lara (PT/MG), em 2005, elaborou um projeto de lei que cria diretrizes no estado mineiro para o combate ao preconceito racial. Esse projeto prevê a criação de políticas públicas para a superação dos problemas socioeconômicos enfrentados pelos negros mineiros e diminuir a discriminação. Uma das medidas propostas nesse documento seria a conscientização dos negros sobre possíveis doenças que podem contrair e como podem se prevenir. As instituições mineiras de ensino superior precisam realizar pesquisas sobre a temática negra no estado, inserir no currículo dessas universidades e das escolas de ensino médio estudos sobre a saúde dos negros, educação dos negros e aspectos culturais. Haverá visita de profissionais da área de saúde às comunidades negras, entrada gratuita em eventos esportivos, celebração cívica dos principais marcos da história negra no estado, defesa no sistema de cotas, incentivo para empresas que contratarem negros, dentre outras medidas.

Outro projeto desta área foi proposto pelo Deputado Estadual Alessandro Molon (PT/RJ), que propõe a criação do bilhete único nos serviços de transporte coletivo Intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro. O valor único do bilhete de transporte

²⁰ Paulo Alexandre Barbosa. 1428/2009. Declara de utilidade pública a "Comunidade Missionária Recado", em Tatuf.

público do Rio de Janeiro faria com que a população economizasse com passagens relativas ao transporte e os usuários poderiam utilizar esse bilhete em um longo prazo de tempo.

Como podemos perceber, os projetos propostos pelos deputados vinculados à RCC na área social remetem a interesses da própria população em geral, o que favorece, por sua vez, à própria Igreja enquanto entidade religiosa e não aos interesses dos carismáticos, especificamente. Esses mandatários elaboraram propostas para beneficiar vários setores sociais, como uma forma de garantir a presença católica neste setor. Em relação aos seus partidos, por estarem inseridos, em sua maioria, em partidos de esquerda que podem defender posições na área social, esses políticos acabam, também, defendendo as orientações dos seus respectivos partidos.

3.4- Institucional

A totalidade dos projetos da área institucional foi de 122. O deputado federal que mais apresentou propostas neste setor foi Alessandro Molon (PT/RJ), que elaborou 146 projetos ao longo dos seus mandatos, 25,3% deles relacionados com essa temática.

O Deputado Alessandro Molon propôs, em 2005, o projeto que obriga as Organizações Não Governamentais que receberam algum tipo de benefício do Estado do Rio de Janeiro a prestar contas de seu uso, com a justificativa de ter mais transparência dessas instituições sobre como têm usado os recursos públicos em suas atividades diárias e como têm desenvolvido suas atividades na sociedade.

O Deputado Estadual Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP) propôs, na Assembléia Estadual do Estado de São Paulo, em 2007, um projeto defendendo que os municípios paulistas aplicassem, em educação e saúde, 50% dos impostos de royalties pagos pelas empresas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural. O autor alegou que o Estado de São Paulo havia aumentado consideravelmente a produção de petróleo com a descoberta de novas jazidas petróleo e gás natural no litoral do estado. Isso gerou um aumento na arrecadação de impostos sobre essas empresas e os recursos obtidos podem ser destinados a outras áreas sociais.

O deputado federal paulista José Carlos Stangarlini (PSDB/SP) propôs, em 2001, o projeto que prevê que os municípios sejam avisados sobre a liberação de recursos para outras entidades, no prazo máximo de dois dias. O autor propôs esta lei para que os municípios tenham conhecimento, de forma clara e rápida, sobre como tem sido gasto o dinheiro público nas instituições públicas a que os recursos são destinados. Conforme o projeto:

Os órgãos e entidades da administração estadual direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais notificarão

às respectivas Câmaras Municipais da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os Municípios, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação²¹.

Destacamos o projeto de lei apresentado pelo deputado Federal Zimbaldi (PSDB/SP), em 2001, sobre a criação do Dia Nacional dos Vicentinos. De acordo com o projeto:

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º – Fica instituído o dia 27 de setembro de cada ano como “Dia Nacional dos Vicentinos”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

A Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 1883, na França por um grupo de jovens cristãs, preocupados em difundir e seguir os mandamentos bíblicos, chamados de os “Vicentinos”, por tomarem como o seu patrono o padre São Vicente de Paulo, conhecido na Igreja Católica como o Pai da Caridade, por sua obra totalmente voltada aos pobres.

O trabalho social e religioso dos Vicentinos, é conhecido no mundo todo, principalmente no Brasil, onde se organizaram em grupos de trabalhos, nas comunidades, paróquias ou bairros, levando ajuda a todos aqueles que deles necessitam, sejam doentes, idosos, desajustados sociais, enfim todos os carentes da palavra de Deus, levando conforto espiritual e ajuda material²².

O projeto, acima citado, prevê que, no dia 27 de setembro, seja comemorado o Dia Nacional dos Vicentinos no Brasil. Esta data foi escolhida por ser o dia comemorativo da festa religiosa do beato Padre Antonio Frederico Ozanam, fundador da Associação São Vicente de Paula (Vicentinos).

Os Vicentinos constituem uma associação religiosa ligada à Igreja Católica que tem por finalidade ajudar as pessoas de baixa renda. Fundada no século XIX, se espalhou com rapidez por todas as regiões do mundo, constituindo, assim, uma das maiores instituições caritativas católicas. De acordo com os dados emitidos pelo movimento, o Brasil é o maior país vicentino do planeta; aqui, a instituição nasceu em 1872, com a Conferência São José, no Rio de Janeiro. E conta com cerca de 250 mil voluntários, organizados em 20 mil Conferências e 33 Conselhos Metropolitanos. Semanalmente, os vicentinos distribuem mais de 800 mil quilos de alimentos, arrecadados por meio de campanhas junto aos colaboradores, além de remédios, roupas, materiais escolares e utensílios diversos. Com essas doações, a instituição mantém creches, hospitais e orfanatos.

Perante uma sociedade como a nossa, que possui diversos problemas sociais, pouca distribuição de renda e poucos investimentos e projetos nas áreas sociais, a Igreja Católica busca ter o reconhecimento institucional de uma iniciativa que tem por finalidade diminuir a pobreza – o que pode lhe trazer vários benefícios. No campo do *marketing*, a Igreja pode se utilizar da propaganda para ressaltar o seu compromisso com o social, e ser uma parceira com o Estado no combate às

²¹ José Carlos Stangarllini. Nº 0732/2001. Determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos estaduais para os respectivos Municípios e dá outras providências.

²² Salvador Zimbaldi. 5.150/2001. Institui o dia 27 de setembro de cada ano como “Dia Nacional dos Vicentinos”.

desigualdade sociais do Brasil. Isso lhe renderia uma imagem positiva perante as outras instituições religiosas. Em outras palavras, o reconhecimento público do dia 27 de setembro de todo o ano, mesmo não sendo feriado nacional, legitima a ação dos católicos por meio dos Vicentinos.

Para a Renovação Carismática Católica, é interessante a aprovação deste projeto. Por estar inserida em uma Igreja que possui o *status* de caritativa, automaticamente, os carismáticos incorporam tal *status*, e isto pode ser um elemento positivo para a expansão de suas atividades e o desentrelaçamento burocrático para futuros projetos que necessitem do aval do Estado.

Nesta mesma linha de atuação, o deputado federal Salvador Zimbaldi, em 2001, propõe outro projeto de lei que beneficiaria os católicos. De acordo com o projeto:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1: Fica instituída a proclamação de São Tomás Moro como Patrono dos governantes e políticos brasileiros.

S. S. o Papa João Paulo II afirma, na proclamação feita no último mês de outubro, que “muitas são as razões em favor da proclamação de S. Tomás Moro como Patrono dos Governantes e dos Políticos. Entre elas, conta-se a necessidade que o mundo político e administrativo sente de modelos credíveis, que lhes mostrem o caminho da verdade num momento histórico em que se multiplicam árduos desafios e graves responsabilidades. Com efeito, existem, hoje, fenômenos econômicos intensamente inovadores que estão a modificar as estruturas sociais; além disso, as conquistas científicas no âmbito das biotecnologias tornam mais aguda a exigência de defender a vida humana em todas as suas expressões, enquanto as promessas duma nova sociedade, propostas com sucesso a uma opinião pública distraída, requerem com urgência decisões políticas claras a favor da família, dos jovens, dos anciãos e dos marginalizados.”²³

O projeto acima salienta que o Santo Tomás Moro seria intitulado o patrono dos políticos do Brasil. Para os católicos, tal santo já o responsável pela proteção do exercício das pessoas nos cargos políticos. Canonizado em 1935, Tomás Moro, nascido em Londres no século XV, foi escolhido para tal função por ser um homem de estado, diplomata, escritor, advogado e homem de leis – ocupou vários cargos públicos, dentre eles o de Chanceler do Reino de Henrique VIII da Inglaterra.

Como sabemos, até 1889, a Igreja Católica confundia-se com o governo por meio do regime do padroado. Segundo este tratado, era de responsabilidade das autoridades brasileiras a construção de Igrejas, o pagamento de salários dos padres e bispos, o custeamento de suas viagens e a manutenção de suas igrejas, além disso, as leis deveriam ser regidas pelos ditames católicos. Era de responsabilidade dos clérigos assumirem algumas funções que, hoje, são desempenhadas por servidores públicos, a exemplo da organização das eleições, do censo demográfico, do casamento religioso (equivalente ao casamento civil), do batismo (equivalente ao registro civil) e da

²³ Salvador Zimbaldi. 4099/2001. Institui a proclamação de São Tomás Moro como Patrono dos políticos e governantes brasileiros.

organização dos funerais.

Mesmo com o advento da República – quando, oficialmente, há a separação entre a Igreja e o Estado –, a Igreja Católica continuava a receber vários benefícios das autoridades públicas e, também, influenciar nas suas decisões político-administrativas. Apenas no final da década de 1980, com a redemocratização brasileira, a hegemonia católica é ameaçada em âmbito político. Podemos observar isto pela emergência de outros grupos religiosos na arena política, grupos ligados ao movimento *gay*, feministas, dentre outros, defendendo pautas contrárias àquilo que o catolicismo defende desde a sua criação.

Perante a realidade pluralista e secularizada, a aprovação desse projeto de lei implica na obtenção de um poder simbólico pelos católicos. Ter um santo católico como patrono dos políticos, em geral, no Brasil, implica dizer que o Estado concorda com o modo de fazer política idealizado pela Igreja Católica. A palavra **patrono** significa protetor, defensor, padroeiro, advogado, aquele que cuida e é responsável por algo. Logo, os políticos brasileiros podem se espelhar neste santo para o exercício de seus mandatos.

Para a Igreja Católica, ter um santo como patrono nacional dos políticos brasileiros representa que tal instituição, outra vez, influencia e decide os rumos que tomará a política do país. As leis, o funcionamento do regime político, a atuação dos mandatários, os investimentos financeiros e tudo aquilo que diz respeito à arena política seguiriam os “conselhos” proferidos pelos católicos. Isto significa também um reconhecimento do Estado que este “jeito” de fazer política, conforme as orientações católicas, é melhor que o dos outros credos religiosos, representando, assim, mesmo que em termos ideológicos, uma supremacia do catolicismo sobre outras correntes religiosas.

3.5- Saúde

O total dos projetos da área da saúde foi 83. O deputado estadual que mais apresentou propostas nesse setor foi Célio Moreira (PSDB/MG). Dos 200 projetos elaborados por esse deputado, 7,5% estão relacionados à temática da saúde.

Percebemos que as propostas de projetos de lei na área de saúde estão relacionadas com as melhorias do sistema de saúde nacional – assim, passam a funcionar de acordo com a doutrina católica. Há regras para o funcionamento de clínicas abortivas, orientações sobre como devem se proceder as pesquisas com células-tronco, proibições acerca da reprodução humana, políticas públicas para mulheres que sofreram estupro, incentivo à vacinação contra doenças, assistência psicológica para mulheres que praticaram o aborto e para adolescentes que ficaram grávidas,

medidas de combate à pedofilia, incentivo à doação de órgãos e sangue, projetos educacionais nas escolas de prevenção de doenças. Dito de outra forma, os projetos de lei propostos pelos mandatários católicos carismáticos querem mais investimentos no funcionamento do sistema de saúde nacional e políticas públicas para evitar o aborto, a eutanásia, dentre outras práticas.

De acordo com o projeto proposto pelo Deputado Federal Salvador Zimbaldi (PDT/SP), as clínicas de reprodução humana teriam regras rígidas para o seu funcionamento:

A presente lei visa antes de mais nada, a regulamentar o funcionamento das Clínicas de Fertilização e evitar de forma incisiva o comércio negro de células embrionárias. Infelizmente é muito comum pessoas inescrupulosas se beneficiarem de forma criminosa, aproveitando-se de pessoas leigas. No caso em questão, casais que estão tentando realizar o sonho de serem pais. E existe a possibilidade de pessoas desavisadas doarem material para a fecundação de óvulos, visando apenas lucro financeiro. Ademais, estaremos evitando o aborto indiscriminado, que é feito através da chamada redução terapêutica, pois é do conhecimento de todos que a partir da fecundação do óvulo já existe vida pré-concebida.²⁴

Neste projeto, fica estabelecido que as clínicas de reprodução humana ficam proibidas de fecundarem óvulos para pesquisas de células-tronco e/ou reprodução terapêutica – cada mulher só poderá ter seu óvulo fecundado uma vez e estará autorizada a fazê-lo apenas com a permissão do Ministério da Saúde. As clínicas que desobedecerem a essa lei serão criminalizadas e deverão pagar multa equivalente a cinco salários mínimos.

O projeto proposto pelo Deputado Federal Salvador Zimbaldi defende que todos os hospitais do país orientem as mulheres que desejam fazer o aborto, nas situações previstas pela legislação, sobre seus efeitos em sua vida e na de seus familiares, além dos métodos usados para este fim. As informações passadas seriam sobre os possíveis efeitos colaterais e psíquicos que a mulher poderia sofrer, esclarecer sobre o serviço de adoção, o direito da presença de alguma entidade religiosa na execução do aborto e o conhecimento sobre o desenvolvimento mês a mês do feto.

Podemos ver que o projeto consiste em desencorajar as pessoas a aderirem à prática do aborto. Para isso, se utiliza da informação – acreditando que muitas mulheres fazem aborto pela falta de instrução – e apresenta alternativas para que o aborto não seja praticado.

Segundo a Igreja Católica, Deus é o criador da vida, desde o seu início até o seu fim. Por isso, ninguém, em nenhuma circunstância, pode reivindicar para si o direito de tirar a vida de outro ser humano. Em outras palavras, apenas Deus tem o direito de dar ou tirar a vida de alguém, uma vez que Ele é o criador da vida – constitui-se, portanto, algo sagrado. Nenhuma mulher tem o direito de escolher sobre a interrupção da gravidez. A fundamentação bíblica para isso está em um dos

²⁴ Salvador Zimbaldi. 4889/2005. Estabelece normas e critérios para o funcionamento de Clínicas de Reprodução Humana.

mandamentos “Não Matarás”. Baseado neste axioma, os clérigos católicos têm feito campanha, junto a seus fieis, na defesa da vida e ao respeito por ela, enfatizando que é na concepção que se dá o início da vida humana.

Vários são os documentos emitidos por autoridades católicas para esclarecer a posição da Igreja sobre o aborto e a punição do fiel que pratica tal ação. Segundo o Catecismo da Igreja Católica (1982), o católico que pratica o aborto, exceto o aborto natural, está excomungado da Igreja, ou seja, está proibido de participar das atividades da Igreja

A Renovação Carismática Católica tem agido e se manifestado de várias formas para que o aborto não seja aprovado no Brasil. Desde o início da década de 2000 que duas ações têm sido efetivadas pelos carismáticos. A primeira delas é a coleta de nomes, em todo o Brasil, nos abaixo-assinados, para a obtenção de um milhão de assinaturas. Isto permitiria à RCC entrar com um projeto de lei pela criminalização do aborto. Uma segunda ação é a inserção de projeto de lei, por meio dos seus representantes, nas Câmaras estaduais e federal, com leis que proíbem qualquer iniciativa do Estado em práticas abortivas. No ano de 2005, o deputado federal Osmânio Pereira (PSDB/MG) propôs o seguinte projeto:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Esta Lei regulamenta o art. 226, 7º, da Constituição Federal, dispondo sobre a inviolabilidade do direito à vida, definindo a eutanásia e a interrupção voluntária da gravidez como crimes hediondos, em qualquer caso.

§ 5º. É vedada a participação direta ou indireta de quaisquer governos, entidades e organizações estrangeiras ou internacionais em atividades de planejamento familiar, no território nacional, inclusive a prestação de serviços de consultoria ou assessoria, onerosas ou gratuitas, por pessoas que tenham vínculos com organizações e entidade estrangeiras que defendam o controle da natalidade, a esterilização voluntária e o aborto, que sejam por elas patrocinadas.

Ao garantir os direitos individuais fundamentais e invioláveis a todas as pessoas, sem qualquer distinção e, portanto, sem distinguir, tampouco, o estágio da vida em que se encontrem, a Constituição Federal cita, em primeiro lugar, o direito à vida. Fá-lo com toda a lógica, posto que, sem esse direito, que é de todos o primeiro, nenhum sentido teriam os demais.²⁵

De acordo com o projeto acima, o Estado puniria qualquer entidade, associação ou pessoa que, por qualquer razão, cometesse o aborto. Ainda é criminalizada qualquer ação que indica qualquer procedimento abortivo, a exemplo de esterilização, controle de natalidade ou mesmo palestras ou anúncios aludindo a sua defesa. Os argumentos utilizados pelo deputado para justificar tal projeto estão baseados em argumentos religiosos, como o de que o Estado precisa defender a vida e não tem o direito de interromper qualquer gravidez. De acordo com este pensamento, independente das circunstâncias de vida da mãe ou do feto, cabe ao Estado e à família criar meios para o nascimento e a criação desta criança.

²⁵ Osmânio Pereira. 5058/2005. Dispõe sobre a inviolabilidade do direito à vida, definindo a eutanásia e a interrupção voluntária da gravidez como crimes hediondos, em qualquer caso.

O projeto ainda contempla a questão da eutanásia. A lógica do argumento é a mesma referente ao aborto. O Estado tem como princípio a proteção da vida dos seus cidadãos. Logo, a retirada da vida da pessoa, ainda que com o seu consentimento, é algo que infringe esse pressuposto. Dito de outra maneira, mesmo que o enfermo autorize o fim de sua vida ou a família o autorize por ela, justificando que querem dar fim ao sofrimento, a lei os proíbe, pelo argumento de que tal decisão é contrária à promoção da vida.

A manutenção da criminalização do aborto ou da eutanásia representa a força política que a Igreja Católica, juntamente com outras denominações religiosas, possui no Brasil. Evitar a sua aprovação significa dizer que a Igreja ainda detém algum tipo de influência na organização social do país.

3.6-Segurança e Nomeação

A totalidade dos projetos da área de segurança foi de 77. O deputado estadual que mais apresentou propostas deste setor foi Alessandro Molon (PT/RJ). Dos 146 projetos elaborados por este deputado, 15,1% estão relacionados à temática segurança. Em relação à categoria Nomeação, temos 53 projetos e o deputado estadual José Carlos Stangarlini (PSDB/SP) .

No quesito segurança, observamos que boa parte dos projetos de lei ressalta a necessidade de educação no trânsito por parte dos motoristas, de novas regras para o código de trânsito, de investimento em treinamento para policiais e novos materiais de trabalho, de construção de novas penitenciárias, do aumento da segurança nas escolas e de investimento no serviço de busca por pessoas desaparecidas.

Zimbaldi, em 2002, propôs a criação do Sistema de Segurança Pública Nacional, projeto que prevê: banco nacional dos Registros de Identificação da população, interconexão entre a polícia civil, militar e federal – para maior circulação de informação –, digitalização de todos os mapas geográficos, instalação de câmaras em alguns lugares públicos e maior capacitação dos profissionais da área de segurança. Em outras palavras, essa lei prevê maior intercâmbio de informação entre as diversas modalidades de profissionais na área de segurança entre os estados, investimentos em tecnologias e estratégias para combater a violência. Essas ações vão ao encontro dos interesses dos católicos carismáticos, que, em seus pronunciamentos, sempre se posicionaram contra o tráfico de drogas, roubos, sequestros, estupros, dentre outras formas de violência. Tendo policiais mais bem preparados, armados e com tecnologia para suas investigações, estes estarão mais dispostos e capacitados para combater as diversas formas de violência ocorrida nos centros urbanos ou nas zonas rurais.

O deputado federal Hugo Leal (PSC/RJ) apresentou projeto para a criação da **Década de ações** para a diminuição da violência do trânsito:

A partir do ano que vem, a Organização Mundial de Saúde (OMS) vai iniciar um programa de dez anos visando à redução dos índices de mortalidade no trânsito. A Década de Ações de Segurança no Trânsito 2010/2020 foi recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a todos os seus países-membros, entre eles, o Brasil - onde o trânsito faz mais de 35 mil vítimas fatais por ano (uma média de 95 mortes diárias), o que equivale à queda de uma avião de grande porte lotado a cada três dias. Com uma frota de cerca de 50 milhões de veículos – boa parte deles em precárias condições de funcionamento –, o país gasta cerca de R\$ 30 bilhões em despesas hospitalares, indenizações e outros custos envolvidos nesses acidentes, segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Este projeto tem por objetivo instituir, no período de 2010 a 2020, a Década de Ações para a Segurança no Trânsito para atender a recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) e promover políticas para melhoria da segurança no trânsito.²⁶

De acordo com este projeto, de 2010 a 2020, o poder público desenvolverá atividades educativas, conscientização da população para diminuição da violência no trânsito, leis mais rígidas, maior fiscalização dos governantes, para seguir as recomendações da ONU sobre as ações para diminuir os acidentes e, assim, evitar mortes.

Na temática Nomeação, percebemos que há várias iniciativas para colocar nome de padres, bispos e até de Papas nas escolas e rodovias. Ter um nome de uma das suas lideranças religiosas em qualquer instituição pública implica legitimação de supremacia daquela Igreja em detrimento das demais. Significa dizer que o Estado reconhece todo o trabalho desenvolvido por esta autoridade religiosa em seu território. Neste sentido, o Deputado Estadual Célio Moreira (PSDB/MG) propõe que o trecho da rodovia MG-10 – compreendido entre a Avenida Vilarinho e o entroncamento da MG-424 – receba o nome do Papa João Paulo II.

De acordo com o projeto de lei:

Justificação: Homenagear o Papa João Paulo II dando seu nome ao trecho da Rodovia MG-10 compreendido entre a Avenida Vilarinho e o entroncamento da MG-424 é uma maneira de demonstrar o reconhecimento de todo o povo mineiro à atuação inesquecível do Papa no anúncio da evangelização em defesa da vida e da paz.²⁷

A justificativa dada por este político consistiria em uma homenagem a um dos maiores líderes da Igreja Católica, no século XX, por suas ações na defesa da vida. O autor ressalta que o Papa João Paulo II sempre teve muito carinho pelos mineiros, especialmente, pela cidade de

²⁶ Hugo Leal. PL 6319-2009. Institui a Década de Ações de Segurança no Trânsito.

²⁷ Célio Moreira. 2852/2005. Denomina Rodovia Papa João Paulo II O Trecho Da Rodovia MG-10 Compreendido Entre A Avenida Vilarinho E O Entroncamento Da MG-424.

Belo Horizonte. Prova disto são suas declarações sobre os elogios do Papa à organização da cidade.

Outra nomeação requerida para sacerdotes católicos diz respeito ao trevo de Dracena, localizado no km 647,913m da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros – SP 294 –, para o nome de Dom Marcelino Correr, proposto pelo Deputado Estadual Reinaldo Alguz (PV/SP).

Além da homenagem ao Papa João Paulo II em instituições públicas, as escolas estaduais têm sido requisitadas pelos políticos católicos carismáticos para que levem o nome dos seus padres e bispos. Exemplo disso é a mudança do nome da Escola Estadual Jardim Aeroporto para Dom Tarcísio Ariovaldo Amaral, na cidade de Limeira, e a da Escola Estadual Jardim Vera Cruz II para Dom Agnelo Cardeal Rossi, ambos os projetos propostos pelo ex-Deputado Estadual José Carlos Stangarlini (PSDB/SP). Em Praia Grande, São Paulo, o Deputado Estadual Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP) propõe que a Escola Estadual do Jardim Quietude mude seu nome para Escola Estadual Padre Ezio Gislimbert.

3.7- Moral Sexual Cristã

A totalidade dos projetos da área Moral Sexual Cristã foi de 51. O deputado que mais apresentou propostas nesse setor foi o deputado estadual Carlos Dias (PP/RJ). Dos 107 projetos elaborados por Dias, 13,1% estão relacionados à temática Moral Sexual Cristã.

Aqui, são incluídas questões bastante polêmicas e com ampla repercussão na sociedade brasileira, entre as quais estão o uso dos métodos contraceptivos, o aborto e a eutanásia. A Igreja Católica é contra todos os métodos contraceptivos, exceto a castidade e o controle natural de natalidade. Por consequência, também se opõe ao uso do preservativo e da pílula.

Essa posição é criticada por alguns membros da própria Igreja, que alegam que apresenta risco à saúde da sociedade perante Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e um aumento das situações de gravidez indesejada.

Para a Igreja, a fidelidade no casamento, a castidade e a abstinência sexual são os melhores meios de impedir o avanço do HIV/AIDS. Ela considera que promover o uso de preservativos incentiva o que julga um estilo de vida imoral. Para os críticos dessa posição, ela representa um comportamento que contribui para o alastramento da doença.

A partir deste pressuposto, o ex-deputado estadual Carlos Dias (PP/RJ), propôs, em 2002, o seguinte projeto de lei:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Art. 1º – É vedado ao Poder Público estimular por qualquer meio, a distribuição ou utilização de preservativos.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária, com caráter educativo, destinado a preservar os valores da família no seio da sociedade, que não pode aceitar que o erário venha a financiar ou de qualquer maneira contribuir, para a difusão de preservativos, cujos benefícios ora não se discutem, mas cuja recomendação de uso se insere na esfera íntima de cada pessoa, esfera esta que deve ser preservada da ação do Poder Público, sob pena de haver inconstitucional invasão de privacidade (Art. 5º, inciso X, da CF)²⁸.

De acordo com o projeto, o Estado é proibido de iniciar ações que disseminem a prática do uso dos preservativos. O argumento utilizado é o de que isso fere os valores da família e leva a uma imoralidade da sociedade. Nesta linha de raciocínio, o uso da camisinha masculina e feminina, do diafragma, do DIU, da injeção de hormônios, da esterilização, do aborto induzido, da ligadura de trompas, da vasectomia, da pílula do dia seguinte, dos métodos comportamentais e métodos de monitoramento de fertilidade, do método estatístico, do coito interrompido, dentre outras práticas, seria proibido pelas autoridades públicas. Enfim, o governo brasileiro deveria investir em propagandas de conscientização sobre os riscos da saúde da mulher relacionados ao uso de métodos contraceptivos.

Relacionada à questão da proibição dos métodos contraceptivos está a questão da sexualidade. Segundo a doutrina católica, o sexo deverá ser prática apenas depois do casamento. O argumento utilizado é o de que a sexualidade é algo criado por Deus, portanto, sagrado. Sendo assim, deverá ser praticado apenas dentro do casamento, que é, também, sagrado. Logo, a finalidade da relação sexual se resume à procriação e ao prazer entre o casal. Aqueles que não se encontram em situação de casados devem comprometer-se a praticarem a castidade.

De acordo com os segmentos conservadores da Igreja Católica, o aumento da erotização dos meios de comunicação, no comércio e em outros setores da sociedade, tem levado as pessoas a praticarem, cada vez mais, relações sexuais antes do casamento, estimulado o adultério e divulgado a banalização do divórcio. O uso da relação sexual fora do casamento destruiria o modelo de família defendido pela sociedade conservadora e patriarcal. Ou seja, o aumento da pornografia, na sociedade brasileira, estaria levando as pessoas a não utilizarem as relações sexuais para seus devidos fins, conforme pensa o catolicismo (Machado, 2006)

Partindo desse pressuposto, o ex-deputado estadual Carlos Dias (PP/RJ), propôs, em 2001, o seguinte projeto de lei:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

²⁸ Carlos Dias. Projeto de lei nº 3163/2002. Dispõe sobre a vedação de incentivos pelo poder público à distribuição ou utilização de preservativos.

Art. 1º - É proibida a comercialização de qualquer tipo de material pornográfico ou erótico no Estado do Rio de Janeiro, bem como o funcionamento de espetáculo que explorem apresentações essencialmente pornográficas ou promovam festas de nudismo.

Art. 2º - O Poder Público está autorizado a promover todas as medidas cabíveis para o cumprimento desta Lei, podendo apreender bens, interditar locais ou estabelecimentos comerciais e aplicar multas entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), variável conforme a gravidade da infração, a ser apurada pelos órgãos de fiscalização da Secretaria Estadual de Fazenda, cabendo, da autuação, recurso ao Secretário Estadual de Fazenda, que fixará, em definitivo, a penalidade pecuniária a ser aplicada como sanção administrativa ao infrator.

Trata-se de projeto de lei ordinária estadual que visa conferir efetividade às normas do Código Penal, normas estas que, há décadas, proíbem o comércio associado ao sexo, cuja exploração, em última análise, é uma afronta ao princípio constitucional do respeito à pessoa humana, base da ordem jurídica brasileira.

Os *sex-shops* e os clubes de hedonismo, por exemplo, são contrários à moral e ao interesse público, muitas vezes sendo fontes de sonegação fiscal, de favorecimento à prostituição e de abusos envolvendo menores, tudo a ser prontamente repudiado pelos Poderes Públicos, liderados pela ALERJ.²⁹

De acordo com o projeto acima, as cidades do Estado do Rio de Janeiro estariam proibidas de comercializarem material que faz alusão à pornografia, ou mesmo, realizar eventos que aludem ao erotismo. Pessoas ou estabelecimentos comerciais ou artísticos que forem pegos estimulando a pornografia podem ser multados ou, até mesmo, presos. Portanto, é função das autoridades públicas fiscalizarem para que a moralidade seja algo praticado por todos.

Outros projetos estão inseridos na categoria moral, dentre eles: Autoriza O Poder Executivo A Instituir O Dia 25 De Março Como O Dia Do Nascituro No Calendário Oficial Do Estado Do Rio De Janeiro (proposto por Carlos Dias), Proíbe experiências e clonagem de animais e seres humanos (proposto por Salvador Zimbaldi) e Proíbe Experiências Genéticas Envolvendo Embriões No Estado Do Rio De Janeiro (proposto por Carlos Dias).

3.8 - Educação

A totalidade dos projetos da área de Educação foi de 49. O deputado que mais apresentou propostas nesse setor foi Alessandro Molon (PT/RJ). Dos 146 projetos elaborados, 11,6% estão relacionados à temática educação.

Uma das áreas em que a Igreja Católica vem tentando recuperar o seu monopólio é a da educação. A Igreja Católica, ao longo da sua história, sempre usou a educação para difusão de seus

²⁹ Carlos Dias. PROJETO DE LEI Nº 2761/2001 PROÍBE O COMÉRCIO DE MATERIAL PORNOGRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ensinamentos. Desde a educação infantil ao ensino superior, instituições públicas ou privadas – em vários lugares do mundo – aderiram ao ensino católico. De acordo com o Anuário de 1994, publicado pela própria Igreja, existem, no mundo, 173.758 instituições educacionais controladas por católicos. Desse total, 53.790 são creches e casas de acolhida para recém-nascidos e crianças, 83.345 são escolas de ensino fundamental, 32.904 são escolas de ensino médio e 3.719 são institutos superiores e universidades. Várias ordens religiosas fundaram centros educacionais e se difundiram por todo o mundo, ao longo dos séculos, como os salesianos e os maristas.

No Brasil, a questão do ensino religioso católico nas escolas confunde-se com a relação entre Igreja e Estado. Desde a descoberta deste país pelos portugueses até o início da redemocratização, no final da década de 1980, sabemos que a Igreja Católica exerceu grande influência sobre os governantes. Nesse contexto, o ensino católico sempre foi proferido nos níveis de ensino das instituições públicas.

Com a formulação da Constituição de 1988, o ensino religioso foi proibido nas escolas públicas, com a justificativa de que o Estado brasileiro é laico e isso feriria o exercício da liberdade religiosa. Isto é, o Estado não poderia permitir que a educação fosse um meio para que instituições religiosas, como a catequese, doutrinassem os alunos com o intuito de conseguir novos fiéis.

Com a perda do monopólio educacional dos católicos para suas atividades proselitistas, o deputado estadual Miguel Martini (PHS/MG) lança um projeto de lei tentando restituir o ensino confessional nas instâncias educacionais públicas. De acordo com o projeto:

Art. 1º – O Ensino Religioso é parte integrante da formação básica do cidadão, constituindo disciplina obrigatória e de matrícula facultativa, nas escolas públicas da rede de ensino fundamental do Estado de Minas Gerais.

§ 1º - A disciplina de que trata o “caput” deste artigo estará disponível na forma confessional, desde que a denominação religiosa esteja representada no Conselho de Ensino Religioso do Estado de Minas Gerais – CONER-MG.

Entendemos que o ensino religioso, desprovido de caráter privilegiador, é de fundamental importância para a formação do cidadão.

Em todo o país há grandes esforços no sentido de renovação do conceito de ensino religioso, de sua prática pedagógica, da definição de seus conteúdos, da sua natureza e da metodologia adequada ao universo escolar.³⁰

O projeto acima intitulado “O Ensino Religioso Confessional Nas Escolas Da Rede Pública Estadual” dispõe que os credos religiosos poderiam ser ensinados nas escolas (sendo facultativo para os alunos), o matriculado deveria ter permissão dos pais para assistir às aulas, e todo o material didático, treinamento dos docentes e infraestrutura seria de responsabilidade do estado. O autor alega que o ensino confessional ajudaria os alunos a se tornarem pessoas mais humanas, solidárias, humildes e trabalhadoras. Dito de outra forma, o ensino religioso teria por meta, conforme o

³⁰ Miguel Martini. 43/2003. Dispõe Sobre O Ensino Religioso Confessional Nas Escolas Da Rede Pública Estadual.

projeto, ensinar valores para os alunos, promovendo, assim, uma humanização nas relações sociais.

Este projeto de lei é interessante para os católicos, pois uma disciplina de cunho confessional nas escolas públicas significaria um meio para atrair novos fiéis a suas igrejas, ou ainda, recuperar os não praticantes. Ensinando os dogmas católicos aos alunos, poder-se-ia combater o crescimento de outros credos religiosos que vêm ameaçando a supremacia na Igreja Católica, no Brasil, nas últimas décadas. Além de ensinar os valores católicos a crianças e jovens, estes desenvolveriam um estilo de vida de acordo com os princípios religiosos e, ao entrarem para o mercado de trabalho, poderiam gerar benefícios para a Igreja.

Outros projetos defendem a inclusão das disciplinas de Ciências Sociais, Filosofia e Empreendedorismo para os alunos do ensino médio, projetos com alunos contra o uso de drogas e o investimento de recursos públicos no ensino profissionalizante.

3.9- Turismo

Os projetos da área Turismo somam 24 propostas, totalizando 1,9% dos projetos apresentados. O deputado que mais apresentou propostas de lei nesse setor foi Carlos Dias (PP/RJ). Dos 107 projetos elaborados por Dias, 9,3% estão assuntos relacionados ao turismo.

Desde o século passado, a Igreja Católica tem se utilizado muito do turismo para expansão da sua doutrina e estimulado seus fiéis à renovação do sentimento de pertencimento ao credo, por meio de visitas a templos religiosos. O Turismo religioso, diferente de todos os outros segmentos de mercado do turismo, tem como motivação fundamental a fé. Está, portanto, profundamente ligado ao calendário e aos acontecimentos religiosos das localidades receptoras dos fluxos turísticos. É comum chamar-se peregrinação a cada viagem realizada pelos membros da Igreja. Os lugares mais famosos do mundo frequentados por milhares de fiéis católicos, anualmente, são: Terra Santa (Belém, Nazaré, Caná, Cafarnaum, Monte Carmelo, Monte Tabor, Rio Jordão, Jerusalém, etc.), os Santuários Marianos (Santuário de Fátima, Santuário de Lourdes, -Santuário de Guadalupe, Santuário de Medjugorje etc.) e a Santa Sé (Cidade do Vaticano, Basílica de São Pedro, Basílica de Santa Maria Maior, Basílica de São João de Latrão, Basílica de São Paulo Fora de Muros).

No Brasil, por ser o maior país católico do mundo, o turismo religioso, há muito tempo, tem papel importante na propagação da fé e doutrina católicas. Vários são os lugares intitulados pelos católicos como lugares sagrados, e que recebem centenas de fiéis todos os anos. Podemos citar o exemplo Belém do Pará, que, na festa do Círio de Nazaré, chega a abrigar mais de dois milhões de católicos; Juazeiro do Norte, onde, durante uma romaria de quatro dias, os fiéis visitam a imagem do beato Padre Cícero; além das famosas Igrejas históricas dos Estados de Minas Gerais e Bahia.

Neste sentido, a Igreja Católica do Brasil, procurando fortalecer a fé dos seus fiéis, tem

investido muito na região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Essa região é conhecida por receber, anualmente, milhões de católicos que buscam milagres, curas ou pagar suas promessas ao santo de devoção. A cidade de Aparecida, que abriga o Santuário Nacional de Aparecida, recebe, por ano, 10 milhões de pessoas. Este templo religioso guarda a imagem de Nossa Senhora Aparecida, achada, no século XIX, por pescadores nas margens do Rio Paraíba – desde o século XX, esta imagem tem o título de padroeira do Brasil (atualmente existe a TV Aparecida e Rádio Aparecida, de alcance nacional). Outra cidade que tem chamado atenção pelo grande fluxo de pessoas é Cachoeira Paulista. Tal cidade abriga a instituição católica Canção Nova, que é uma das responsáveis pela propagação das atividades dos carismáticos. Fundada por um dos principais líderes da RCC no Brasil, Padre Jonas Abib, o local comporta uma emissora de TV e de rádio de alcance nacional. Há lugar para retiros que comportam 200 mil pessoas (o maior espaço religioso católico da América Latina) e, atualmente, está em construção uma Igreja chamada “Pai das Misericórdias”, que comportará dez mil pessoas.

O circuito religioso no Vale do Paraíba ainda comporta a cidade de Guaratinguetá, conhecida, nacionalmente, por ser a região onde nasceu e viveu o primeiro santo brasileiro, Frei Galvão. A catedral de Guaratinguetá foi o lugar onde este santo trabalhou como sacerdote nas atividades da Igreja e, hoje, se tornou ponto turístico no Brasil, recebendo, anualmente, centenas de pessoas atrás das pílulas milagrosas. Há, ainda, duas outras cidades que estão sendo inseridas neste traslado religioso católico: a cidade de Canas, onde está em construção um recinto para eventos da RCC, comportando dez mil pessoas; e a cidade de Lorena, conhecida pela arquitetura das Igrejas.

No ano de 2008, o deputado estadual Paulo Alexandre Barbosa propõe o projeto que institucionalizaria o Turismo religioso no Vale do Paraíba. De acordo com esta proposta de lei:

Artigo 1º – Institui, no Estado de São Paulo, o Circuito Turístico Religioso do Vale do Paraíba.

Parágrafo único – Integram o Circuito Turístico Religioso do Vale do Paraíba os municípios de Aparecida, Guaratinguetá e Cachoeira Paulista.

Artigo 2º – O Circuito Turístico Religioso do Vale do Paraíba tem como objetivo geral divulgar os atrativos turísticos religiosos das três cidades, estimulando o turismo e o desenvolvimento socioeconômico da região.

Artigo 3º – Para a consecução dos objetivos do Circuito Turístico Religioso do Vale do Paraíba, serão desenvolvidas e incentivadas as seguintes ações:

- I- elaboração de roteiros do turismo religioso;
- II- formatação de produtos turísticos religiosos;
- III- confecção de material de divulgação;
- IV- implementação de cursos de capacitação empresarial;
- V- profissionalização dos serviços;
- VI- qualificação da mão-de-obra;
- VII- criação de associação de empresários do turismo religioso;
- VIII- formação de cooperativas de trabalhadores do setor turístico;
- IX- fortalecimento da infra-estrutura para a recepção ao turista;

X- sensibilização e envolvimento da comunidade.³¹

Com este projeto, a Igreja Católica tem acesso a alguns benefícios para atuação na esfera pública. Haveria investimento do dinheiro público na construção de Igrejas, dormitórios, infraestrutura, hotéis, lojas e lugares que, de alguma forma, estão ligados aos católicos. O volume de pessoas levadas, anualmente, a esses lugares em razão de sua fé permite maior visibilidade por meio dos veículos de comunicação que outros credos religiosos não possuem. Há o estímulo da organização de empresas ligadas à Igreja que organizam excursões para o Vale do Paraíba oriundas de todos os lugares do Brasil; inauguração de *shopping* católico e lojas que acabam propagando a fé católica. Em outras palavras, este projeto ainda prevê a ampliação dos acordos da igreja com as autoridades públicas, para o desenvolvimento de projetos relativos ao turismo religioso.

Visando a benefícios a partir do Turismo Religioso nesta região, o deputado José Carlos Stangarlini propõe, na instância pública nacional, que o município de Cachoeira Paulista fosse transformado em estância turística, devido à importância que a cidade possui no Vale do Paraíba. Por receber, anualmente, milhares de católicos nas atividades da comunidade Canção Nova, o município foi agraciado com o título de estância turística (por meio do projeto 468/2003) e tem o direito de receber do estado verba extra de 10% sobre sua arrecadação total, para efetuar melhorias na infraestrutura turística.

As atividades turísticas dessa cidade giram em torno das atividades dos carismáticos deste município. Os investimentos garantidos por este projeto iriam melhorar os serviços em pensões, hotéis, ruas, estradas, lojas, meios de comunicação e de outros setores. Na prática, isto contribuiria para melhoria dos serviços, dinamização do turismo religioso e maior visibilidade nacional da Igreja Católica.

Além de propor projetos visando à melhoria nos serviços de turismo religioso, os deputados carismáticos possuem outras estratégias para a inserção dos católicos na sociedade por meio das atividades políticas. O deputado estadual Reinaldo Alguz (PV/SP), em 2009, propôs o projeto de lei que incluiria no calendário turístico do estado de São Paulo o evento católico da RCC “Alegrai-vos”, ocorrido todos os anos na capital paulista. De acordo com este projeto:

Artigo 1º – Fica incluído no Calendário Turístico do Estado de São Paulo o evento religioso “Alegrai-vos”, que se realiza, anualmente, durante o período do Carnaval, na Capital.

Artigo 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse evento religioso, de tamanha magnitude e importância para a comunidade católica paulista, promove a comunhão entre os fiéis pela exaltação do Senhorio de Deus, em contraponto às festividades associadas aos dias de Carnaval. Seu grande

³¹ Paulo Alexandre Barbosa. 646/2008. Institui o "Circuito Turístico Religioso do Vale do Paraíba".

impacto cultural e social justifica a sua inclusão no calendário turístico do Estado de São Paulo.³²

O evento “Alegrai-vos” é realizado no período de carnaval, na cidade de São Paulo, por iniciativa da Renovação Carismática Católica. A programação do evento engloba músicas, palestras, *shows*, brincadeiras e celebrações religiosas. O objetivo deste evento é a expansão das atividades dos carismáticos no estado de São Paulo, oferecendo uma atividade alternativa para aqueles que não vão aos carnavais promovidos por clubes e instituições públicas e divulgando a doutrina católica no intuito de obter mais fiéis. Tal festejo aglomera milhares de pessoas.

Na prática, a aprovação deste projeto oficializaria o evento como iniciativa pública mesmo com fins religiosos. Daria direito aos organizadores do evento a terem acesso a toda a infraestrutura necessária para a execução das atividades ao longo dos dias do carnaval (estrutura de palco, som, empréstimo do lugar, funcionários, tendas para venda de alimentos, bebidas e artigos religiosos seriam utilizados gratuitamente pelos carismáticos). Outro fator importante é a cidade em que o evento é realizado. São Paulo, por ser uma das maiores cidades do mundo e abrigar veículos de comunicação de cobertura nacional, permite que o evento possa ser divulgado por maior número de pessoas, sem contar que, como faz parte do calendário oficial do estado, automaticamente, o evento é inserido na divulgação das atividades anuais desenvolvidas pelo governo de São Paulo.

A aprovação deste projeto e, conseqüentemente, o acesso a todos esses benefícios supracitados, dá legitimidade estatal às iniciativas dos carismáticos. Dito de outra forma, a entrada do evento católico “Alegrai-vos” no calendário oficial de São Paulo assegura que todas as ações promovidas neste acontecimento têm a permissão das autoridades públicas, e estas coadunam com idéias propaladas por seus dirigentes – o que implica dizer que a ideologia que será transmitida no evento é defendida pelas autoridades públicas.

O mesmo deputado propõe, ainda, outro projeto, que segue a mesma orientação de interesses: a inclusão, no calendário oficial do Estado de São Paulo, a festa da Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, na cidade de Presidente Epitácio. Segundo o conteúdo do projeto:

Artigo 1º – Fica incluída no Calendário Turístico do Estado de São Paulo a “Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes”, que se realiza, anualmente, no dia 15 de agosto, em Presidente Epitácio.

Artigo 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apesar da grandeza e importância da Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes para o Estado de São Paulo, especialmente para o oeste paulista, esse evento não consta do nosso calendário turístico, providência que se faz necessária, quer porque somos o maior país católico do mundo, quer porque assim estamos preservando a nossa história.³³

³² Reinaldo Alguz. 344/2009. Inclui no calendário turístico do Estado o evento religioso "Alegrai-vos", na Capital.

³³ Reinaldo Alguz. 344/2009. Inclui no calendário turístico do Estado a "Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes",

Iniciada em 1948, a festa de Nossa Senhora dos Navegantes é marcada pela procissão da imagem desta santa, que sai do Município de Bataguassu – MS e, em balsas, atravessa o Rio Paraná para chegar a Presidente Epitácio – SP, onde prossegue por via terrestre até a Igreja Matriz da cidade. Após a tradicional Missa Campal, faz o caminho de volta para a cidade do Mato Grosso do Sul. O número de romeiros participantes dessa festa chega a sete mil.

A inclusão desta festa como parte do calendário oficial do estado de São Paulo permite os mesmos direitos salientados com o evento “Alegrai-vos”. Permite que a Igreja Católica tenha maior exposição midiática dos seus eventos em relação a outros eventos religiosos de outras instituições, financiamento público e expansão de sua doutrina.

Existem outros projetos de iniciativa de deputados carismáticos que não possuem ligação com fins religiosos. Podemos citar o exemplo da inclusão no calendário turístico do Estado a "Maratona Aquática Internacional de Santos - Troféu Renata Câmara Agondi", proposto pelo Deputado Estadual Paulo Alexandre Barbosa, ou, ainda, o projeto elaborado pelo deputado Eros Biondini, que institui O Dia Estadual Do Turista em Minas Gerais.

Podemos perceber que, nem todos os projetos exemplificados dizem respeito aos interesses específicos dos carismáticos. O turismo religioso do Vale do Paraíba agrega o Santuário Nacional de Aparecida e o primeiro santo brasileiro de Garatinguetá, que não tem nenhum vínculo com a RCC. A própria festa da procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, em Presidente Epitácio, não é uma iniciativa dos carismáticos, mas, sim, do clero local, com o intuito de manter a romaria da religiosidade popular em torno deste santo. Isto nos leva a concluir que, mesmo que os deputados sejam militantes da Renovação Carismática Católica, a maioria dos seus projetos não está diretamente ligada aos interesses da RCC, mas está voltada aos interesses da Igreja Católica, como um todo, e alguns outros setores da sociedade.

3.10 – Conclusão

Analisando os projetos de lei propostos pelos deputados selecionados ligados à Renovação Carismática Católica, podemos observar que a maioria desses projetos de lei não beneficia apenas aos carismáticos, mas à Igreja como um todo. Dos mais de mil projetos investigados, vários deles tentam garantir a presença católica e sua doutrina nos diversos setores da sociedade e, assim, recuperar a supremacia desta instituição na esfera pública e entre a população brasileira. Percebemos isso nos projetos que proíbem práticas abortivas, eutanásia, pornografia, censura à

sexualidade nos meios de comunicação, pesquisa de células-troncas e medidas para coibir a violência.

Podemos perceber que os deputados estão diluídos em vários partidos políticos. Através das análises dos seus projetos, independente das propostas defendidas por esses partidos, os congressistas vinculados à RCC propõem projetos com benefícios nítidos à Igreja Católica.

Concluimos que os deputados estaduais e federais oriundos da RCC vêem a Igreja Católica como a única instituição capaz de recuperar os valores da família, liberdade e igualdade entre os grupos. Dito de outra forma, as idéias proferidas pelos representantes católicos e elaboradas nos projetos de lei são vistas como “remédios” para uma sociedade doente, desvirtuada de valores morais e conservadores.

Considerações Finais

Ao longo dos capítulos, pudemos perceber que, a cada eleição, a Renovação Carismática Católica tem incentivado os seus membros a participarem das eleições para cargos no executivo e legislativo e, em alguns pleitos, vem obtendo votações expressivas.

Como vimos no capítulo 1, a inserção dos carismáticos católicos na arena política brasileira teve início no começo da década de 1990, logo após a redemocratização e a formulação da Constituição de 1988, com a eleição do ex-Deputado Federal Osmânio Pereira (PSDB/MG).

Com a diminuição da censura, a volta do multipartidarismo, a garantia do exercício das diversas formas de liberdade, a garantia, por lei, de tratamento isonômico para todos os grupos sociais e, enfim, a conquista de direitos para o cidadão brasileiro, vários grupos sociais viam, na participação política partidária, uma maneira de garantir seus interesses na política e, assim, legitimar o seu grupo. Podemos observar isto com os evangélicos, sobretudo os pentecostais. Esse setor foi obtendo constante crescimento no número de fiéis, procurando a expansão de suas Igrejas e combatendo a influência do catolicismo na esfera pública, porque vê, no sistema político, um meio para conseguir tais objetivos.

No tocante à Igreja Católica, em toda a história política brasileira, os católicos sempre se mantiveram em uma situação confortável. Até a Constituição de 1891, no advento da república, eles gozavam de privilégios previstos por lei, constituindo, assim, quase o monopólio religioso e evitando a concorrência com outras Igrejas.

Ao longo do século XX, com o processo de secularização, modernização, democratização, expansão do ideário comunista, o ateísmo e a conquista do exercício da liberdade de expressão e religiosa pelos grupos sociais, as pessoas começaram a romper com o catolicismo e procurar outros credos religiosos que se adequassem aos seus interesses.

Para combater a expansão dos seus concorrentes religiosos, a Igreja Católica se viu na obrigação de mudar a sua forma de se relacionar com a sociedade. O ápice disso foi o Concílio Vaticano II (1962-1965), no qual os bispos do mundo inteiro definiram que a Igreja deveria dar mais espaço para a participação das pessoas nas atividades promovidas pelos clérigos e incentivaram os trabalhos com as camadas mais pobres.

A partir disso, vários movimentos conservadores e progressistas surgiram, com a iniciativa dos membros católicos, e começaram a ganhar espaço na sociedade e a simpatia de muitos padres e bispos, sobretudo, na América Latina. Podemos citar o exemplo da Teologia da Libertação, nascida na década de 1960 e tendo como principal líder Leonardo Boff. Tal corrente de atuação, influenciada por pressupostos marxistas, tinha como objetivo diminuir as desigualdades sociais surgidas com o sistema capitalista.

Com o início do Pontificado do Papa João Paulo II (1978-2005), a ala conservadora ganha destaque e todas as iniciativas progressistas são desencorajadas ou, inclusive, proibidas; vários documentos foram publicados pelo Vaticano proibindo ou reorientando os grupos ligados à Teologia da Libertação que parassem suas atividades ou mudassem a forma de trabalhar. Neste contexto, a Renovação Carismática Católica, movimento de cunho conservador, ganha incentivo por parte de algumas alas do clero católico e torna-se a aposta para combater a ala progressista e o crescimento de outros grupos religiosos. A RCC chega, no Brasil, na década de 1970 e, nos dias atuais, já conta com milhões de participantes.

A RCC constitui, hoje, uma das poucas iniciativas católicas que conseguem realizar eventos que reúnem milhares de pessoas, detém a propriedade de diversos meios de comunicação (como a TV Canção Nova e a TV Século XXI) e, para aumentar o seu poderio, no Brasil, insere seus integrantes nos diversos cargos políticos, com o intuito de expandir suas atividades e propor projetos de lei ligados à moralidade católica, atividade semelhante à de alguns grupos evangélicos.

Podemos perceber que, além de interesses internos dos carismáticos na participação política, isto traz benefícios para toda a Igreja Católica. Seus representantes nos cargos do executivo e legislativo conseguem manter a presença católica na política nacional e ainda buscam recuperar a supremacia católica na sociedade ameaçada pelos religiosos pentecostais.

No capítulo 2 foi possível perceber o perfil desses políticos. A maioria dos mandatários é constituída de homens que são eleitos para cargos no legislativo, sobretudo, para o nível local (vereador); a alta escolaridade é registrada pela posse de diploma universitário; a profissão está ligada ao trabalho liberal, especialmente à docência e ao empresarial. A região Sudeste concentra a maioria dos políticos eleitos, o que, ao menos, em parte, pode ser explicado pela maior concentração dos carismáticos nessa região, pelo maior número de dioceses e católicos nesses estados e pela tradição política católica.

Percebemos, ainda, que a RCC não apoia qualquer um dos seus membros. Os escolhidos para o processo eleitoral são os que já são lideranças em nível nacional, estadual ou regional, e que já exerciam cargos de liderança na burocracia da estrutura da Igreja. Vimos que participar da coordenação de algum trabalho da RCC favorece a divulgação do candidato junto ao público, o que tem redundado em uma espécie de trampolim para a arena política, aliado as suas habilidades pessoais.

No plano político partidário, concluímos que houve uma predileção por partidos de centro e direita, apesar de expressiva participação dos carismáticos no Partido dos Trabalhadores (PT). Isto pode ser explicado pela identificação das lideranças da RCC com esses partidos. Historicamente, os partidos de direita e centro defendem ou dão abertura para que seus filiados defendam medidas conservadoras. A RCC, por ser caracterizada como uma instituição com ideários conservadores, vê

espaço para atuação nestes partidos. A explicação da relação com o PT merece uma explicação à parte, mas devido aos limites do trabalho desenvolvido, será projetada para desenvolvimento em outro estudo.

No capítulo 3, analisando os projetos de lei dos deputados estaduais e federais, percebemos que muitos projetos beneficiam a Igreja Católica como um todo e não apenas à RCC. Existem propostas de lei que proíbem métodos abortivos, pornografia, eutanásia, pesquisa com célula-tronco, censura nos meios de comunicação, que combatem os direitos dos homossexuais e são contra a violência. Outros projetos tentam buscar benefícios sociais para as diversas categorias profissionais e incentivo fiscal para as atividades turísticas católicas. São projetos que contribuem para a Igreja Católica defender tanto seus princípios morais quanto propagar seu sistema de crenças, influenciando, assim, as diversas esferas para permanecer como a religião dominante no Brasil.

O incentivo dos clérigos católicos para os leigos carismáticos participarem da política constitui-se uma forma de a Igreja Católica ainda se fazer presente nos diversos setores do Brasil. Algumas pesquisas apontam que, no início do século XXI, o número de pentecostais já estava em torno de 25% da população e 61% era católica. Nesses números, estão registrados aqueles que se identificam como filiados a alguma crença religiosa e que não, necessariamente, frequentam tal instituição – neste sentido, concluímos que o número de católicos praticantes dever ser ainda mais baixo.

Esses números têm preocupado o clero, que, para tentar reverter o quadro, além do incentivo dos seus participantes na política, procura inserir padres e leigos nos meios de comunicação. Padres como Marcelo Rossi, Reginaldo Manzotti, Fábio de Melo, Antônio Maria e Zezinho, têm gravado canções católicas em gravadoras de circulação nacional para tentar atrair novos públicos. As missas ganharam mais dinamicidade e participação ativa das pessoas, houve iniciativas de trabalho com jovens, crianças e com as famílias. Inúmeros projetos sociais foram iniciados. Tudo isso são ações promovidas pela Igreja Católica na tentativa de reverter o seu declínio, iniciado na metade do século XX.

O atual Papa Bento XVI tem se preocupado com a questão numérica de católicos em torno do mundo. Estudos têm demonstrado um crescimento significativo do número de islâmicos e pentecostais e um desinteresse das pessoas pelas práticas católicas. Aliado a isso, o Papa tem enfrentado duras críticas dos grupos não religiosos: foi taxado de conservador, retrógrado e atrasado perante as circunstâncias da modernidade vivenciada pela sociedade. O *boom* de casos de pedofilia ligados a padres e bispos que se envolveram sexualmente com crianças e que foram denunciados pela mídia tem afastado muitas pessoas da Igreja e contribuído para aumentar a imagem negativa dos católicos no mundo.

Percebemos que, em meio a essas dificuldades enfrentadas pelos católicos, os movimentos,

as pastorais, as mídias católicas e todos aqueles que possuem um vínculo com esta instituição têm tentado reafirmar seus valores e traçado novas estratégias para atrair novamente as pessoas para suas atividades. Verificamos, em fim, que a Renovação Carismática Católica, ao buscar ser mais plural e inclusiva, popularizando as missas e atividades religiosas e inserindo seus representantes na arena pública, teve papel importante para a Igreja Católica alcançar seus objetivos mais gerais.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo R. M. A Universalização do Reino de Deus. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.3, p 12-23, 1996.

ALMEIDA, Pe. João Carlos e CATÃO, Francisco. Há razões para apoiar a RCC? **Revista Vida Pastoral**. São Paulo, p 27-32, jul./ago. 2004

ANTONIAZZI, A. et alii. **Nem anjos nem demônios**. Petrópolis, Vozes, 1994;

Beatriz Muniz de. **A Experiência da Salvação: Pentecostais em São Paulo**. São Paulo, Duas Cidades, 1969;

BOFF, Clodovis; **Carismáticos e libertadores na Igreja; REB 237**; Petrópolis: Vozes; 2000;

_____; **Igreja, Carisma e Poder**; Petrópolis: Vozes; 1982;

BORGES, Tiago Daher Padovezi. **Representação política e a presença dos evangélicos na política partidária. 2007**. São Paulo. Tese (mestrado). Universidade de São Paulo – Departamento de Ciência Política, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1987.

BURITY, Joanildo. **Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica**. Trabalho apresentado no VIII Congresso Latino-americano de Religião e Etnicidade, promovido pela Associação Latino-americana para o Estudo das Religiões, Pádua, Itália, 27 jun.-5 jul, 2000.,

CAMURÇA, Marcelo. Renovação Carismática Católica: entre tradição e modernidade **Revista Rhema**, v. 7, n. 25, 2001.

CARRANZA, Brenda. **Renovação Carismática: origens, mudanças, tendências**. Aparecida: Editora Santuário, 2000.

CARRANZA, Brenda & CAMURÇA, Marcelo & MARIZ, Cecília. **Novas Comunidades Católicas: busca de espaços na pós-modernidade**. São Paulo: Editora Santuário, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CESAR, W. e SHAULL, R. **Pentecostalismo: o futuro das igrejas cristãs**. Petrópolis, Vozes, 2000;

CHAGAS, Cipriano; A redescoberta do Espírito e suas implicações para uma transformação eclesial: Um estudo sobre a Renovação Carismática. **Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1976**.

CLAUDIRENE, Aparecida de Paula Baldini (m). **a participação política dos pentecostais nas eleições de 2002**. 2003. São Carlos. Tese (mestrado). Universidade Federal de São Carlos - ciências sociais, 2003.

CONRADO, Flávio César dos S. **Cidadãos do Reino de Deus**: representações, práticas e estratégias eleitorais. Um estudo da folha universal nas eleições de 1998. Mestrado. Universidade federal do rio de janeiro - sociologia e antropologia.

DALH, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

Dahl, Robert A. Sobre a democracia. Brasília : Editora Universidade de. Brasília, 2001

DELLA CAVA, R; MONTEIRO, P; **E o verbo se faz ima „gem: Igreja Católica e os meios de comunicação do Brasil**; São Paulo: Paulinas; 1992;

FERNANDES, Silvia Regina Alves. Diferentes olhares, diferentes pertençam: Teologia da Libertação e Renovação Carismática. **Revista de estudos da religião**. São Paulo, n.3. 2001

FILHO, Valdemar Figueredo. **Entre o palanque e o público**: mídia, religião e política. São Paulo: Annablume, 2005.

FONSCECA, Alexandre Brasil Carvalho da. 2002. **Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil**: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política (1998-2001). Tese de doutorado em sociologia. São Paulo, USP.

FRESTON, Paul. **Os Protestantes e a Política no Brasil**, tese de doutorado apresentada à Universidade de Campinas, 1993.

GRUMAN, Marcelo. O lugar da cidadania: Estado Moderno, pluralismo religioso e representação política. **Revista de Estudos da Religião – REVER**. 2005, n ° 1.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque das Civilizações e a Recomposição** da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JURKEVICS, Vera Irene. RCC: Reencantamento do mundo. Revista **História: Questões & Debates**. Curitiba, 2004.

KINZO, M. D'Alva. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

_____. Oposição e autoritarismo. **Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo, Idesp/Vértice, 1988

MACHADO, Maria das Dores Campos & MARIZ, Cecília Loreto. Conflitos Religiosos na Arena Política: O Caso do Rio de Janeiro. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 6, n. 6, outubro de 2004.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religião** - a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro - Editora FGV, 2006

- MANIN, Bernard. **Principles of Representative Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MARIANO, Ricardo; **Neopentecostalismo; sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**; São Paulo: Loyola; 1999.
- MARIANO, Ricardo. Os pentecostais e a teologia da prosperidade. **Revista Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, 1996, nº 44, p. 24 e ss.
- MARIZ, Cecília L. Pentecostalismo, Renovação Carismática e Comunidade de Base: uma análise comparada. **Cadernos do Ceris**. v. 1, n. 2, p. 11-42 e 69-73, 2001.
- MARIZ, Cecilia. L. A Renovação Carismática Católica Uma igreja dentro da igreja?: Porto Alegre **Civitas**, Porto Alegre, v.3, nº 1, jun. 2003.
- MIRANDA, J. **Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso no político**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- NASCIMENTO, Marizete Martins. **Fé e Política**. São Paulo: RCC, 2006.
- NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n.53. 2003.
- ORO, Ari Pedro; **Avanço Pentecostal e Reação Católica**; Rio de Janeiro: Vozes; 1996;
- OZAÍ, Silva. Memória e História da Renovação Carismática Católica em Maringá (PR). **Revista Espaço Acadêmico**. Ano 8, Maringá: UEM, 2007.
- SENNA, José. Terços, “Santinhos” e Versículos: A relação entre Católicos Carismáticos e a Política. **Revista de Estudos da Religião - REVER**. Ano 08, São Paulo: PUC/SP, 2008.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de Partidos**. Madri: Fundo de Cultura Econômica, 2005
- PRANDI, Reginaldo; **Um Sopro do Espírito**; São Paulo: Edusp; 1998; 2ª Ed.
- PRADO, José Luiz Gonzaga. Há razões para não apoiar a RCC? **Revista Vida Pastoral**. São Paulo, p 20-26, jan./fev. 2004.
- PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira, **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo : HUCITEC, 1996.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na Classe Política Brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologias e Composição Social**. São Paulo: Edusp, 2002

RUBEM C. FERNANDES, Pierre SANCHIS, Otávio G. VELHO, Leandro PIQUET, Cecília MARIZ e Clara MAFRA. **Novo nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja**. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas Partidários**. Brasília: Ed.UnB, 1982.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Antonio Ozai. Religião e Política: Memória e História da RCC em Maringá. *Revista Espaço Acadêmico* 2007, n ° 79, p. 1-11.

SILVA, Maria da Conceição; **A RCC na Igreja de Goiânia**; REB 237; Petrópolis, RJ; Vozes; 2000;

SILVEIRA, Emerson José Sena da. Tramas dos Conceitos: Renovação Carismática Católica, Igreja e Vaticano II. **Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio (RHEMA)**. Juiz de Fora, v.4, n. 14, p. 57-74, 1998.

SENNÁ, José. Terços, “Santinhos” e Versículos: A relação entre Católicos Carismáticos e a Política. *Revista de Estudos da Religião - REVER*. Ano 08, São Paulo: PUC/SP, 2008.

SOUZA, André Ricardo de; **Padres Cantores, Missas Dançantes: A opção da Igreja Católica pelo espetáculo com mídia e Marketing**; Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento e Sociologia da FFLCH DA USP, sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo Prandi; São Paulo; 2001

SOUZA, Maria do Carmo Campello de: **Estado e Partidos Políticos no Brasil-1930 a 1964**. São Paulo, Duas cidades, 1969.

Anexo 1

Banco de Dados Políticos da RCC			
Nome do Candidato	Estado	Cargo eleito	Partido
Móises Gomes Coelho Lemos	PE	Vereador	PL
Josenildo Sinésio da Silva	PE	Vereador	PT
Denise Justi Lopes	SC	Vereador	PMDB
Lairto Leite	SC	Vereador	PSDB
Mauricio Fernando Peixer	SC	Vereador	PMDB
Marta Estelina Vargas	SC	Vereador	PSDB
Adriano de Souza Ventura	MG	Vereador	PT
Maria de Fátima Vieira Paiva Oliveira	MG	Vereador	PSDB
Gabriel Chalita	SP	Vereador	PSDB
João Batista Lima	SP	Vereador	PSDB
Gilberto Pedro Nascimento	SP	Vereador	PV
Fabiano André Lucas Mariano	SP	Vereador	PDT
Aparecido de Campos Filho	SP	Vereador	DEM
Jorge Roberto Scheneider	SP	Vereador	PTB
Miguel Arcanjo	SP	Vereador	PSC
Vilma Teixeira Santos	SP	Vereador	PSDB
Ausimar Mansano	SP	Vereador	PTB
José Eduardo Gomes Franco	SP	Vereador	PDT
Wanderley RodriguÊs de Souza	SP	Vereador	PSDB
Paulo Edson Zambão	SP	Vereador	DEM
Avelino Comeirão Peixe Filho	SP	Vereador	PPS
Rodnei Alves Batista	SP	Vereador	PSDC
Willhes Gomes da Silva	SP	Vereador	PV
Adão Aparecido de Castro	SP	Vereador	PHS
Silvio Marcelo Francisco Brito	SP	Vereador	PDT
Weslei Meneguetti	SP	Vereador	PSB
Douglas Edson da Rocha	SP	Vereador	PSDB
Mauro Elias Barbosa	SP	Vereador	PP
Eduardo Anselmo Domingues Neto	SP	Vereador	PT
Jorge Luiz Alves Santos	SP	Vereador	PMDB
Rodrigo Castilho Soares	SP	Vereador	DEM
Juliano Brito Bertolini	SP	Vereador	PTC
Eliezer Antonio Casali	SP	Vereador	PSDB
Renato Reis Jubilato	SP	Vereador	PTB
Celso Henrique Silveira	SP	Vereador	PSOL
Gilberto Rampon	SP	Vereador	PSB
Alexssander De Oliveira	SP	Vereador	PT
Cristovão Gonçalves	SP	Vereador	PSDB
Alcino Tsuguimi Tagima	SP	Vereador	PPB
Anselmo Neto	SP	Vereador	PP
Antônio Bueno	PR	Vereador	PPS
Maria Madalena Nerone	PR	Vereador	PSDB
Paulo Arildo Domingues	PR	Vereador	PSDB
Padre Roque	PR	Vereador	PTB
Jonas Terto Rodrigues	PR	Vereador	PSDB
João Alexandre Teixeira	PR	Vereador	PHS
Shinji Gohara	PR	Vereador	PSDB
Valter Viana	PR	Vereador	PHS

Emerson Nerone	PR	Vereador	PT
Marcio Junior Magalhães Navarro	PR	Vereador	PHS
Jorge Luiz de Freitas Dias	RJ	Vereador	PSDB
Marcio Henrique Cruz Pacheco	RJ	Vereador	PSC
Elionidio Ferreira Salomão	BA	Vereador	PSL
Cloves Martins Quaresma Neto	BA	Vereador	PMN
Joceval Rodrigues Dos Santos	BA	Vereador	PPS
Elânio Quintela Abreu Filho	AL	Vereador	PTB
Cléria Soares do Nascimento	PI	Vereador	PMN
Paulo César Lopes Vasconcellos	CE	Vereador	PRB
Paulo Barreto Ribeiro Mindello	CE	Vereador	PHS
Antônio Emanuel de Almeida Souza	CE	Vereador	PSDB
Raimundo Nonato Souza Silva	CE	Prefeito	PHS
Anderson de Oliveira Almeida	ES	Vereador	PMDB
Lindoir Gumerindo Pinto	GO	Vereador	PTB
Idelson Mendes	GO	Vereador	PSDB
Francisco Rodrigues Vale Junior	GO	Vereador	PMDB
Waldemir Soares da Silva	GO	Vereador	PSC
Carlos Eurico Camargo Alves	GO	Vereador	Não Informado
Ismael Rodriguês da Silva	GO	Vereador	PT
Tarcisio Reinaldo da Silva	RN	Vereador	PSB
Jones Carlos Pedó	RS	Vereador	PDT
Hernando Salvino Candido	GO	Vereador	DEM
Rosa Lourdes de Assis	GO	Vereador	PTN
João Bosco Monteiro	TO	Vereador	PSDB
Joarez de Deus Alves	SE	Vereador	PFL
Maria Clenilda De Carvalho	PI	Vereador	PSB
Apolinário Cunha Silva	PI	Vereador	PSC
Francisca Bandeira Camara	MA	Vereador	PMN
Maria Conceição Santiago	MT	Vereador	PP
Josair Jeremias Lopes	MT	Vereador	PP
Miguel Arcanjo de Sousa	MT	Vereador	PMDB
Edson Dias de Souza	MT	Vereador	PFL
Abadio Marques De Rezende	MS	Vereador	PRB
José Teodoro Diniz	MG	Vereador	PMDB
Sebastião Domingos Filho	MG	Vereador	PPB
Clênio Francisco de Carvalho	MG	Vereador	PMDB
Mauricio Magalhães de Jesus	MG	Vereador	PSDB
Sérgio Rabelo da Rocha	MT	Vereador	PT
Eden Capistrano Pinto	MT	Vereador	PSB
Elza Rodriguês de Miranda	MG	Vereador	PTB
Flávio da Silva Santos	MG	Vereador	PT
Jean Carlo Roupá Prado	MG	Prefeito	PTB
Adilson Ferreira dos Santos	MG	Vereador	PHS
Rogério Batalha	MG	Vereador	PHS
Maria Amidia de Paula	MG	Vereador	PMDB
Itamar Robson Aliane	MG	Vereador	PMDB
Joel Carlos de Almeida	MG	Vereador	PSDB
José Camilo da Silva Junior	MG	Vereador	PTB
Paulo Henrique da Costa	MG	Vereador	PSDB
Pedro Wilson Almeida Pereira	MG	Vereador	PT
Aloisio Motta Palhares	MG	Vereador	PMDB
Eduardo de Moraes	SP	Vereador	PP
Rafael Fernando Zimbaldi	SP	Vereador	PP
Sergio Fernando Pereira	MG	Vereador	PHS

Célio Rejani	SP	Prefeito	PV
Cristovão Catarino da Silva	MT	Vereador	PT
Almir José Ferreira dos Santos	PA	Vereador	PSDB
Roberto Carlos Muniz	MG	Vereador	PV
Rogério Bernardes Bueno	MG	Vereador	PT
Marcelo Coelho	MG	Vereador	DEM
Agilsander Rodrigues da Silva	MG	Vereador	PSL
Flávio Luiz de Oliveira	MG	Vereador	PSDB
Antônio Carlos Inácio	MG	Vereador	PP
Carlos Magno Benfica	MG	Vereador	PL
Vera Lúcia Acayaba Vieira	MG	Vereador	PL
Arlindo Neris Alves	MT	Vereador	PP
Alaôr Leite Almeida	MG	Vereador	PDT
Geraldo da Silva Sabino	MG	Vereador	PV
Maria da Conceição Ferreira	MG	Vereador	PP
Antonio Osorio Bueno dos Santos	PR	Vereador	PSL
Francisco Pereira da Silva	MG	Vereador	PSDB
Jair Antonio Longo Junior	SP	Vereador	PTB
Sebastião Aparecido Donadelli	SP	Vereador	PSDB
Marcos Roberto Bueno dos Santos	PR	Vereador	PST
Miguel Martini	MG	Deputado Federal	PHS
Eros Ferreira Biondini	MG	Deputado Estadual	PHS
Osmânio Pereira De Oliveira	MG	Deputado Federal	PSDB
Odair Jose da Cunha	MG	Deputado Federal	PT
Maria Tereza Lara	MG	Deputado Estadual	PT
Ronaldo Alguz	SP	Deputado Estadual	PV
José Carlos Stangarlino	SP	Deputado Estadual	DEM
Márcio Pacheco	RJ	Deputado Estadual	PSC
Myrian Pinto Rio	RJ	Deputado Estadual	PDT
Alessandro Molon	RJ	Deputado Estadual	PT
Emerson Nerone	PR	Deputado Estadual	PT
Sidnei Oliveira Telles Filho	PR	Deputado Estadual	PSC
Francisco Rodrigues Vale Junior	GO	Deputado Estadual	PMDB
Hermano Moraes	RN	Deputado Estadual	PMDB
Maria Cecilia Passareli	SP	Deputado Estadual	DEM
Paulo Alexandre Barbosa	SP	Deputado Estadual	PSDB
Hugo Leal Melo Da Silva	RJ	Deputado Federal	PSC
Carlos Dias	RJ	Deputado Estadual	PP

Anexo 2

Cargo Eleito em todo o Brasil				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Vereador	124	86,7	86,7	86,7
Deputado Estadual	9	6,3	6,3	93,0
Deputado Federal	7	4,9	4,9	97,9
Prefeito	3	2,1	2,1	100,0
Total	143	100,0	100	

Anexo 3

Primeiro Mandato e Reeleição				
	fi	fr	Valid fr	Fr
Primeiro Mandato	143	67,1	67,1	67,1
Reeleito	70	32,9	32,9	100,0
Total	213	100,0	100,0	

Anexo 4

Cargo Eleito por Região				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sul	26	12,2	12,2	12,2
Sudeste	140	65,7	65,7	77,9
Centro-Oeste	20	9,4	9,4	87,3
Norte	3	1,4	1,4	88,7
Nordeste	24	11,3	11,3	100,0
Total	213	100,0	100,0	

Anexo 5

Sexo e Região							
		Região					Total
		Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	
Sexo	Feminino	4	13	2	0	3	22
	Masculino	22	127	18	3	21	191
Total		26	140	20	3	24	213

Anexo 6

Ministério RCC					
Setores RCC		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Grupo de Oração	CURA E LIBERTAÇÃO	1	,7	,7	,7
	INTERCESSÃO	2	1,4	1,4	2,1
	MÚSICA E ARTES	12	8,3	8,3	10,3
	PREGAÇÃO	130	89,7	89,7	100,0
	Total	145	100,0	100,0	
Estado de Vida	FAMÍLIAS	1	25,0	25,0	25,0
	JOVEM	3	75,0	75,0	100,0
	Total	4	100,0	100,0	
Específico	COMUNICAÇÃO SOCIAL	3	4,7	4,7	4,7
	COORDENADOR	31	48,4	48,4	53,1
	FÉ E POLÍTICA	3	4,7	4,7	57,8
	FORMAÇÃO	12	18,8	18,8	76,6
	PARTICIPANTE	12	18,8	18,8	95,3
	PROMOÇÃO HUMANA	2	3,1	3,1	98,4
	SACERDOTE	1	1,6	1,6	100,0
	Total	64	100,0	100,0	

Anexo 7

Região Setores RC				
	Setores RCC			Total
	Grupo de Oração	Estado de Vida	Específico	
Sul	14	1	11	26
Sudeste	98	2	40	140
Centro-Oeste	14	0	6	20
Norte	2	0	1	3
Nordeste	17	1	6	24
Total	145	4	64	213

Anexo 8

Profissão (Geral)					
Profissão		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Funcionário Público	Agente Postal	1	3,4	3,4	3,4
	Funcionário Público	2	6,9	6,9	10,3
	Policia Civil	1	3,4	3,4	13,8
	Policia Militar	1	3,4	3,4	17,2
	Servidor Público	23	79,3	79,3	96,6
	Vereador	1	3,4	3,4	100,0
	Total	29	100,0	100,0	
Professor	Professor	18	100,0	100,0	100,0
Profissional Liberal	Administrador	27	22,7	22,7	22,7
	Advogado	37	31,1	31,1	53,8
	Agente Administrativo	1	,8	,8	54,6
	Auxiliar de Escritório	1	,8	,8	55,5
	Biólogo	1	,8	,8	56,3
	Biomédico	2	1,7	1,7	58,0
	Contabilista	10	8,4	8,4	66,4
	Economista	1	,8	,8	67,2
	Eletricista	1	,8	,8	68,1
	Enfermeiro	2	1,7	1,7	69,7
	Engenheiro	4	3,4	3,4	73,1
	Farmacêutico	3	2,5	2,5	75,6
	Fisioterapeuta	1	,8	,8	76,5
	Historiador	4	3,4	3,4	79,8
	Jornalista	4	3,4	3,4	83,2
	Músico	3	2,5	2,5	85,7
	Odontólogo	2	1,7	1,7	87,4
	Pedagogo	4	3,4	3,4	90,8
	Profissional Liberal	1	,8	,8	91,6
	Radialista	5	4,2	4,2	95,8
	Técnica em Enfermagem	1	,8	,8	96,6
	Técnico em Contabilidade	2	1,7	1,7	98,3
Veterinário	2	1,7	1,7	100,0	
Total	119	100,0	100,0		
Empresário	Empresário	13	100,0	100,0	100,0
Outros	Agricultor	2	6,1	6,1	6,1
	Artista Plástico	1	3,0	3,0	9,1

Anexo 9

Região Partido					
		Partido			Total
		ESQUERDA	CENTRO	DIREITA	
Região	Sul	5	19	2	26
	Sudeste	32	58	50	140
	Centro-Oeste	3	6	10	19
	Norte	0	2	1	3
	Nordeste	5	7	12	24
Total		45	92	75	212

Anexo 10

Partido Sexo				
		Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
Partido	ESQUERDA	5	40	45
	CENTRO	8	84	92
	DIREITA	9	66	75
Total		22	190	212

Anexo 11

Partido Escolaridade					
		Partido			Total
		ESQUERDA	CENTRO	DIREITA	
Escolaridade	Fundamental Incompleto	1	3	1	5
	Fundamental Completo	2	4	4	10
	Médio Incompleto	1	0	3	4
	Médio Completo	11	17	16	44
	Superior Incompleto	3	5	1	9
	Superior Completo	27	63	50	140
Total		45	92	75	212

Anexo 12

Setores RCC Partido					
		Partido			Total
		ESQUERDA	CENTRO	DIREITA	
Setores RCC	Grupo de Oração	25	64	55	144
	Estado de Vida	1	0	3	4
	Específico	19	28	17	64
Total		45	92	75	212